

2018

Dissertação de Mestrado

Universidade Federal de
Santa Catarina

Programa de Pós-
Graduação em
Educação Científica e
Tecnológica

www.ppgect.ufsc.br

Campus Universitário
Florianópolis- SC

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Educação Científica e
Tecnológica da Universidade Federal de
Santa Catarina, como requisito para
obtenção do Título de Mestre em Educação
Científica e Tecnológica

Orientadora:
Prof^a Dra Sylvia Regina Pedrosa Maestrelli

Coorientadora:
Prof^a Dra Adriana Mohr

Florianópolis, 2018

**Os Sistemas Apostilados de Ensino: um olhar para as Ciências da
Natureza nos anos iniciais** | Gisele Maurilda dos Santos Goedert Siqueira

**OS SISTEMAS
APOSTILADOS DE ENSINO:
UM OLHAR PARA AS
CIÊNCIAS DA NATUREZA
NOS ANOS INICIAIS**

Gisele Maurilda dos
Santos Goedert Siqueira

Este trabalho
investigou o Sistema
Apostilado de Ensino
utilizado em
Florianópolis (SC), a
partir da análise de
elementos que, de
acordo com a
literatura,
caracterizam o ensino
de Ciências da
Natureza para os
anos iniciais do
ensino fundamental.

Orientadora:

Prof^a Dra Sylvia
Regina Pedrosa
Maestrelli

Coorientadora:

Prof^a Dra Adriana
Mohr



Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em
Educação Científica e Tecnológica

Gisele Maurilda dos Santos Goedert Siqueira

**OS SISTEMAS APOSTILADOS DE ENSINO:
UM OLHAR PARA AS CIÊNCIAS DA NATUREZA
NOS ANOS INICIAIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Educação Científica e Tecnológica – PPGET, da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Educação Científica e Tecnológica.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Sylvia Regina Pedrosa Maestrelli
Coorientadora: Prof^ª. Dra. Adriana Mohr

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

SIQUEIRA, GISELE MAURILDA DOS SANTOS GOEDERT
OS SISTEMAS APOSTILADOS DE ENSINO : UM OLHAR
PARA AS CIÊNCIAS DA NATUREZA NOS ANOS INICIAIS /
GISELE MAURILDA DOS SANTOS GOEDERT SIQUEIRA ;
orientador, Sylvia Regina Pedrosa Maestrelli,
coorientador, Adriana Mohr, 2018.
198 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e
Tecnológica, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Educação Científica e Tecnológica. 2. Sistema
Apostilado de Ensino. 3. Ensino de Ciências. 4.
Ensino Fundamental. 5. Material Didático. I.
Maestrelli, Sylvia Regina Pedrosa . II. Mohr,
Adriana . III. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação
Científica e Tecnológica. IV. Título.

Gisele Maurilda dos Santos Goedert Siqueira

Os sistemas apostilados de ensino: um olhar para as ciências da natureza nos anos iniciais

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre (a) e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Tecnológica.

Florianópolis, 24 de outubro de 2018.



Prof.ª Dr.ª Cláudia Regina Flores
Coordenadora do curso

Banca Examinadora:



Prof. (a) Sílvia Regina Pedrosa Maestrelli,
Dra. (Orientadora - PPGET/UFSC)



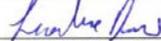
Prof. (a) Adriana Mohr, Dra.
(Coorientadora - PPGET/UFSC)



Prof. (a) Daniela Tomitô, Dra.
(Examinadora - FURB)



Prof. (a) Narjara Zimmermann, Dra.
(Examinadora - RME/Florianópolis)



Prof. (a) Leandro Duso, Dr.
(Examinador Suplente - CED/UFSC)

Dedico este trabalho às pessoas mais presentes em minha vida: Minha mãe, pelo exemplo de cuidado e preocupação que ofereceu a todos nós. Meu pai, o mais generoso e amoroso de todos os pais. Meu grande amor, Adilson, por estar ao meu lado nos melhores e nos mais difíceis momentos de minha vida. Meu irmão e minhas irmãs, Vanderlei, Edna, Rosângela e Giane, pela presença em minha vida e pelo incentivo direto ou indireto. Meus sobrinhos: Bruno, Matheus e Luiza, por existirem em minha vida. Meu grande amigo Marcelo Cardoso (*in memoriam*), pela amizade, carinho e por ter sempre acreditar em mim.

AMO VOCÊS!

AGRADECIMENTOS

À Dra. Sylvia Regina Pedrosa Maestrelli, minha orientadora, pela dedicação e carinho com a qual conduziu a orientação de minha pesquisa, pela confiança depositada em mim e pelo incentivo ao longo do mestrado. Sua doçura, segurança e profissionalismo me fizeram mais forte. Meus agradecimentos são também à Dra Adriana Mohr, minha coorientadora, no qual seus ensinamentos foram essenciais para eu acreditar ainda mais no potencial do tema pesquisado e sempre com a intenção de ampliar meu olhar sobre ele e sobre as questões sociais.

À Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, ao Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da instituição e aos professores, pela grande oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional oferecida a mim.

Aos professores, Dra. Daniela Tomio, Dr. Leandro Duso, Dra. Patrícia Giraldi e Dra. Narjara Zimmermann, pelas valiosas contribuições no exame de qualificação e por terem aceitado o convite para integrar a banca de defesa final.

Ao meu grande amigo André Luis Franco da Rocha que com toda paciência, me estimulou a escrever o projeto de mestrado e foi meu primeiro orientador informal.

À Mayana Lacerda Leal e à Vilmarise Bobato Gramowski, minhas lindas amigas, pelas leituras, dicas e correções no meu trabalho. O olhar minucioso, crítico e atento de vocês, foi de grande valia para eu alcançar um bom resultado.

Aos meus amigos que os grupos de estudo (NUEG, BÚSSOLAS e CASULO) me presentearam: André Luis Franco da Rocha, Mayana Lacerda Leal, José Pedro Simas Filho, Vilmarise Bobato Gramowski, Mariana Barbosa Amorim, Cherlei Marcia Coan, Beatriz Pereira, Larissa Zancan Rodrigues, Gladis Teresinha Slonsky e Tiago Venturi, pelas ricas discussões, conversas e acalantos, que aconteceram ao longo do mestrado, as quais contribuíram para eu me empoderar e entender um pouco mais a respeito do objeto de estudo desta dissertação.

À Lubna Chagas Peixer, minha amiga, pela amizade, carinho e incentivo. Parece que foi ontem que estávamos no curso de Licenciatura em Ciências da Natureza com Habilitação em Química, no IFSC e iniciamos nossa caminhada acadêmica juntas. Fico feliz por estarmos realizando esse sonho!

À turma de Mestrado 2016 pelas trocas, conversas, cafés no intervalo e companheirismo.

À Direção da Escola Dinâmica que possibilitou os ajustes nos meus horários de aula e acreditou no meu potencial como profissional, me oferecendo a coordenação ainda durante o percurso do Mestrado.

Aos meus coordenadores e amigos Luciana Seemann e Dr. Jorge Alexandre Nogared Cardoso que me apoiaram e me ajudaram com a logística para conciliar a docência à vida acadêmica.

Às minhas amigas: Michelli Ferreira, Aline Cristina Pacheco, Renata Nascimento, Mariana Marchi, Valdete Marcia Cardoso da Silva, pela amizade, carinho e incentivo nas diferentes fases do mestrado.

À Divina Zacchi Pereira da Silva, minha orientadora, amiga e professora na graduação, pela parceria no trabalho de conclusão do curso e pelo incentivo que me fez sonhar com o mestrado.

À minha família, pelo suporte, pelo carinho e principalmente pelo amor que faz a minha vida ter significado e valer a pena. Sem vocês tudo teria sido muito mais difícil!

Aos meus pais, Vanderlei Maurício dos Santos e Maurilda da Fé Rodrigues dos Santos, por tudo que me ajudaram diariamente. Meu grande sentimento de gratidão, a vocês que mesmo sem o ensino fundamental completo, formaram suas quatro filhas e ajudaram a me tornar Mestra.

Ao meu esposo, Adilson Goedert Siqueira, pela amizade, carinho e infinitas parcerias. Pessoa que me completa, deixa meu caminho mais bonito e com quem desejo viver todos os dias de minha vida.

À Deus, pela proteção, saúde e fortalecimento de minha fé em suas infinitas demonstrações. E a quem se tornou meu anjo da guarda, Marcelo Cardoso (in memoriam) na qual sua presença física não pode ser mais vista, e sim sentida.

Por fim, agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

As negociações educacionais entre os setores públicos e privados têm influenciado amplamente nas questões didáticas e metodológicas das instituições de ensino brasileiras. Essas negociações vêm ocorrendo e permitindo que os Sistemas Apostilados de Ensino ocupem cada vez mais espaço nas escolas públicas municipais, mudando a dinâmica escolar, ditando processos didáticos e metodológicos e influenciando diretamente nas disciplinas do currículo escolar. Esse material impresso, que reúne todas as disciplinas em fascículos organizados por bimestre, tem consumido importante fatia da verba distribuída às escolas municipais, em contraposição aos livros didáticos aprovados pelo PNLD e distribuídos gratuitamente. Este trabalho investiga o Sistema Apostilado de Ensino (SAE) utilizado na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis de 2009 a 2016, vendido como um pacote de produtos e serviços articulados, composto por um conjunto de apostilas, também chamado livro integrado, acompanhado de outros materiais educativos e serviços educacionais, como a orientação para a utilização do material e a formação pedagógica para professores. Para tanto, analisamos os elementos que caracterizam o ensino de Ciências da Natureza para os anos iniciais do ensino fundamental presentes no SAE utilizado na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, apresentando aproximações e distanciamentos com o que está descrito na literatura da área e nos documentos oficiais norteadores do ensino no Brasil, em Santa Catarina e em Florianópolis. A partir dessa análise, buscamos responder as perguntas: Quem aprende Ciências nos anos iniciais? Para que aprender Ciências nos anos iniciais? Como uma criança dos anos iniciais aprende Ciências? Como planejar um contexto de aprendizagem de Ciências? Observamos que, apesar de o material se dizer comprometido com as orientações dos documentos oficiais e recomendações dos estudos da área de Ensino de Ciências, alguns distanciamentos ficaram bastante evidentes, como a desqualificação do sujeito-criança, o ensino diretivo e transmissivo, o cerceamento do trabalho do professor, a pouca relevância dada ao contexto local, a falta de integração disciplinar, entre outros. Esse distanciamento fica evidente não apenas em relação à concepção de ensino de Ciências, mas também em relação ao conceito de Educação implícito na obra, que propõe um ensino padronizado, muitas vezes desconsiderando conhecimentos e experiências de professores e alunos.

Palavras-chave: Sistema Apostilado de Ensino; SAE; apostilas; material didático, ensino de Ciências, ensino fundamental.

ABSTRACT

The educational dialogue between public and private sectors has had a wide influence on teaching and methodological issues in Brazilian educational institutions. This dialogue has allowed the Teaching Course Notes System (SAE, in Portuguese) to find a place in municipal public schools, changing the school dynamics, dictating teaching and methodological processes, and having a direct influence on the content of school subjects. This printed material, combining all disciplines in booklets organised in two-month periods, has been consuming significant funds destined to municipal schools, in contrast with educational books approved by the Educational Material and Book National Program (PNLD, in Portuguese), which are freely distributed. This dissertation investigates the Teaching Course Notes System (SAE, in Portuguese) used in the Municipal Education System of Florianópolis from 2009 to 2016, marketed as a packet of interlinked products and services, which are made up of a set of course notes, also called integrated books, and accompanied by other educational materials and services, such as orientations on the material's usage and paedagogical training for teachers. In order to conduct this investigation, we have analysed the elements that characterise the teaching of natural sciences using the Teaching Course Notes System at elementary level within the Municipal Education System of Florianópolis, providing approximations and deviations in relation to what is described in the field literature and in official documentation guiding education in Brazil, the state of Santa Catarina, and the city, Florianópolis. From this analysis, we seek to answer questions like: Who is learning science in elementary years? What does one learn sciences in elementary years for? How does a child in elementary years learn science? How does one plan a science teaching context? We have observed that, despite the alleged material commitment to official guidelines and studies in the field of science education, there are some evident dissociations, such as the disregard of children as individuals, direct and transmissive teaching methods, restrictions placed upon teaching practices, scant regard for local contexts, a lack of inter-disciplinary integration, among others. These dissociations are made evident not only in relation to the concept of science teaching methods, but also in relation to the concept of education implied within the books themselves, which suggests standardised teaching methods, often discrediting students' and teachers' knowledge and experiences.

Key words: Teaching Course Notes System (SAE, in Portuguese); course notes; educational material; science teaching methods, elementary years.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1: Apostila dos Pais dos alunos do 1º ano | 62 |
| Figura 2: Edital de Licitação do Projeto Inovador com TICs-2016 | 67 |
| Figura 3: Resultado do edital 2016/341, com o nome da empresa que realiza o Projeto Inovador com TICs-2016..... | 68 |
| Figura 4: Blocos de atividades de casa, de leitura e escrita e agenda.... | 71 |
| Figura 5: Caderno de Registro e bolsa do professor | 71 |
| Figura 6: Livro do Professor, correspondente ao 5º ano..... | 72 |
| Figura 7: Livro do Professor de Educação Física, correspondente ao 2º ano | 73 |
| Figura 8: Livro de Artes, para todos os anos Iniciais do Ensino Fundamental | 73 |
| Figura 9: Organização das categorias e elementos | 97 |
| Figura 10: Apostila do Aluno..... | 102 |
| Figura 11: Cartilha de alfabetização. | 103 |
| Figura 12: Apostila 2 do SAE. | 103 |
| Figura 13: Imagem estereotipada de Boiadeiro. | 105 |
| Figura 14: Reprodução do rodapé da página 37 da apostila do aluno, nº 5 (3º ano), p.37. | 106 |
| Figura 15: Apostila do Professor correspondente ao 1º ano, nº 1 e 2. | 106 |
| Figura 16: Apostila do Aluno, nº 2 (1º ano), p.157. | 110 |
| Figura 17: Apostila do Professor, nº1 e 2 (1º ano), p.256..... | 111 |
| Figura 18: Apostila do aluno, nº 5 (3º ano), p. 53..... | 112 |
| Figura 19: Apostila do aluno, nº 6 (3º ano), p. 81..... | 113 |
| Figura 20: Apostila do aluno, nº 5 (3º ano), p. 101..... | 114 |
| Figura 21: Apostila do aluno, nº 5 (3º ano), p. 121..... | 115 |
| Figura 22: Apostila do aluno, nº 10 (4º ano), p. 91e 92..... | 116 |
| Figura 23: Apostila do aluno, nº 10 (4º ano), p. 97..... | 117 |
| Figura 24: Apostila do aluno, nº 5 (3º ano), p. 74 e 75..... | 120 |
| Figura 25: Apostila do aluno, nº 6 (3º ano), p. 40 e 41..... | 121 |
| Figura 26: Apostila do aluno, nº 6 (3º ano), p. 56..... | 122 |
| Figura 27: Apostila do aluno, nº 10 (4º ano), p. 46..... | 123 |
| Figura 28: Apostila do aluno, nº 12 (4º ano), p. 135..... | 124 |
| Figura 29: Apostila do Professor, nº4 (2º ano), p.198. | 126 |
| Figura 30: Apostila do aluno, nº 4 (2º ano), p. 57..... | 127 |
| Figura 31: Apostila do Aluno, nº10 (4º ano), p.127. | 128 |
| Figura 32: Apostila do Professor, nº2 (1º ano), p.234. | 129 |
| Figura 33: Apostila do Professor, nº 1 e 2 (1º ano), p. 211..... | 132 |
| Figura 34: Apostila do Aluno, nº2 (1º ano), p. 59..... | 133 |
| Figura 35: Apostila do Aluno, nº10 (4º ano), p. 42. | 134 |

| | |
|---|-----|
| Figura 36: Apostila do Aluno, nº5 (3º ano), p. 60. | 135 |
| Figura 37: Apostila do Aluno, nº10 (4º ano), p. 112. | 136 |
| Figura 38: Apostila do Professor, nº2 (1º ano), p. 247. | 137 |
| Figura 39: Apostila do Aluno, nº8 (3º ano), p. 71. | 138 |
| Figura 40: Apostila do Aluno, nº11 (4º ano), p. 34. | 139 |
| Figura 41: Apostila do Aluno, nº12 (4º ano), p. 123. | 140 |
| Figura 42: Apostila do Aluno, nº 4 (2º ano), p. 123. | 143 |
| Figura 43: Apostila do Professor, nº 3 e 4 (2º ano), p. 135. | 144 |
| Figura 44: Apostila do Aluno, nº 5 (3ºano), p. 41. | 145 |
| Figura 45: Apostila do Aluno, nº 6 (3º ano), p. 92. | 146 |
| Figura 46: Apostila do Aluno, nº2 (1º ano), p. 83. | 147 |
| Figura 47: Apostila do Aluno, nº2 (1º ano), p. 98. | 148 |
| Figura 48: Apostila do Aluno, nº10 (4º ano), p. 8. | 149 |
| Figura 49: Apostila do Professor, nº4 (2º ano), p. 178. | 150 |
| Figura 50: Apostila do Professor, nº4 (2º ano), p. 176. | 151 |
| Figura 51: Apostila do Professor, nº2 (1º ano), p. 237. | 152 |
| Figura 52: Apostila do Aluno, nº2 (1º ano), p. 139. | 153 |
| Figura 53: Apostila do Professor, nº2 (1º ano), p. 247. | 154 |
| Figura 54: Apostila do Aluno, nº6 (3º ano), p. 57. | 155 |
| Figura 55: Apostila do Professor, nº2 (1º ano), p. 249. | 156 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1: Busca inicial sobre os SAEs, no Google Acadêmico, 2016. | 33 |
| Quadro 2: Revisão sistematizada sobre os SAEs..... | 39 |
| Quadro 3: Número de escolas de anos iniciais da RME de Florianópolis que aderiram ao SAE..... | 58 |
| Quadro 4: Apostilas do aluno identificadas pelo número e pela cor, de acordo com o ano. | 70 |
| Quadro 5: Censo Escolar, 2012..... | 99 |
| Quadro 6: Materiais do SAE analisados nessa pesquisa..... | 101 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABRALE:** Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos
ANEB: Avaliação Nacional da Educação Básica
ANPED: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BNCC: Base Nacional Comum Curricular
CNE: Conselho Nacional de Educação
DCNs: Diretrizes Curriculares Nacionais
DEF: Diretoria do Ensino Fundamental
EC: Ensino de Ciências
EF: Ensino Fundamental
ENPEC: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências
FNDE: Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação
FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LD: Livro Didático
LDBEN: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDs: Livros Didáticos
MEC: Ministério da Educação
MP: Manual do Professor
MRC: Movimento de Reorganização Curricular
PCNs: Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE: Plano Nacional de Educação
PNLD: Plano Nacional do livro didático
PPP: Projeto Político Pedagógico
RME: Rede Municipal de Ensino
SAE: Sistema Apostilado de Ensino
SAEB: Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAEs: Sistemas Apostilados de Ensino
SEFE: Sistema Educacional Família Escola
SINTRASEM: Sindicato dos trabalhadores no serviço público municipal de Florianópolis
SME: Secretaria Municipal de Educação
TCE-SC: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
TICs: Tecnologias da Informação e Comunicação
TPE: Todos pela Educação
UNESP: Universidade do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| APRESENTAÇÃO..... | 25 |
| 1 SISTEMA APOSTILADO DE ENSINO – SAE | 31 |
| 1.1 APRESENTANDO O SISTEMA APOSTILADO DE ENSINO | 41 |
| 1.1.1 Contratos de compra dos SAEs – Parceria x negociação..... | 42 |
| 1.2 BREVE HISTÓRICO DOS SAEs NO ENSINO BRASILEIRO..... | 44 |
| 1.3 SAEs E AS INFLUÊNCIAS LEGAIS: LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL, MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO E O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS (FUNDEB)..... | 48 |
| 1.4 SISTEMAS APOSTILADOS DE ENSINO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS | 53 |
| 1.5 O SAE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS..... | 58 |
| 1.5.1 O SAE utilizado pela RME de Florianópolis..... | 69 |
| 2 CIÊNCIAS DA NATUREZA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL | 76 |
| 2.1 O ENSINO DE CIÊNCIAS: PARA QUEM, PARA QUE, COMO E DE QUE MANEIRA? | 77 |
| 2.1.1 Quem aprende Ciências nos anos iniciais? | 78 |
| 2.1.2 Para que aprender Ciências nos anos iniciais? | 82 |
| 2.1.3 Como uma criança dos anos iniciais aprende Ciências? | 84 |
| 2.1.4 Como planejar um contexto de aprendizagem em Ciências?..... | 87 |
| 2.2 CIÊNCIAS NOS DOCUMENTOS EDUCACIONAIS | 90 |
| 2.3 ENSINO DE CIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS..... | 93 |
| 2.4 CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS | 95 |
| 3 A ESCOLHA DO MATERIAL DIDÁTICO – SAE..... | 98 |
| 3.1 OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 100 |

| | | |
|-------|--|-----|
| 3.2 | A BUSCA PELA COLEÇÃO DO SAE UTILIZADO NA RME-FLORIANÓPOLIS | 100 |
| 3.2.1 | A apostila do aluno | 102 |
| 3.2.2 | A apostila do professor | 106 |
| 4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS | 108 |
| 4.1 | ANÁLISE DOS DADOS | 108 |
| 4.1.1 | Quem aprende Ciências nos anos iniciais? | 108 |
| 4.1.2 | Para que aprender Ciências nos anos iniciais? | 118 |
| 4.1.3 | Como uma criança dos anos iniciais aprende Ciências? | 130 |
| 4.1.4 | Como planejar um contexto de aprendizagem de Ciências? | 141 |
| 4.2 | DISCUSSÃO | 157 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 160 |
| | REFERÊNCIAS | 166 |
| | APÊNDICES | 178 |
| | Apêndice A – Ficha de revisão do SAE | 178 |
| | Apêndice B – Ficha de revisão de Ensino de Ciências | 180 |
| | ANEXOS – Diários Oficiais Eletrônicos | 183 |
| | Anexo A – Diário Oficial Eletrônico – 2012 sem errata | 183 |
| | Anexo B – Diário Oficial Eletrônico – 2012 com errata | 186 |
| | Anexo C – Diário Oficial Eletrônico – 2013 | 189 |
| | Anexo D – Diário Oficial Eletrônico – 2014 | 192 |
| | Anexo E – Diário Oficial da União – 2016 | 197 |

APRESENTAÇÃO

Como Pedagoga, licenciada em química e professora dos anos iniciais do ensino fundamental há 19 anos, mesmo tendo lecionado por muito tempo na classe de alfabetização (1º ano), meu olhar sempre esteve voltado para o Ensino de Ciências, para as teorias e práticas voltadas ao conhecimento dos seres vivos, do meio natural e que respondem às curiosidades dos alunos em relação a esse campo de estudo, que faz parte desse nível de ensino que atuo. E por ser os anos iniciais, a atuação acontece de forma integrada a todos os componentes curriculares desse currículo, com o objetivo de desenvolver a formação desses alunos, articulando os aspectos cognitivos, afetivos, psicológicos, sociais, interpessoais e as questões psicomotoras do desenvolvimento infantil.

Dentro desse campo maior que é a área de Ciências da Natureza, deparei-me com a necessidade, imposta pela escola privada, de utilizar materiais didáticos diferentes. Nos primeiros anos utilizamos os livros didáticos (LDs) e nos últimos doze anos, aproximadamente, a entrada inesperada do material apostilado tomou conta de grande parte do ensino básico, inclusive na escola em que eu lecionava. Mesmo que a maioria dos professores se posicionasse contra esse material por preferirem o LD ou por acharem a apostila ruim (FRUTUOSO, 2014), ele permaneceu com inúmeras justificativas: é de fácil utilização por conter sequências de aulas, é acompanhado por encartes e outros materiais como multimídias, além de muitas outras justificativas que foram sendo agregadas na tentativa de convencimento de sua permanência.

Neste contexto surgiu minha curiosidade de investigar o Ensino de Ciências nesse material didático que vem ocupando espaço também nas escolas públicas municipais em todo o país e que está sendo usado como recurso didático em substituição aos LDs ou sendo acrescentado como mais um material de apoio pedagógico, ou ainda como uma assessoria que define e conduz o trabalho que deverá ser realizado em sala e que acompanha, através dos resultados das avaliações em escala nacional e municipal, o “nível” de aprendizagem dos alunos da rede pública municipal.

Os Sistemas Apostilados de Ensino (SAEs) chegaram às escolas do ensino privado um pouco antes de entrar nas escolas públicas. Como esclarece Lellis (2007), em meados de 1980 os conhecidos materiais utilizados em cursinhos preparatórios para o vestibular transformaram-se em sistemas de ensino a serem comercializados para escolas privadas

que, conforme o autor, enfrentavam dificuldades financeiras, profissionais com pouca qualificação e inadimplência nas mensalidades. Assim necessitavam de um material de custo mais baixo para enxugar gastos, justificar o aumento das mensalidades pelas aulas extras incluídas e inibir a inadimplência, pois as apostilas de cada bimestre só eram e são entregues mediante o pagamento das mensalidades e da taxa de materiais. Ainda segundo Lellis (2007), na década de 1990 os SAEs acompanhavam uma história de sucesso e prestígio nos cursinhos (cursos preparatórios para o Vestibular) e, com o declínio das questões financeiras do país, abriram-se novas possibilidades de negociações que permitiram sua expansão, agora com o ensino público municipal. Atualmente, a situação econômica e política do país permanece com sérios problemas e mais uma vez, se justifica o aumento das negociações com as empresas privadas e os acordos políticos, no qual a iniciativa privada passa a vender seus produtos e serviços para o setor público, com interesses subjetivos. Adrião et al. (2009) apresenta sua opinião sobre esse fato:

Tal situação, ao mesmo tempo em que reflete as dificuldades enfrentadas pelas administrações municipais, apresenta-se como justificativa para a opção de políticas governamentais que se apóiam na esfera privada, subvencionando-a, em troca da transferência da lógica de organização privada para o setor público, ao invés de reverter esses recursos públicos para a melhoria e/ou consolidação do aparato governamental necessário à manutenção e ao desenvolvimento do ensino (p. 803-804).

As ideias da Gestão Pública para o aumento da eficiência do Estado por meio de estratégias políticas de gerir a partir de intervenções e serviços do setor privado são apresentadas por Adrião et al. (2009). Após pesquisa em municípios paulistas no período de 1996 a 2008 que utilizavam SAEs, apontaram três diferentes serviços do setor privado contratados: 1- subvenção pública a vagas em instituições privadas; 2- contratação de assessorias para a gestão educacional; e 3- aquisição de Sistemas Apostilados de Ensino (SAEs).

Ainda que esta pesquisa não esteja voltada especificamente às políticas educacionais e às ações de contratação e serviços educacionais prestados ao setor público de ensino e suas influências no meio educacional, é interessante deixar claro todo o cenário que está por trás do material didático, que permite demonstrar as possibilidades de

alcançar serviços lucrativos e destes influenciarem, ou não, nas decisões políticas e nos interesses educativos. Para conhecer mais sobre tais negociações, acredito que as pesquisas sobre os recursos e materiais didáticos utilizados em sala sejam indispensáveis. Esses recursos didáticos são ferramentas de apoio à metodologia utilizada pelos educadores e deveria ser permitido a ele a escolha do que mais se adequa à sua forma de trabalho, sendo esta uma dificuldade a menos no fazer pedagógico.

Muitos são os recursos didáticos¹ possíveis de serem utilizados no ambiente escolar, como filmes, música, jogos, projeção de imagens, passeios, livros de literatura ou paradidáticos e também, não menos importante, o Livro Didático ou os Sistemas Apostilados de Ensino (SAEs)², que em algumas escolas pode vir a ser o único recurso utilizado (ADRIÃO et al., 2009). Esses materiais têm o objetivo também de respaldar o desenvolvimento e aprimoramento dos conhecimentos, e proporcionar debates de saberes sobre o currículo escolar, relacionados aos diferentes componentes curriculares e eixos temáticos. Os Livros Didáticos (LDs) ou Sistemas Apostilados de Ensino (SAEs) podem ser, em algumas instituições, o único material impresso a que o professor ou o aluno tem acesso e muitas vezes é o material mais comumente utilizado. Pela necessidade de se ter um material para explorar em sala, diminuindo a necessidade de produzir, fotocopiar materiais ou ainda cumprindo a cobrança para usá-los por completo, os professores administram à risca o que está proposto pelo LD, confiando plenamente no que é determinado pela editora (MARTINS; SILVA, 2009).

Conforme Rodrigues (2014), os LDs estão amplamente inseridos na cultura das escolas públicas desde antes de 1985, quando foi realmente instituído o Programa Nacional do Livro Didático

¹ O nome recurso didático, utilizado nesta pesquisa, faz referência a todo material utilizado pelo professor incluindo apostilas dos Sistemas Apostilados de Ensino (SAEs), livros didáticos e literários, jogos, documentários e tantos outros, que não substituem a prática do professor. “Os recursos didáticos envolvem uma diversidade de elementos utilizados como suporte experimental na organização do processo de ensino e de aprendizagem, com a finalidade de servir de interface mediadora para facilitar a relação entre professor, aluno e o conhecimento em um momento preciso da elaboração do saber.” (KAWAMOTO; CAMPOS, 2014, p. 149)

² Os Sistemas Apostilados de Ensino é o nome dado ao pacote de serviços que entre vários itens, inclui o material apostilado utilizado em substituição aos livros didáticos, como descreve a autora Adrião et al. (2009).

(PNLD³). A autora afirma que mesmo com inúmeros fatores negativos e críticas, ainda assim, é um material de grande importância para a educação brasileira. Mesmo sendo distribuído gratuitamente para todos os alunos da educação básica pública pelo PNLD, o uso do LD está deixando de ser unanimidade em vários municípios brasileiros, abrindo espaço para os SAEs, que apresentam os conteúdos dos LDs de maneira sintética, incluindo todos os componentes curriculares do bimestre em um exemplar e particionados por bimestres, sendo que o exemplar seguinte chega à escola no final de cada bimestre. Em formato de material apostilado, junto com um pacote de serviços educacionais, são oferecidos, além das apostilas, CD-ROM, tabletes, notebooks, cartazes, sites para pesquisas, jogos, testes, avaliação dos educadores e educandos, bem como formação de professores, assessoria para o acompanhamento do uso dos materiais e controle de notas das avaliações (ADRIÃO; BORGHI; DOMICIANO, 2010).

A estreita relação entre os setores educacionais públicos municipais com as empresas privadas são crescentes no país. A integração do serviço educacional privado está acontecendo gradualmente como uma transferência de responsabilidades, ou com necessidade de uma “padronização” do ensino (ADRIÃO; BORGHI; DOMICIANO, 2010). Devido a inúmeros fatores, além dos já citados, o fortalecimento econômico das empresas privadas editoriais, visibilidade, interesses econômicos e políticos (CASSIANO, 2005), essa forte tendência de substituir os LDs pelos SAEs vem se expandido nos espaços escolares de todo o ensino básico, mudando, dessa forma, o quadro atual até então apresentado por pesquisadores sobre os LDs distribuídos pelo PNLD.

Como são comuns em alguns estados, as negociações entre o setor público e o setor privado se estabelecem por meio de licitação e quem faz a escolha da empresa que atende ou não ao que está solicitado pelo edital é uma comissão composta por representantes da própria secretaria de educação que está comprando o serviço. Essa escolha realizada por uma comissão, sem uma participação efetiva dos professores, proporciona dúvida quanto a qualidade e aos critérios de escolha deste material. Essa e outras inquietações fizeram surgir o tema de pesquisa, no qual investigo a disciplina Ciências da Natureza no SAE

³ PNLD - Programa Nacional do Livro Didático que distribui para os alunos do ensino básico da rede pública livros didáticos. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao>

dos anos iniciais do ensino fundamental, assunto pouco explorado em pesquisas sobre os SAEs no meio acadêmico, conforme resultado apresentado na revisão bibliográfica.

O presente trabalho analisa o conteúdo de Ciências da Natureza do SAE utilizado na RME de Florianópolis, levando em conta os documentos norteadores do ensino brasileiro e outros estudos realizados até a presente data, no intuito de trazer contribuições e apontamentos que possam auxiliar a RME e a comunidade escolar em possíveis reflexões sobre políticas públicas que envolvam esse tipo de material didático. Conforme Britto (2000), o município de Florianópolis tinha um corpo docente mobilizado, com oportunidades de formação continuada, e que se organizava periodicamente, com objetivos bem pautados e propósito de refletir sobre sua prática, reelaborar documentos municipais e unificar propostas de ensino. Esse grupo de docentes recebia e escolhia os livros didáticos pelo PNLD. Apesar disso, a Secretaria da Educação contratou e recontratou o SAE, material com qualidade duvidosa (FRUTUOSO, 2014), cuja aquisição foi feita através de licitação com critérios discutíveis e que teve pouca aceitação por parte do corpo docente.

O problema que instiga a pesquisa do Ensino de Ciências no Sistema Apostilado de Ensino é: Como o componente curricular Ciências da Natureza é apresentado no Sistema Apostilado de Ensino para os Anos Iniciais do ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis? Como objetivo geral, pretendo analisar, no Sistema Apostilado de Ensino utilizado na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis de 2009 a 2016, quais elementos identificam as Ciências da Natureza para os anos iniciais do Ensino Fundamental e suas aproximações e distanciamentos com o que está disposto nos documentos norteadores do ensino público.

Por fim, os objetivos específicos são:

- Caracterizar o Sistema Apostilado de Ensino para o Ensino Fundamental a partir de artigos científicos, teses e dissertações;
- Apresentar elementos que caracterizam o ensino de Ciências da Natureza para os anos iniciais a partir de artigos científicos, teses e dissertações;
- Apresentar elementos que caracterizam o ensino de Ciências da Natureza para os anos iniciais a partir dos documentos oficiais norteadores do ensino no Brasil, em Santa Catarina e em Florianópolis;

- Analisar o SAE utilizado nos anos iniciais na RME de Florianópolis quanto ao componente curricular de Ciências da Natureza.

Além da Apresentação, esta dissertação está organizada em cinco capítulos, nos quais são abordados: no capítulo um, os Sistemas Apostilados de Ensino; no capítulo dois, as Ciências da Natureza nos anos iniciais do Ensino Fundamental; no capítulo três, trago os caminhos metodológicos da presente investigação; no capítulo quatro apresento a análise e discussão dos dados coletados; por fim, o capítulo 5 é dedicado às Considerações Finais.

A Apresentação traz as motivações iniciais e a delimitação da pesquisa para esse estudo. No primeiro capítulo descreveremos, a partir dos estudos realizados, a entrada e permanência dos Sistemas Apostilados nos municípios brasileiros, a posição de alguns pesquisadores sobre esse material e a trajetória de inclusão dos SAEs na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

No segundo capítulo discorreremos a respeito do ensino de Ciências da Natureza para os anos iniciais do ensino fundamental, trazendo as ideias de diversos autores sobre o tema. Em seguida, abordaremos as orientações dos documentos oficiais para o ensino de Ciências e depois, mais especificamente, faremos um relato sobre o ensino de Ciências em Florianópolis.

O percurso de escolha do material didático para a pesquisa e a criação das categorias de análise são apresentados no terceiro capítulo.

No quarto capítulo, traremos a análise dos volumes do SAE dos anos iniciais, utilizado na RME de Florianópolis e a discussões acerca dessa análise. E, por fim, no quinto capítulo, teceremos as considerações finais.

1 SISTEMA APOSTILADO DE ENSINO – SAE

Há algumas décadas os Sistemas Apostilados de Ensino ou apenas Sistemas de Ensino se tornaram tema de pesquisas sobre a educação brasileira. Isso devido aos grandes acordos estabelecidos entre as Secretarias de Educação Municipais e as empresas privadas, fornecedoras de *Kits* de materiais pedagógicos. A possível compreensão dessa flexibilização na legislação e os interesses de ambos estabeleceram tal inserção e ampliação desse serviço por todo o país. Esse curioso e pouco compreensível acordo para a compra de materiais didáticos com contratos milionários se torna ainda mais estranho pelo fato do governo federal já oferecer e financiar o PNL, Plano Nacional do Livro Didático, com materiais didáticos gratuitos para todo o Ensino Básico público brasileiro.

De natureza qualitativa, o procedimento metodológico adotado para esse capítulo incluiu o mapeamento de pesquisas pela busca de trabalhos no *Google Acadêmico*, meio encontrado para obter o maior número de trabalhos através das palavras-chave, sem necessitar procurar nas plataformas de uma a uma. As palavras-chave escolhidas foram: sistema apostilado, sistema apostilado de ensino, sistema privado de ensino, apostila, apostilamento e sistema de ensino. Com o objetivo de caracterizar o Sistema Apostilado de Ensino para o Ensino Fundamental a partir de artigos científicos, teses e dissertações; nos propomos a compreender o cenário que envolve os SAEs nos municípios brasileiros e a inclusão desse material no município de Florianópolis, para isso, foram rastreados artigos, dissertações e teses que tratassem do assunto. Por esse meio foi encontrado um total de 40 trabalhos, que foram classificados por título, autores, revista em que está publicado, ano e principal abordagem. As categorias organizadas na tabela para enfatizar a principal abordagem de cada pesquisa foram:

- Substituição do LD: os desafios e percepções da troca do Livro Didático pelos Sistemas de Ensino;
- Currículo: pesquisas que discutem os reflexos do uso do material didático nos componentes curriculares;
- Privatização: pesquisas que tratam da adoção dos Sistemas Apostilados como material didático;
- Práticas Pedagógicas: pesquisas relacionadas à metodologia e didática;
- Avaliações Externas: a relação existente entre as avaliações e os SAEs;

- Tendências Pedagógicas: Termo utilizado por Libâneo (1987) para designar as diferentes vertentes metodológicas de ensino.

Segue legenda para melhor compreensão do quadro 1, que apresenta as obras identificadas por busca no *Google Acadêmico*, organizadas por data e identificadas de acordo com a abordagem:

Legenda:



Substituição do LD;



Currículo;



Privatização;



Práticas Pedagógicas;



Avaliações Externas



Tendências Pedagógicas

Quadro 1: Busca inicial sobre os SAEs, no Google Acadêmico, 2016.

| ANO | TÍTULO | AUTORES | REVISTA | PRINCIPAL ABORDAGEM |
|------|---|--|-------------------------------------|-----------------------------------|
| 2007 | Sistemas de Ensino versus Livros Didáticos: várias faces de um enfrentamento | Marcelo Lellis | Abrale | Substituição do LD e Privatização |
| 2007 | Análise comparativa do conteúdo Filo Mollusca em Livro Didático e Apostilas do Ensino Médio de Cascavel, Paraná | Juliana C. dos Santos; Luis Francisco A. Alves; João Jorge Corrêa; Everton Ricardi L. Silva | Ciência & Educação | Currículo |
| 2009 | A educação pública e sua relação com o setor privado: Implicações para a democracia educacional | Theresa Adrião; Vera Maria Vidal Peroni | Retratos da Escola | Privatização |
| 2009 | Ensino Apostilado na escola pública: tendência crescente nos municípios da região São José do Rio Preto | João Ernesto Nicoleti | Repositório UNESP Dissertação | Privatização |
| 2009 | Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da Educação Básica Brasileira | Vera Maria Vidal Peroni; Regina T. C. de Oliveira; Maria D. E. Fernandes | Educação & Sociedade | Privatização |
| 2009 | A transformação da educação em mercadoria no Brasil | Romualdo Portela de Oliveira | Educação e Sociedade | Privatização |
| 2009 | Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “Sistemas de Ensino” por municípios paulistas | Theresa Adrião; Teise Garcia; Raquel Borghi; Lisete Arelaro | Educação & Sociedade | Privatização |
| 2010 | Comparação entre os sistemas de gestão privados adotados pelos municípios de São José dos Campos e Cosmorama | Inajara Iana da Silva; Denise Pinheiro; Theresa M. de F. Adrião | Roteiro | Privatização |
| 2010 | Educação Infantil, Ensino Fundamental: inúmeras tendências de privatização | Theresa Adrião; Raquel Borghi; Cassia A. Domiciano | Retratos da Escola | Privatização |
| 2011 | Possíveis relações entre avaliação e sistemas apostilados privados em escolas públicas | Regiane Helena Bertagna; Raquel Fontes Borghi | Educação: teoria e prática | Avaliações externas |
| 2011 | A prática docente do professor de Matemática e o Sistema Apostilado de ensino no Estado de São Paulo | Márcia Cavalchi de Carvalho | Biblioteca UNISANTOS Dissertação | Práticas Pedagógicas |

| | | | | |
|------|---|--|--|-----------------------------------|
| 2011 | Estudo dos aspectos teóricos metodológicos propostos pelo Apostilado do Sistema Positivo de Ensino Médio para o ensino/aprendizagem de leitura e interpretação de gêneros do discurso | Sílvio Ribeiro da Silva | Profíngua | Práticas Pedagógicas Currículo |
| 2011 | Adoção de Sistema de Ensino Apostilado em Ipeúna, SP | Alessandra A. Cain | Educação: teoria e prática | Privatização |
| 2011 | O conhecimento Químico em Apostilas do Ensino Fundamental | Hélder E. da Silveira; Graça Aparecida Cicillini | Ensino em Re-vista | Currículo |
| 2011 | O livro didático, o mercado editorial e os sistemas de ensino apostilados | Tatiana Feitosa de Britto | Centro de Estudos da Consultoria do Senado | Substituição do LD |
| 2012 | Encontros e des(encontros) entre o Livro Didático e o Ensino Apostilado | Fabiana Eidelwein; Maria I. Lopes | Destaque Acadêmicos UNIVATES | Substituição do LD |
| 2012 | Leitura e Interpretação de Texto no Apostilado COC (Ensino Médio) | Sílvio Ribeiro da Silva; Thalita R. L. Brandão | E-scriita Curso de Letras UNIABEU | Currículo |
| 2012 | A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado | Vera Maria Vidal Peroni | Pro-Posições | Privatização |
| 2012 | A origem das parcerias público/privada na governança global da educação | Susan Robertson; Antoni Verger | Educação & Sociedade | Privatização |
| 2012 | A presença do setor privado na gestão da educação pública: refletindo sobre experiências brasileiras | Theresa Adrião; Denise Pinheiro | Educação e Políticas em Debate | Privatização |
| 2012 | As políticas públicas de educação infantil e a utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas | Maria Letícia Barros; Pedroso Nascimento | Brasileira de Educação | Privatização |
| 2012 | Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação | Luiz Carlos de Freitas | Educação & Sociedade | Privatização |
| 2012 | Sistemas Privados de Ensino em escolas públicas municipais: ação pedagógica e controle do trabalho docente | Teise Garcia; Bianca Cristina Correia; Lisete Regina Arelaro; Alessandra Cain | Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino – UNICAMP | Práticas Pedagógicas |
| 2012 | O apostilamento no ensino público como reedição do tecnicismo pedagógico | Bruna Carvalho; Áurea de Carvalho Costa | Teoria e Prática da Educação | Tendências Pedagógicas |

| | | | | |
|------|--|---|----------------------------------|-----------------------------------|
| 2013 | Currículo e autonomia docente: discutindo a ação do professor e as novas políticas de sistemas apostilados na rede pública de ensino | Maria Inês Marcondes Caroline da Luz Moraes | Currículo sem Fronteiras | Práticas Pedagógicas Currículo |
| 2013 | Sistemas Apostilados de Ensino: as percepções dos professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de Álvares Machado – SP | Edimar Aparecido da Silva | Repositório UNESP Dissertação | Prática Pedagógica |
| 2013 | Adoção de "Sistema Privado de Ensino": análise de dois municípios paulistas | Rosilene R. Silva Souza; Póvoa Frederico R. Leal | Educação: Teoria e Prática | Privatização |
| 2013 | Ensino de Argumentação em Apostilas da rede pública Paulista: entre o prescrito e o real | Patrícia Souza da Silva | Repositório USP Dissertação | Currículo |
| 2013 | O que podemos aprender sobre os povos indígenas em Apostilas de História/Ensino Médio do Sistema de Ensino Ser | Iara Tatiana Bonin; João Carlos Amilíbia Gomes | Teoria e Prática da Educação | Currículo |
| 2013 | Sistema Apostilado de Ensino e trabalho docente: estudo de caso com professores de Ciências e gestores de uma rede escolar pública municipal | Amadeu Moura Bego | Repositório UNESP Tese | Currículo |
| 2014 | Livros Didáticos e Apostilas: o currículo de matemática e a dualidade do Ensino Médio | Aline Germano Fonseca; Denise Silva Vilela | BOLEMA | Currículo |
| 2014 | Expansão dos sistemas de ensino privado nos sistemas educacionais públicos municipais de Santa Catarina | Valéria Silva Ferreira; Sandra C. V. da Silva | Acta Scientiarum | Privatização |
| 2014 | O material apostilado utilizado em pré-escolas municipais paulistas: análise de dois casos | Bianca Correa; Theresa Adrião | RBPAE | Privatização |
| 2014 | O Sistema Apostilado na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis: "Caminho" para medidas privatistas e desvalorização da educação | Aldani Sionei de Andrade Fruituoso | Repositório UFSC Dissertação | Privatização |
| 2014 | Os "pacotes didáticos" na Educação Infantil e no Ensino Fundamental | Fernanda B. de A. Dantas; Célia M. de C. Almeida | Educação em foco | Privatização |
| 2014 | A organização do trabalho pedagógico na escola e o Sistema Apostilado de Ensino: estudo de caso | Alessandra Aparecida Cain | Repositório UNESP Tese | Prática Pedagógica |
| 2014 | A concepção de conhecimento no ensino privado no Brasil: uma análise dos Sistemas de Ensino Dom Bosco, Objetivo e Positivo | Andressa Fernanda Augustin | Repositório UFPR Dissertação | Tendências Pedagógicas |

| | | | | |
|------|---|--|---------------------------------|----------------------|
| 2015 | Percepções dos professores dos anos iniciais de Álvares Machado sobre a utilização dos Sistemas Apostilados de Ensino | Edimar A. da Silva; Yoshie U. Ferrari Leite | Nuances: estudos sobre Educação | Práticas Pedagógicas |
| 2015 | Uma reflexão sobre Didática na Educação Básica: o apostilamento no 4º ano | Marlon Dantas Trevisan; Pedro Angelo Pagni | Educação & Realidade | Práticas Pedagógicas |
| 2015 | Características das Apostilas de Ciências da Natureza produzidas por um Sistema Apostilado de Ensino e utilizadas em uma rede escolar pública municipal | Amadeu Moura Bego; Eduardo A. Terrazzan | Ensaio | Currículo |

Fonte: elaboração da autora.

Diante do quadro 1, esclarecemos que a partir de 2012 apareceram trabalhos que tratam das **tendências pedagógicas** que, conforme os autores das pesquisas, se relacionam com o uso dos SAEs. As tendências pedagógicas citadas fazem referência mais exclusivamente às abordagens tecnicistas e conteudistas. Em outra categoria apresentada no quadro 1, as pesquisas sobre as **privatizações** se referem às negociações estabelecidas entre as empresas privadas e o ensino público, e essas surgem a partir de 2017, juntamente com a discussão sobre as substituições dos LDs pelos SAEs, no entanto, é importante apontar que se intensificou após o ano de 2009. Os trabalhos que exploram o tema **currículo** escolar e **práticas pedagógicas** relacionadas aos SAEs, são um número considerável de pesquisas e exprimem a influência desse material no engessamento do exercício da docência e a inadequada apresentação de certos conteúdos do currículo. Por fim, sendo apenas uma pesquisa rastreada nesse período selecionado, o trabalho sobre as **avaliações externas** também relacionadas aos SAEs, tem como objeto de estudo a avaliação no SAE, mas os demais trabalhos encontrados, o tema avaliação aparece de modo secundário.

Para o tratamento e análise das informações encontradas nas pesquisas foi realizada, em um primeiro momento, a seleção e catalogação do material e, em seguida, o processo de fichamento, com um tratamento mais analítico, que se tornou um importante momento para o reconhecimento do assunto de pesquisa.

Após esse primeiro contato com a bibliografia, foi feita uma busca sistemática em periódicos e eventos da área de ensino de Ciências. Nesse segundo momento, a busca foi feita em bases de dados, periódicos por assunto e periódicos sumário a sumário, na tentativa de rastrear as pesquisas sobre os SAE e sobre o ensino de Ciências nos anos iniciais. As palavras-chave escolhidas foram selecionadas a partir da leitura dos artigos recolhidos através da busca ampla no *Google Acadêmico*; são elas: sistemas de ensino, apostila escolar, sistemas privados de ensino, sistema apostilado, sistemas apostilados de ensino, material apostilado, material didático apostilado e apostila.

Essa revisão sistemática recolheu poucos trabalhos. Nas Bases de dados (SciELO, Periódicos Capes), os trabalhos foram selecionados pelo ícone *assunto*, pesquisado no título, resumo e referências bibliográficas dos artigos.

Os Periódicos selecionados para a busca sumário a sumário foram: *Ciência & Educação*, *Investigações em Ensino de Ciências*, *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, *Experiências*

em ensino de Ciências, Alexandria, Ciência & Ensino, Enseñanza de las Ciencias, Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias, Ciência em Foco, Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia.

Investigamos também os anais dos principais eventos da área: ANPED- **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação** (Anais e Revista Brasileira de Educação) e ENPEC- Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (Anais) (Apêndice A). Nessa busca sistemática, foram selecionados 16 trabalhos, conforme apresentado no Quadro 2. Apenas um deles já havia sido identificado pela busca ampla no *Google Acadêmico*.

Quadro 2: Revisão sistematizada sobre os SAEs.

| ANO | TÍTULO | AUTORES | REVISTA | PRINCIPAL ABORDAGEM |
|------|--|--|---|----------------------|
| 2007 | Análise comparativa do conteúdo filo Mollusca em livro didático e apostilas Do ensino médio de cascavel, paraná | Juliana Cristina dos Santos; Luis Francisco Angeli Alves; João Jorge Corrêa; Everton Ricardi Lozano Silva | Ciência & Educação, | Currículo |
| 2009 | Desenvolvimento e aplicação de kits educativos tridimensionais de célula animal e vegetal | Maria Estela Maciel Freitas; Marcela Miranda; Hilyo Laganá Fernandes; Heloisa Charmels Cinquetti; Rosemeire Beneditti; Edivaldo Costa | Ciências em Foco | Currículo |
| 2009 | A produção de manuais didáticos de história do Brasil: remontando ao século XIX e início do século XX | Gilberto Luiz Alves; Carla Villamaina Centeno | ANPED Revista Brasileira de Educação | Currículo |
| 2009 | A Simbiose entre as prefeituras paulistas e o setor privado: tendências e implicações para a política educacional local | Theresa Adrião ; Teise Garcia; Raquel Borghi ; Lisete Arelaro | Atas ANPED | Privatização |
| 2010 | Gestão escolar: dilemas das fronteiras entre o público e privado no contexto de reforma do estado | Maria Vieira da Silva; Úrsula Adelaide de Lélis | Atas ANPED | Práticas Pedagógicas |
| 2011 | Participação das organizações do setor privado na educação Pública piauiense e cearense | Liliane Xavier Luz ; Antonio Glauber Alves Oliveira | Atas ANPED | Privatização |
| 2012 | As políticas públicas de educação infantil e a utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas | Maria Letícia Barros Pedroso Nascimento | ANPED Revista Brasileira de Educação | Privatização |
| 2012 | A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial | Susan L. Robertson | ANPED Revista Brasileira de Educação | Privatização |
| 2013 | Privatizações da educação e novas subjetividades: contornos e desdobramentos das políticas (pós) neoliberais | Sanny Silva da Rosa | ANPED Revista Brasileira de Educação | Privatização |
| 2013 | O projeto nave: análise da relação público-privada | Eduardo Azevedo; Wania R. Coutinho Gonzalez | Atas ANPED | Privatização |

| | | | | |
|------|--|--|---|---------------------|
| 2015 | Privatização da educação experiências dos Estados Unidos e outros países | Steven J. Klees; D. Brent Edwards Jr. | ANPED Revista Brasileira de Educação | Privatização |
| 2015 | As nebulosas fronteiras entre o público e o privado na educação básica brasileira | Vera Maria Vidal | Atas ANPED | Privatização |
| 2015 | Condicionantes sobre o trabalho docente no contexto de implementação de sistemas apostilados de ensino | Amadeu Moura Bego | Atas ANPED | Prática Pedagógicas |
| 2015 | Ciências da natureza e juventude: um enfoque nos materiais didáticos do projoovem urbano | Cibele Barbosa de Araújo Santana | Atas ANPED | Currículo |
| 2015 | O grupo abril e a educação: estratégias de atuação | Luciana Sardenha Galzerano | Atas ANPED | Privatização |
| 2015 | Operacionalização das políticas públicas em educação e Suas consequências: alterações no financiamento | Ana Lara Casagrande Jaqueline dos Santos Oliveira | Atas ANPED | Privatização |

Fonte:

elaboração

da

autora.

A revisão sistemática mostrou que grande parte das pesquisas sobre o tema já eram conhecidas. Percebemos que os principais pesquisadores dos SAEs que discorrem sobre as questões históricas e contribuem para a compreensão dos estudos dos SAEs na educação pública e nas negociações público-privado, são Adrião et al (2009), Ferreira e Silva (2014), Nicoletti (2009), Robertson e Verger (2012), Adrião et al. (2010), Amorim (2012) e Giacomini (2013). Já os principais pesquisadores cujas pesquisas refletem sobre os SAEs e o EC, são Bego e Terrazzan (2015), Santos et al (2007), Bego (2013) e Fiore et al (2012). Dois grupos de pesquisa se sobressaíram nos estudos de SAEs e EC nos anos iniciais: Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE) da Universidade do Estado de São Paulo-UNESP, campus Rio Claro, liderado pela Profa. Raquel Fontes Borghi; e Laboratório de Pesquisa e Ensino de Física/ LAPEF da FEUSP, campus São Paulo, liderado pelo Prof. Maurício Pietrocola. A esses materiais juntaram-se mais alguns artigos, que foram encontrados a partir de suas referências.

1.1 APRESENTANDO O SISTEMA APOSTILADO DE ENSINO

Os Sistemas Apostilados de Ensino são pacotes de serviços educacionais, produzidos por empresas privadas para escolas municipais e privadas. Os pacotes de serviços educacionais são compostos em sua maioria por apostilas (livros integrados), encartes, agendas escolares, CD-ROM, jogos e fontes de pesquisas em sites próprios, contendo, ainda, atividades e provas online, avaliações em larga escala, formação de professores, assessorias pedagógicas e gestão educacional, quando adicionados ao pacote (LELLIS, 2007).

Dentro desse pacote o instrumento que tem a maior aproximação com o educando, alcançando todos os alunos da unidade educativa, é a apostila. Esse material impresso, que é chamado de apostila ou livro integrado, tem algumas diferenças de um livro didático e isso não se caracteriza apenas pelo aspecto físico que ele apresenta, com espiral e apresentando todas as disciplinas do currículo em um só volume, desmembrado apenas por bimestre. Conforme apresentado por Bego e Terrazzan (2015), que atribuem outras diferenças:

Enquanto o LD tradicional se caracteriza por reunir todo o conteúdo programático de uma série escolar sobre determinada disciplina, cada apostila de dada série reúne os conteúdos programáticos

do bimestre de todas as disciplinas. Assim, os alunos utilizam uma única apostila por bimestre, contendo a matéria de todas as disciplinas. Além disso, os capítulos das apostilas têm um caráter mais sintético e dirigido do que as tradicionais abordagens presentes no LD de Ciências da Natureza do EF. Por exemplo, não são encontrados muitos textos, curiosidades e exercícios complementares (BEGO; TERRAZZAN, 2015, p. 67).

O controle e as orientações da sequência para o uso dos SAEs em aulas pré-esquematizadas, formalizadas pelo material do professor, são apontados por Bego e Terrazzan (2015) após observação do manual do professor (MP) de quatro SAEs:

A forma como são apresentadas algumas orientações ao professor no MP nos fornece a impressão de que este é considerado, de certa forma, um profissional inexperiente, uma vez que há orientações, além da quantidade de aulas que devem ser utilizadas, sobre o que e a maneira como abordar cada conteúdo. Nesse sentido, no que tange ao trabalho docente, o papel implícito conferido ao professor pelo MP está mais para um executor de conteúdos e atividades propostos do que para um mediador e problematizador da aprendizagem dos estudantes (BEGO; TERRAZZAN, 2015, p. 77).

O controle e as orientações diretivas acontecem também pela assessoria pedagógica nos cursos de formação, demonstrando a inexistência de autonomia e flexibilização do trabalho pedagógico do professor, que precisa seguir o que o material determina e é controlado pelos profissionais da empresa que fornece o material, conforme exposto por Giacomini (2013).

1.1.1 Contratos de compra dos SAEs – Parceria x negociação

Os contratos firmados entre as empresas que vendem os SAEs, bem como outros materiais pedagógicos para as prefeituras são chamadas de *parcerias*, termo utilizado na legislação, pelo governo e pelas empresas privadas nas negociações de mercado. O dicionário

Michaelis online traz a expressão *parceria público-privado*, atribuindo-lhe o seguinte significado:

[...] no âmbito da administração pública, contrato de concessão de serviços públicos ou de obras públicas; mecanismo adotado pelo Estado que permite aumentar a colaboração do setor privado na implantação e na prestação de serviços de infraestrutura necessários ao desenvolvimento (pontes, estradas, hospitais etc.) pelo fato de o governo não ter a intenção de arcar integralmente com os seus custos. (MICHAELIS, online⁴)

Nesse caso, entender o termo *parceria* como uma colaboração, na qual há interesses comuns entre ambas as partes, é acreditar que a sociedade ou os contribuintes compreendem a contratação de SAEs da mesma maneira, e aceitam a negociação como uma troca de favores, ou seja, haveria ganho para ambas as partes.

Essa estreita relação entre o setor público e o setor privado tem base legal, conforme a lei n^o 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que estabelece também a licitação como condição para a efetivação da parceria.

Art. 4^o Na contratação de parceria público-privada serão observadas as seguintes diretrizes:

I – eficiência no cumprimento das missões de Estado e no emprego dos recursos da sociedade;

II – respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução;

III – indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado;

IV – responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias;

V – transparência dos procedimentos e das decisões;

VI – repartição objetiva de riscos entre as partes;

⁴ MICHAELIS. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 6 de agosto de 2018.

VII – sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria (BRASIL, 2004)⁵.

Porém, não é sobre a legalidade ou não do termo que se abre a discussão neste subcapítulo, mas sobre o significado do uso do termo *parceria neste* contexto. Os pesquisadores que tratam do assunto assumem o termo como uma palavra esclarecedora e comum, que tem o objetivo de tratar a negociação realizada entre as empresas de SAEs e as Prefeituras como parceria, embora entendam essa negociação como algo negativo.

Todavia, compreendemos o ato da parceria público-privada como uma contratação, negociação ou transação, e entendemos, também, que não se trata de uma parceria, como uma relação mútua de cooperação e confiança na qual todos são beneficiados, sem perdas para uma das partes, mas como um grande acordo.

Portanto, assumimos o termo negociação, para escrever sobre o *pacto* estabelecido entre o setor público e o privado, aproximando-se mais do que acreditamos e defendemos neste trabalho.

1.2 BREVE HISTÓRICO DOS SAEs NO ENSINO BRASILEIRO

As apostilas surgem com os cursos preparatórios para as provas de Vestibular, porta de entrada para as universidades. Esses cursos preparatórios eram conhecidos como “cursinhos”, e tinham o objetivo e complementar, reforçar e exercitar os conteúdos dos componentes curriculares explorados no Ensino Médio, preparando os alunos para realizar o exame de classificação, que viabilizaria sua entrada no curso superior escolhido. Essas apostilas eram criadas pelos próprios professores que introduziam, de modo sucinto e objetivo os trechos teóricos, mas seu conteúdo maior era de exercícios de fixação e treino do assunto explicado durante as aulas. Com o passar do tempo esse material passou a ter outras funções, além de ser uma coletânea de exercícios e resumos de conceituações, produzida pelo próprio professor que lecionava a disciplina passou a ser produzido por grupos de professores e a conter sequências didáticas que deveriam ser seguidas e

⁵ LEI Nº 11.079, 30 de dezembro, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/111079.htm
Acesso em: 05.08.2018.

realizadas em cada aula. Cada agrupamento de resumos e exercícios passou a ser denominado como aula um, aula dois, aula três e assim por diante (*CHIUETTO; KRAPAS, 2012*).

Os SAEs iniciaram sua expansão em meados dos anos 60, quando eram apenas sistemas que vendiam apostilas e possíveis metodologias de ensino visando o êxito na preparação de alunos que pretendiam passar no vestibular. Como as conquistas dos alunos eram relacionadas ao material utilizado e não ao empenho e dedicação do corpo docente e dos alunos e familiares que estimulavam e proporcionavam um ambiente e tempo adequado de estudos para aquele momento, esses materiais passaram a ser vendidos também para escolas de nível médio, com o intuito de proporcionar o mesmo mérito de qualidade tão procurado nos cursinhos. Com o foco voltado à preparação dos alunos para o vestibular, as escolas começaram a adquirir esse material, que incluía apostilas⁶, com propostas prontas com o que deveria ser realizado em cada aula e contemplando os conteúdos dos vestibulares, possibilitando que os professores apenas se dedicassem a seguir as apostilas, sem que “perdessem tempo” na preparação e utilização do tempo de aula e os alunos desenvolvessem um ritmo de estudo através da sequência preestabelecida no material.

Nos anos 60 e 70, os conteúdos passaram a sofrer influência das tendências⁷ tecnicistas, formalista e pragmática, que pretendiam tornar a escola eficiente e funcional, além de introduzi-la nos modelos de racionalização do sistema capitalista (*FIORENTINI, 1994*).

Para Lellis (2007), as apostilas entram nas escolas particulares, agora em todos os níveis de ensino, para justificar altas mensalidades, disfarçando a baixa qualidade na formação inicial dos professores e, sem proporcionar sua qualificação ou melhoria de salários, continuavam em busca do mesmo sucesso dos cursinhos para as escolas de ensino básico. Além de incrementarem seu leque de atrativos para atraírem mais matrículas, com salas equipadas com computadores, materiais de laboratórios, aulas de línguas e outros, as escolas introduzem o sistema apostilado como um material que revolucionaria o trabalho pedagógico, como se, sozinho, ele proporcionasse excelentes aulas com um aprendizado certo.

⁶ Possivelmente, será realizado futuramente um estudo sobre o recurso didático Apostila.

⁷ Tendências Pedagógicas: Termo utilizado por Libâneo (1987) para designar as diferentes vertentes metodológicas do ensino.

Já as empresas privadas que comercializavam esses materiais apenas para as escolas privadas e cursinhos, viam na mudança do mercado uma maneira de contornar os primeiros sinais de saturação das vendas para as escolas privadas (LELLIS, 2007) e, em 1997, com a reforma educacional que foi apresentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394/96, aparecem mudanças nas políticas de financiamento, e o reflexo disso na autonomia financeira das escolas públicas, abria a possibilidade de negociação com as escolas municipais brasileiras.

Com o tempo, tais empresas privadas foram crescendo, aperfeiçoando-se, ocupando cada vez mais o mercado editorial, trazendo mais qualidade aos serviços prestados e aos materiais vendidos. Lellis (2007) descreve que inicialmente as apostilas eram de má qualidade, com impressões ruins, e hoje alcançaram a qualidade gráfica dos mais bem produzidos livros didáticos. Com uma ampla equipe de marketing, gráficas próprias, tecnologias para promover cursos e palestras, contratos com autores de textos didáticos, professores e palestrantes, que divulgam o material e instruem os professores, as empresas responsáveis pelos SAEs conseguem produzir materiais com alta qualidade, com muita divulgação, brindes e bons vendedores para alcançar os futuros clientes.

O mesmo autor aponta para as disputas de mercado com as tradicionais editoras de livros didáticos e também para a inconformidade do duplo financiamento do dinheiro público, em que a população paga duplamente por materiais didáticos com fim educativo para o mesmo nível de ensino, primeiro com o dinheiro do Governo Federal para contratar os LDs, e depois com o dinheiro das Prefeituras/Secretarias para contratar os SAEs. Esse gasto é geralmente justificado pela necessidade do uso de um material que traga mais “qualidade” e “eficiência” para o ensino público, conforme apontam Adrião et al. (2009):

Apesar de muitos depoimentos de dirigentes municipais de Educação apontarem como principal motivação para a compra do sistema de ensino privado a baixa eficiência e problemas na distribuição dos livros destes programas federais, o fato é que, quando um município faz a opção por um sistema de ensino privado, há um duplo pagamento por materiais didáticos. A população já remunera empresas privadas do setor editorial, triadas por avaliação técnica para a produção de livros didáticos que integram os programas

federais e cujo acervo está disponível gratuitamente às redes municipais de ensino. Os recursos que sustentam o PNLD são oriundos de orçamento do Ministério de Educação (MEC) destinado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A compra de materiais apostilados é efetuada com percentual dos recursos constitucionalmente vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, que poderiam ser destinados a outros aspectos das atividades pedagógicas para melhoria da educação local (ADRIÃO et al., 2009, p.809).

Adrião et al. (2009) destacam que as empresas, apesar de venderem a ideia de um material que fornece o “ensino de qualidade”, tão idealizado pelos gestores e secretários de educação, oferecem um serviço que reforça o controle das sequências didáticas, reduzindo o professor a mero reprodutor destas; traz uma lógica de que todos devem aprender da mesma maneira, destacando os resultados que serão alcançados como produto final; apresentam o material como um “remédio” que resolverá os problemas da escola pública (professores mal formados, má gestão, pouca participação da família); e por fim, vendem as avaliações fornecidas nos pacotes de serviços com a função de apresentar qualitativamente os dados do “aproveitamento das aulas”, como se este apresentasse o aprendizado fornecido pelos SAEs dos alunos que o utilizam.

Pelo fato de serem empresas privadas e terem o lucro como objetivo final, estas não se interessaram em entender e aproveitar as pesquisas e debates já realizados sobre os LDs do PNLD para criarem seus materiais didáticos com propósitos educacionais diferentes. Enquanto o LD permite a autonomia do professor na condução das aulas, com opções de escolher a coleção que mais se adapta aos seus alunos, proporcionando também a escolha da metodologia e a mobilidade de ir de um conteúdo a outro do livro sem ter que aguardar a chegada do próximo exemplar, o SAE segue em uma direção oposta, limitando as possibilidades de escolha e mudança na atuação do professor. Adrião et al (2009) expõe sua opinião sobre a intenção de alcançar a qualidade de ensino com o SAE,

[...] em se tratando do direito a um ensino de qualidade para todos na educação básica, assegurado pela legislação e fruto de pressão e reivindicação histórica de inúmeras entidades

científicas, sindicais e populares, parece-nos temerário delegar a consecução deste direito a empresas privadas, cujo objetivo primeiro é o lucro (ADRIÃO et al., 2009, p.809).

As empresas alcançaram um auge de vendas e aceitação dos produtos, por perceberem um nicho de mercado que consegue responder diretamente aos anseios que a sociedade tinha, de alcançar uma suposta “qualidade de educação” e ainda comprová-la através de números, o que de certa forma, demonstra o passo-a-passo para alcançá-la; e como a “comprovação” vem através de números, torna-se algo indiscutível aos olhos de alguns e no discurso de muitos.

1.3 SAEs E AS INFLUÊNCIAS LEGAIS: LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL, MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO E O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS (FUNDEB)

Os SAEs legalmente se justificam, porém de maneira sutil, pois os documentos apresentam a possibilidade de autonomia financeira para as escolas públicas de gerir, decidindo o que deve ser contratado para alcançar o principal objetivo, que é de melhorar a *qualidade do ensino* (conforme apontada pela legislação educacional), porém, não há descrição que a utilização desses recursos financeiros deva ser gasto com outro material didático de igual função como os livros didáticos (LDs).

O caminho para a municipalização do ensino teve sua primeira manifestação após os movimentos de descentralização da gestão da educação no Brasil. A descentralização não era apenas da gestão, mas também do poder e da autonomia, que se organizou com a Constituição de 1988, promulgada após a redemocratização do País. Nesta lei obteve destaque a universalização do ensino fundamental, proposto pelo artigo 211, parágrafo 2º, que os “municípios atuem prioritariamente no ensino fundamental e pré-escola” (BRASIL, 1998), permitindo que os municípios façam a gestão financeira de suas necessidades e interesses.

Porém, de acordo com diferentes pesquisadores da UNESP (ADRIÃO et al., 2009; ADRIÃO; PINHEIRO, 2012; NICOLETI, 2009; AMORIM, 2012; BEGO, 2013; PERONI, 2012; CAIN, 2014), a entrada do SAE nas escolas municipais brasileiras aconteceu logo após

promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, da Emenda Constitucional 14/96 e da Lei 9424/96 e do Decreto Federal 2264/97. Estas leis propiciaram a descentralização do ensino, pois trouxeram mudanças nas políticas de financiamento do ensino público, tais como a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), que entrou em vigor 1997. Com o FUNDEF, os estados e municípios passaram a receber 15% de importantes impostos (ICMS, FPE, FPM, IPI-Exportação e LC 87/96), conforme o número de alunos matriculados. Mas em 2006, o FUNDEF foi substituído pelo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação) e as Secretarias de Educação passaram a receber fundos para o desenvolvimento de todo o Ensino Básico, para o corpo docente e outras atribuições (ADRIÃO, BEZERRA, 2013). Criado por meio da Emenda Constitucional nº 53, em 19 de dezembro de 2006 e regulamentado pela Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007, esse programa tem duração de 14 anos e prevê o encaminhamento de recursos públicos para todo o Ensino Básico, a partir do destino de 20% dos impostos ICMS, FPE, FPM, IPI - Exportação, entre outros, sendo que 60% desse total é direcionado ao pagamento dos profissionais em exercício no ensino básico público, devendo ser contemplado também, o transporte escolar e a melhoria das estruturas das escolas (BRASIL, 2007). Conforme Adrião e Bezerra (2013) aumentou consideravelmente o número de negociações dos municípios com o setor privado, materializado na compra do material didático (SAE), principalmente no estado de São Paulo.

No Município de Florianópolis, essa negociação teve início, coincidentemente ou não, um ano depois que o projeto de cunho nacional “Todos pela Educação” foi instituído pelo decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Adrião et al. (2016) destaca a articulação das empresas privadas para comercializarem materiais para o setor público através de políticas públicas: “[...] o objetivo foi incidir sobre a agenda educacional do país, neste último caso já integrado por segmentos que depois se articulariam no movimento Todos Pela Educação (TPE)” (ADRIÃO et. al., 2016, p. 27). A partir desse projeto, foi criado o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, pela União Federal, com a colaboração de Municípios, Distrito Federal e Estados e com a participação da comunidade, definindo programas e ações de assistência financeira e técnica, com objetivo de fomentar uma mobilização social para alcançar a melhoria da qualidade da Educação Básica, prevista pela LDB. Esse projeto é mantido e tem como parceiros

alguns institutos, editoras e fundações, que tanto participam de negociações com o governo, como também são ligados a seguimentos privados de educação no Brasil. Tais entidades administram paralelamente empresas sem fins lucrativos, cujos nomes são os que aparecem nas negociações com o governo.

[...] no ano de 2006, surge uma articulação de empresários e fundações empresariais denominada Todos pela Educação cuja força pode ser mensurada pelo fato de nomear o Plano de Metas educacionais instituído pelo governo federal em 2007: Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (ADRIÃO et al., 2016, p.28).

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação⁸ apresenta as metas que os municípios precisam alcançar, e dentre as vinte oito descritas no documento, algumas apontam para o alcance da aprendizagem “*com resultados concretos*”; combater a repetência e a evasão; controle de conclusão da alfabetização até os oito anos de idade e do desempenho individual de cada aluno com exames e avaliações periódicas; oferecer através de negociações a formação dos educadores; implantar benefícios financeiros mediante a comprovação por “mérito” com avaliações de desempenho e “desenvolvimento profissional” e dos alunos; divulgar e garantir o acesso aos resultados apresentados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB⁹ à comunidade escolar; interligar os dados avaliativos, não apenas com o IDEB, mas também do “*censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil)*” apresentado pelo artigo terceiro do documento (BRASIL, 2007, p.3); e por fim, entre os selecionados, criar o Comitê Nacional do Compromisso Todos pela Educação para desenvolver meios estratégicos de engajamento da comunidade e para auxiliarem na “*atuação dos agentes públicos e privados*” (BRASIL, 2007, p.3).

⁸Disponível:

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pde_esc/todospelaedu.pdf Acesso em: 07/01/2018

⁹ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)- foi criado em 2007 para indicar a qualidade da educação através de avaliações em larga escala. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb> Acesso em: 16/06/2018.

Muitas das metas estabelecidas neste programa reforçam o que é definido pela LDB/1996, porém, diferente da lei, propõem maneiras de estabelecer cada objetivo através de avaliações e formas de controle que são contempladas pelo que é oferecido pelas empresas privadas que comercializam os SAEs. Justificando ainda mais as negociações, o documento Todos pela Educação, dentro das ações educativas, além dos controles feitos através das avaliações e de desempenho profissional dos educadores, inclui o uso de recursos pedagógicos (BRASIL, 2007, p.4):

O Ministério da Educação promoverá, adicionalmente, a pré-qualificação de materiais e tecnologias educacionais que promovam a qualidade da educação básica, os quais serão posteriormente certificados, caso, após avaliação, verifique-se o impacto positivo na evolução do IDEB, onde adotados.

Se há um material que possa promover a qualidade da educação básica, conforme o Ministério de Educação procura, os municípios parecem tê-lo encontrado nos SAEs que, conforme as pesquisas realizadas em Santa Catarina, (GIACOMINI, 2013; FERREIRA; SILVA, 2014; FRUTUOSO, 2014), foram os únicos materiais e recursos tecnológicos que foram adquiridos pela escola pública, implantando os instrumentos de avaliação e assessoria pedagógica para acompanhar o desempenho dos alunos e professores. Com foco nos resultados, meritocracia e responsabilização dos professores, Frutuoso (2014) aponta também para o controle, para que os professores seguissem as apostilas e concluíssem-nas, até o final do ano. Já Amorim (2012), estudando a região de São Paulo, destaca que a tentativa de aprimorar as tecnologias educacionais com os SAEs é influenciada por técnicas de instrução programada e controlada.

Giacomini (2013) define como estratégia de governo neoliberal as negociações estabelecidas entre as instituições públicas e a iniciativa privada que se propõe, além de disponibilizar recursos tecnológicos, disciplinar, controlar professores, estimular a competição, cumprir metas e seguir práticas meritocráticas, disfarçadas de estratégias educativas que objetivam apenas a qualidade no ensino público. Amorim (2008) tem a mesma opinião que a pesquisadora:

Embora haja um discurso de que a utilização da apostila visa a uma educação de qualidade, com material adequado, atualizado e eficaz, sua criação e utilização é advinda primeiramente de interesses financeiros de um mercado que descobriu uma

nova fatia do setor editorial. O que queremos dizer é que o surgimento e a consolidação das apostilas se deram a partir da visão empreendedora dos proprietários de estabelecimentos privados de ensino, e não, como se procura veicular, da experiência e da prática pedagógica adquiridas por grandes profissionais do ensino (AMORIM, 2008, p. 40- 41).

Como uma trama, em que as linhas se encontram de ponto a ponto, a Lei 11.494 (BRASIL, 2007) que estabelece o FUNDEB, complementa informando que a distribuição das parcelas dos recursos financeiros do fundo para a educação pública, tem como condição, que as instituições de ensino participem de projetos em regime de colaboração com Estados e Municípios, apresentem e alcancem o desempenho de aprendizagens dos alunos, formação dos professores, entre outros pontos. Ou seja, os diferentes documentos que norteiam a Educação Básica trazem determinações e possibilidades da continuidade do uso dos SAEs nos municípios, validando meios para que essas negociações se firmem. Ainda que isso não fique explícito em um parágrafo ou artigo de lei, Adrião e Bezerra (2013) se baseiam na Emenda Constitucional nº 19/98, para esclarecer essas negociações:

A Emenda Constitucional nº 19/98 alterou a administração pública por meio de modificações relacionadas à estabilidade dos servidores públicos e à gestão pública. Destacamos a previsão constitucional do princípio da eficiência, a alteração na criação de entidades paraestatais e a introdução do contrato de gestão no escopo dessas modificações. Tais alterações compunham o conjunto de medidas previstas pelo PDRAE para a implementação da reforma administrativa do Estado brasileiro, visando, na ótica dos proponentes dessas medidas, ao aumento da qualidade nos serviços prestados pela administração pública. O *status* constitucional dado ao princípio da eficiência, permitiu a flexibilização das relações entre a iniciativa privada e o poder público, a partir da inserção de práticas gerenciais advindas de modelos privatistas, considerados, nessa perspectiva, mais eficientes e ágeis. Além disso, a flexibilização de acordos entre as esferas pública e privada foi

ampliada a partir do estabelecimento de parcerias, firmados por um novo instrumento jurídico, dado pela introdução do contrato de gestão no âmbito da Administração Pública. Somando-se a isto as modificações na criação de entidades paraestatais, tais como as OS e Oscip, é possível observar a ampliação da adoção de parcerias, apoiadas no instrumento do contrato de gestão, facilitando a abertura da administração pública para práticas administrativas pautadas na lógica gerencialista. (ADRIÃO; BEZERRA, 2013, p.264)¹⁰

As possibilidades de modificação da gestão pública educacional, com a promessa de eficácia e eficiência nos serviços educacionais através dos contratos firmados com as empresas privadas, através de uma lógica gerencialista, ampliaram a participação do setor privado na oferta de serviços ao setor público.

Em síntese, a articulação de propostas de “flexibilização” da administração pública – ideologicamente defendidas como condição para o aumento da eficácia e da eficiência dos serviços, – tem permitido a criação de diferentes “pactos” público-privados, além dos já tradicionais processos de convênios com instituições filantrópicas ou comunitárias, devido ao aumento de atribuições por parte dos municípios, em um contexto de escassez de recursos e a permissividade legal – que mantém a responsabilidade de transferência de recursos públicos para instituições privadas (ADRIÃO; BEZERRA, 2013, p.264).

1.4 SISTEMAS APOSTILADOS DE ENSINO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Muitas negociações passaram a se firmar a partir dos anos 2000 e continuam se expandindo hoje em dia, com mais velocidade, como apresentado em vários estudos.

Algumas pesquisas conseguiram mapear e descrever a expansão dos SAEs nos municípios brasileiros: Adrião e Peroni (2007) apresentam estudos em cinco estados brasileiros: São Paulo, Rio Grande

¹⁰ As siglas OS e Oscip, referem-se às: organizações sociais (OS) e às organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip), conforme citação de Adrião e Bezerra (2013).

do Sul, Mato Grosso do Sul, Pará e Piauí; Adrião et al. (2015), com estudos assessorados pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (Greppe) da UNESP de Rio Claro - SP, investigam sobre os SAEs nos municípios paulistas e fora dele; e Ferreira e Silva (2014), que estudaram os SAEs em municípios do Estado de Santa Catarina. A maneira de desvendar essa expansão é esclarecida apenas pelas pesquisas acadêmicas, pois as empresas privadas não detalham os municípios para os quais estão fornecendo materiais e as secretarias de educação não facilitam o acesso a esses dados. Nas pesquisas citadas acima, o acesso aos dados foram coletadas de diferentes formas: resgatando as atas e editais de licitações municipais uma a uma que estão disponíveis online; através de ligação telefônica para cada escola; pelo rastreamento ano a ano dos cadastros no site de transparência dos gastos realizados pelas prefeituras; ou entrevistando os responsáveis por essa área nas secretarias de educação de cada município.

Ainda que o pesquisador consiga o nome do SAE adotado em cada escola municipal, esbarrará com a dificuldade de decifrar qual empresa elaborou tal sistema de ensino, pois estes são comercializados com razões sociais diferentes das divulgadas no mercado e novos formatos de apostilas são elaborados para as prefeituras¹¹, com a justificativa de ser uma “clientela diferente das escolas privadas”. Adrião (2009), apesar de posicionar-se contrária, afirma que a contratação dos SAEs tem o objetivo de padronização da qualidade de ensino, homogeneização dos projetos pedagógicos e a construção de uma identidade. Identidade e qualidade que tentamos entender aos analisarmos os materiais com o olhar para as Ciências da Natureza apresentada em um SAE utilizado pelo município de Florianópolis. A mesma autora destaca que as empresas privadas, além de fornecerem materiais e equipamentos para as escolas, passam a incidir no desenho da política educacional local e sobre a organização do trabalho docente, transferindo responsabilidades do processo pedagógico ao setor privado, sendo este o mesmo argumento de outras pesquisas. Frutuoso (2014) acredita que é exercido através desta privatização um controle do trabalho do professor, a preocupação dos professores em ter que dar conta de todo o material, fugindo do foco da aprendizagem do aluno, um

¹¹Alguns exemplos de diferentes nomes adotados pelos SAEs para o ensino público e privado: NAME (Núcleo de Apoio a Municipalização do Ensino/ COC), SOME (Sistema Objetivo Municipal de Ensino/ Sistema Objetivo), SABE (Sistema Aberto de Educação/Positivo), Projecta (Grupo Kroton Educacional) e várias outras.

controle por parte das supervisões da escola, da assessoria do sistema apostilado e dos pais, das páginas que as professoras completam com cada turma. Entretanto, destaca que esse controle é sutil, para que seja consentido pelo corpo docente. Há também professores que se agradam do uso das apostilas, pois são vistas como facilitadoras do trabalho em sala, por organizar e planejar os trabalhos, sem exigir pesquisa ou busca de estratégias diferenciadas.

Porém, ainda de acordo com Frutuoso (2014), as apostilas são tidas como um material incontestável, com rótulos de eficiência e organização, com tempo definido para ser colocado em prática e com o conhecimento necessário para o aluno.

Em artigo divulgado pela ABRALE¹², Lellis (2007) cita como pontos negativos na adoção das apostilas pelo município: a padronização, que deixa de contemplar as diferentes realidades; o custo das apostilas, que é elevado; a falta de uma avaliação de especialistas, como acontece com os livros didáticos; e o cerceamento da autonomia do professor para realizar sua aula. O cerceamento da autonomia e das possibilidades criativas do professor transformam as ações educativas em simples instrução a partir de um ensino transmissivo, para o qual espera-se uma aprendizagem assimilativa ou receptiva. Nas Diretrizes Curriculares do Município de Florianópolis idealiza-se um ensino não transmissivo, diferente do que se observa nos estudos sobre a utilização dos SAEs:

A aprendizagem como foco principal das ações educativas: isso nos conduz à ideia de que é necessário romper com a visão transmissiva e tradicional de ensinar, em favor de uma visão de ensino problematizadora, com sentido e significado socialmente válidos, possibilitando a formação de sujeitos intelectualmente ativos, participantes, críticos e responsáveis com as questões de seu tempo. Isso implica também assumir que o foco principal das ações educativas é a aprendizagem (FLORIANÓPOLIS, 2015, p.22).

¹² ABRALE: Associação Brasileira de Autores dos Livros Educacionais; Disponível em <http://www.abrale.com.br/wp-content/uploads/sistemas-ensino-livros-didaticos.pdf> acesso: 08/11/2016

As expectativas e promessas acompanham a decisão da compra dos pacotes dos SAEs pelas prefeituras de todo o país. Nicoletti (2009) afirma que com a adoção de apostilas os políticos divulgam que a escola pública se aproximará da educação oferecida pelas escolas particulares. Porém, não conseguem definir que padrão de qualidade querem que a escola alcance. A autora alerta que o Departamento Municipal de Educação, acredita que o uso do SAE organizará e uniformizará o trabalho do professor, auxiliará na unificação dos conteúdos oferecidos entre as escolas, caso os alunos mudem de escola ou necessite substituir o professor. Assim, as escolas públicas são incentivadas ou influenciadas politicamente a destinarem seus recursos financeiros, que serviriam para investir em melhorias das condições de trabalho dos educadores e na estrutura física das escolas, para a compra dos SAEs com custos consideráveis.

A persuasão para a compra do material não acontece apenas com os gestores das unidades educativas, mas também, desses com o corpo docente. Por mais que percebam que os conteúdos e atividades dos SAEs são afastados da realidade dos alunos, não contemplam a investigação, nem permitem desenvolver autonomia e criatividade do aluno com atividades, como apresentado por Frutuoso (2014), os interessados nesta negociação citam a praticidade, a assessoria e apoio pedagógico, as atividades prontas, a economia de tempo do professor, a qualidade no material, o material individual e outros recursos disponibilizados.

Tanto Giacomini (2013) como Frutuoso (2014) destacam que a informação que receberam da empresa, do Secretário da Educação, dos professores e dos gestores é que a escola tem liberdade de aceitar ou não a contratação do SAE, porém, também esclarecem que essa liberdade não acontece de fato.

Segundo as responsáveis pelo SEFE na SME, as escolas têm autonomia para aderir ou não ao Sistema. O secretário de educação explicou que os técnicos da SME realizam a mediação entre a empresa e a escola. Porém, ao mesmo tempo se verificou que apresentar nota baixa no Ideb é motivo decisivo na adoção do Sistema de ensino privado. Ademais, ao longo da pesquisa evidenciou-se que a “escola” da qual a SME fala são apenas os diretores, orientadores e supervisores escolares (GIACOMINI, 2013, p.70).

Portanto, a escolha do SAE é justificada por algumas questões que o próprio Secretário diz na entrevista a Giacomini (2013), mas sua entrada e permanência na escola são definidas pelo fato da escola estar com o IDEB baixo, podendo opinar sobre isso apenas os gestores das escolas, sem considerar a opinião do corpo docente:

Quanto às justificativas apresentadas pelo secretário de educação para a compra do material estão as seguintes: “O ponto positivo de um bom Sistema é que ele oferece formação aos professores, acompanha, interage com a família e avalia. Os professores seguem uma mesma metodologia e, no caso de transferência do aluno, não há perda ou repetição do conteúdo”, pois o material proporciona uma padronização dos assuntos. De acordo com o secretário, todos esses fatores “contribuem para a qualidade de educação do município, como atestado pelo IDEB”. Dessa forma, entende-se que a compra do SEFE está intrinsecamente relacionada com a questão de conquistar metas, pois além de o secretário de educação mencionar o Ideb, para ele os avanços na educação do município são vistos por meio dos progressos obtidos na “prova Floripa, feita pela SME e Província Brasil, do MEC” (GIACOMINI, 2013, p.70-71).

As secretarias percebem que esta negociação permite um controle mais amplo através das avaliações externas que contabilizarão no IDEB, realizadas pelas empresas privadas, são um meio de responsabilizar e individualizar o trabalho do professor. Adrião et al. (2016) destacam:

As avaliações propostas, tal como as orientações para a organização do ensino, indicam que os grupos se preparam para, ao comercializar produtos e serviços, incidir sobre todos os aspectos envolvidos no trabalho pedagógico: podem ser adquiridos desde modelos de avaliações de alunos e criação de sistemas de informação até complexos esquemas de ranqueamento (ADRIÃO et al., 2016, p. 46).

Com a avaliação padronizada das empresas, criam condições para que se estabeleça entre os professores, uma subjetividade orientada

para a competição, para a individualidade e para a autorresponsabilização no trabalho (controle objetivo e subjetivo dos professores) (SILVA, 2015). Para os alunos e familiares as avaliações padronizadas podem construir uma imagem de fracasso justificado, na qual o aluno acredita que não alcança êxito por falha sua, sendo que tanto o aluno de escolas cujo ensino é diretivo e orientado pelos SAEs, como o aluno de escolas de ensino não-diretivo não teriam sucesso, pois em ambos os casos, a avaliação padronizada não favorece a demonstração da aprendizagem. Todavia, a avaliação que busca apresentar dados quantitativos sobre a qualidade da educação através do uso dos SAEs, não consegue medir o quanto o aluno aprendeu no processo de escolarização; e o que está de fato contribuindo para o seu desempenho: se é o material didático, o método e abordagem utilizados pelo professor ou as condições materiais e imateriais de aprendizagem.

As avaliações em larga escala e a compreensão de uma boa ou má qualidade na educação pública parece que caminham lado a lado, porém por uma visão equivocada e pouco representativa no processo educativo.

1.5 O SAE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS

As pesquisas de Frutuoso (2014) e Giacomini (2013) destacam que o SAE foi implantado na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis como projeto piloto em 2009, em uma escola que apresentava menor índice no IDEB e foi se expandindo para as demais escolas ao longo dos anos, conforme apresentado no quadro 3. A adesão ao SAE teve um máximo em 2012, conforme Giacomini (2013) e Frutuoso (2014) apresentam, com 20 das 35 escolas de Anos Iniciais da RME- Florianópolis utilizando o material.

Quadro 3: Número de escolas de anos iniciais da RME de Florianópolis que aderiram ao SAE.

| Ano | Número de escolas que aderiram ao SAE |
|------|---------------------------------------|
| 2009 | 1 |
| 2010 | 13 |
| 2011 | 16 |

| | |
|------|----|
| 2012 | 20 |
| 2013 | 15 |
| 2014 | 15 |

Fonte: Giacomini (2013), Frutuoso (2014). Quadro elaborado pela autora.

Os autores apontam também que a mesma empresa, fornecedora do SAE, permaneceu abastecendo as escolas de Florianópolis de 2009 a 2016, ano em que foram finalizadas as compras e editais relacionados ao SAE, devido à crise política e econômica que se iniciou no Brasil.

Inicialmente, após o projeto piloto na Escola Básica Municipal Donícia Maria da Costa, em 2009, como uma alternativa para aumentar o IDEB da escola a partir do uso do SAE, a SME lançou no Diário Oficial do Município de 23 de fevereiro de 2010¹³ o resultado da licitação para a compra do “Sistema Educacional”, como chamavam o kit do SAE, a partir do Pregão Presencial, conforme exposto no Diário Oficial do município:

EXTRATO DO CONTRATO N°. 100/EDUC/2010 – Contratada: VEZ - Instituto Unibrasil para Desenvolvimento da Ciência e Cultura. Objeto: Contratação de empresa visando a implantação de Sistema Educacional, tendo em vista a política pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Nacional de Diretrizes Básicas, conforme especificações, exigências, necessidades e descrições constantes no Termo de Referência (Anexo I), visando o atendimento da clientela escolar na Rede Pública Municipal, nas áreas do 1º ano ao 4º ano do Ensino Fundamental de nove anos, conforme Edital do Pregão Presencial N°. 043/SMAP/DLC/2010. Valor total estimado em R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais). Prazo: a partir da assinatura até 31/12/2010, podendo ser aditado na forma da lei. Assinaturas:

¹³ Disponível no endereço eletrônico: http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/23_02_2010_17.29.03.5a862150151e66171195090011b85130.pdf Acesso em: 20/06/2018. E disponibilizado nos Apêndices desta pesquisa.

Sr. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, pela prefeitura,
Sr. Alessandro Paulo Kinal, pelo Instituto.

De acordo com Giacomini (2013), as licitações¹⁴ que ocorreram de 2010 a 2011 eram no modelo Pregão Presencial do tipo “menor preço”, em que a qualidade aparecia apenas no sexto critério do edital e o menor preço no primeiro. A Licitação do tipo menor preço corresponde ao “[...] critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço;” como descrito na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no inciso primeiro do Artigo 45¹⁵. No edital de 2010, o critério com mais prioridade era o baixo custo do material, já em 2012 foi adicionado ao edital a descrição detalhada do tipo de material que se desejava adquirir. Concordo com Giacomini quando a autora relata que o edital “[...] mais parece com uma fiel descrição do material do SEFE do que com um documento que estabelece critérios que podem ser ampliados para várias empresas.” (GIACOMINI, 2013, p.66). Assim, conforme o edital:

O material didático destinado aos 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, das escolas municipais da Rede Pública de Ensino, para o ano letivo de 2012, deverá ser constituído de dois livros, formando uma coleção. Já para os alunos de 3º ao 5º ano deverá ser constituído de quatro volumes, formando uma coleção. Estes livros deverão ser bimestrais, divididos em volumes – dois por semestre – com no mínimo 136 páginas, no formato aproximado de no mínimo 20 x 27 cm, impresso em cores, papel off-set 75g, encadernação em espiral. Os livros deverão ser desenvolvidos com base na proposta sócio-histórica da educação, condizente com a proposta pedagógica do município. Estes livros deverão conter, obrigatoriamente, encaminhamento

¹⁴Anexos estão os Diários Oficiais Eletrônicos dos anos: 2010, 2012, 2012 (com errata), 2013, 2014 e 2016, em que constam as chamadas públicas para a contratação do Sistema Educacional para o município de Florianópolis.

¹⁵ Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Disponível em: <http://www.ipism.mg.gov.br/arquivos/legislacoes/legislacao/leis/lei_8666.pdf>. Acesso em: 17/06/2018.

INTERDISCIPLINAR, contemplar o trabalho pedagógico com as áreas do conhecimento definidas para esse nível de ensino (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes e Educação Física) de maneira integrada, para facilitar a construção do conhecimento do aluno numa visão de totalidade, para que ele possa estabelecer relações daquilo que aprenderá na escola com os fatos do cotidiano. Cada um dos volumes deverá estar acompanhado de encartes que possibilitem atividades interativas com as propostas do interior do livro. Também deverá integrar o material do aluno um livro-calendário anual (agenda), impresso em 04 cores, ilustrado e encadernação em espiral (FLORIANÓPOLIS, 2012, p. 15) (grifo do original).

O destaque para as orientações de como deve ser esse material toma mais espaço no edital para os esclarecimentos do formato físico e estético: cor das apostilas, fragmentação em bimestres, quantidade de páginas, tipo de papel, dimensão, encadernação com espiral e outros quesitos informados, do que para especificar as necessidades didático-pedagógicas que o material deve contemplar, como se aqueles fossem mais importantes para o processo de ensino e aprendizagem do que os últimos, como proposto nos documentos educacionais do município. Utilizam o termo interdisciplinar em letras maiúsculas e o termo integrado como se ambos fossem sinônimos e autoexplicativos, sem uma referência ou explicitação que deixassem claro qual o ensino que desejam. Ou seja, a empresa vencedora precisará oferecer o material descrito, que era exatamente o mesmo utilizado nos anos anteriores, com pouquíssimas modificações, e, ainda, apresentar o menor preço, como indicado no edital (2012):

9- Do Julgamento:

9.1- No julgamento das propostas considerar-se-à vencedora aquela que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Edital, apresentar o “**menor preço global**”.

9.2- Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação.

9.3- Verificado que a proposta de menor preço atende às exigências fixadas neste Edital (quanto à

proposta e à habilitação), a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto correspondente. (FLORIANÓPOLIS, 2012, p. 8) (grifo do original).

De fato, não poderia ser de outra forma, pois foi apenas uma única empresa a apresentar uma proposta e a se candidatar na disputa para vencer a licitação, aquela que tinha as apostilas na quantidade de volumes e cores exigidas.

A descrição do material exposto no Edital contemplou até mesmo as apostilas que deveriam ser fornecidas aos pais dos alunos, apresentadas na figura 01, para que os profissionais da empresa contratada orientassem as famílias nas reuniões bimestrais, material inexistente em outros SAEs:

O material de apoio aos pais deverá ser composto de um livro anual, ilustrados, impressos [sic] em cores, com linguagem de fácil compreensão, mostrando como a família pode participar mais ativamente das atividades escolares dos filhos. Deverá abordar, também, aspectos do desenvolvimento infantil, saúde, sexualidade, afetividade, limites, auto-estima, direitos e deveres da criança e da família, prevenção às drogas e outros. (FLORIANÓPOLIS, 2012, p. 15).

Figura 1: Apostila dos Pais dos alunos do 1º ano



Fonte: SOUZA, O. A.; LOCH, V. V. **Relações Familiares**. Curitiba: Base Sistema Educacional, 2008. Fonte da imagem: Siqueira (2018).

Giacomini (2013), além de denunciar a minúcias solicitadas ao tipo de material que a prefeitura pretendia contratar através do Edital, apresentou as justificativas do Secretário da Educação, a partir da entrevista a ela concedida:

De acordo com o secretário, “os quesitos da licitação são de responsabilidade da equipe técnica da SME. É vedado qualquer interferência externa. Não temos nenhuma ingerência sobre ela e a decisão segue os critérios expostos publicamente”. Portanto, por atender a todos os requisitos, o SEFE foi o vencedor nos três anos em que foi aberta licitação (2010, 2011, 2012). Todavia, dentre os sistemas de ensino conhecidos até o momento, nenhum deles possui uma proposta interdisciplinar e material destinado às reuniões com a família. No Parecer n° 01/2012, aprovado em 14 de fevereiro de 2012, que avalia o material submetido ao Pregão presencial n° 024/SMAP/DLC/2012, o Instituto Unibrasil foi o único a submeter material para a avaliação. Outra questão curiosa é o exíguo tempo entre a publicação do edital – 1° de fevereiro de 2012 – ao dia do pregão – 14 de fevereiro de 2012 –, ou seja, apenas treze dias para a adequação do material por parte das empresas de ensino (GIACOMINI, 2013, p.68).

A situação alarmante foi observada pelo fato de aparecerem, no edital de 2012, as especificações sem importância e exclusivas do SAE que já estava sendo usado pelo município nos anos anteriores. Esse edital, divulgado apenas 13 dias antes do pregão, ofereceu um período de tempo irrisório para diferentes empresas se adequarem às regras estabelecidas por ele, tornando impossível uma concorrência. Desta forma, apenas uma empresa submeteu o material, a mesma que há anos

já vendia ao município. Acredito que esta é mais uma arbitrariedade na compra desse material, além de outras já aqui mencionadas, como a primeira compra sem licitação e a desaprovação da comunidade escolar e do Sindicato dos Professores, dentre outras. O movimento do Sindicato a favor da educação pública e contra as negociações foi assunto de assembleias e reuniões da classe docente:

Somos alvos de campanhas em que as ferramentas eletrônicas, principalmente as redes sociais, estão sendo exploradas sem qualquer critério, ou melhor, com critério muito claro: desqualifica-se a educação pública e, assim, a iniciativa privada adentra, contratam-se sistemas apostilados, equipes de consultorias para dar formação aos professores, todas estas atreladas às grandes empresas no ramo da educação formadas por grupos nacionais e internacionais. (SINTRASEM¹⁶, 2012)¹⁷

Mesmo com tal movimento da classe de educadores, em 2010, 2011 e 2012 outras escolas continuaram aderindo ao sistema. Em 2013 a situação se inverteu, com o retorno aos Livros Didáticos em algumas escolas e o cancelamento do SAE em outras.

Por outro lado, foi apenas a partir de 2013 que os editais passaram para o modelo licitatório “técnica e preço”. Para Bartine e Spitzcovsky (2016), uma licitação tem como finalidade selecionar a propostas mais vantajosas para o interesse público, para a contratação de um bem ou serviço, com isonomia entre os interessados e com diferentes modalidades.

Essa mudança no modelo do contrato licitatório, de Pregão Presencial do tipo “menor preço” para o modelo “técnica e preço”, gerou um processo no TCE- SC (Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina) de Número: 13/00273590, contra o Edital nº 261/2013, em que a denunciante (provavelmente a advogada de uma empresa concorrente) alegou:

- a) ilegalidade do critério de julgamento; b) ausência de orçamento detalhado em planilhas e cronograma de execução; c) ausência de clareza quanto ao objeto e às regras de formulação da

¹⁶ Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis;

¹⁷ Site: <http://confetam.com.br/noticias/florianopolis-sc-sindicato-realiza-reuniao-sobre-o-direito-ao-exercicio-da-profissao-db85/> Acesso em: 19/11/2016.

proposta de preços; d) exigência de certificação não prevista em lei; e) exigência de dois atestados de capacidade técnica; f) exigência de regularidade de tributos municipais não relacionados ao objeto; g) previsão de análise de compatibilidade das especificações técnicas por comissão designada pela Secretaria Municipal de Educação, em contrariedade ao rito do pregão.

A primeira irregularidade manifesta em relação ao procedimento é que o edital previa, inicialmente, o tipo "técnica e preço" para o julgamento das propostas. Após retificação do edital, passou a prever apenas o tipo "menor preço" (fls. 62). Ora, é cediço que a modalidade pregão não comporta análise técnica (TCE, 20 DE OUT. 2014, p.5-6)¹⁸.

E o Auditor Substituto de Conselheiro Relator do TCE-SC, destacou:

A Lei federal nº 10.520/02 dispõe, em seu art. 4º, inciso X, que, para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital. Assim, é possível afirmar que o pregão é uma modalidade de licitação que se processa exclusivamente pelo critério de "menor preço" (TCE, 20 DE OUT. 2014, p.5-6).

Ou seja, o modelo Pregão não contempla o critério técnico, substancialmente importante no caso da Educação, e para que esse critério seja contemplado é necessário mudar a modalidade licitatória do Edital. O Auditor concorda com a inadequação do modelo licitatório e destaca a necessidade de incluir o critério técnico, por se tratar de serviços e materiais pedagógicos:

Ainda que a administração tenha corrigido o edital e erigido apenas o menor preço como critério de julgamento, pairam dúvidas sobre a escolha desta modalidade licitatória, porquanto o que se pretende, segundo o descrito no próprio edital, é o

¹⁸ Processo: REP 13/00273590, Disponível em:

< <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/78995196/tce-sc-20-10-2014-pg-5>>. Acesso em: 05/06/2018.

"assessoramento pedagógico permanente" e "capacitação mínima para o grupo de professores específico do 1º ao 5º ano", dentre outros objetivos (fls. 68, verso) (TCE, 20 DE OUT. 2014, p.5-6).

Conforme arbitrariedades identificadas, o TCE-SC gerou um Mandado de Segurança como medida cautelar de suspensão do edital, até que o Ministério Público se pronunciasse e ocorresse uma fiscalização junto ao TCE-SC.

O edital de 2013 foi impugnado, mas no de 2014, publicado no Diário Oficial Eletrônico do município de 3 de fevereiro de 2014, constava a seguinte descrição:

A Secretaria Municipal da Administração torna público, para o conhecimento dos interessados, que em ato público será realizada Concorrência, tipo “técnica e preço”, tendo como objeto: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA EDUCACIONAL, TENDO EM VISTA A POLÍTICA PEDAGÓGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NOS TERMOS DA LEI NACIONAL DE DIRETRIZES E BASES, COM AQUISIÇÃO DE MATERIAL” (Edição Nº 1147).

O SAE foi utilizado na RME de Florianópolis de 2009 a 2016, sendo que apenas a partir de 2012 os contratos passaram a ser firmados através de Licitação, conforme o Diário Oficial de 1º de fevereiro de 2012: “Contratação empresa especializada para realizar a implantação de sistema educacional, tendo em vista a política pedagógica da secretaria municipal de educação, nos termos da lei nacional de diretrizes e bases” (Edição nº 654), “[...] pelo valor de 1.345.875,00 (um milhão trezentos e quarenta e cinco mil oitocentos e setenta e cinco reais)” (Edição nº 659).

Em 2016 foi aberto um edital, de nº 00341/EDUC/BID/2016, com novas especificações. Este deixou de solicitar o material do SAE ou “sistema educacional”, como era denominado anteriormente, e passou a requerer o então chamado “Projetos Inovadores em Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, Língua Estrangeira e Apoio Pedagógico com Tecnologia da Informação e Comunicação-TICs”, como publicado no Diário Oficial da União de 2016:

A Prefeitura Municipal de Florianópolis/SME convida os licitantes elegíveis a apresentar propostas lacradas para a contratação de consultoria para apoio a implementação dos Projetos Inovadores em Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, Língua Estrangeira e Apoio Pedagógico com TICS. O prazo para execução das obras é de 32 (trinta e dois) meses. O orçamento referencial é R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais). (Edição nº 125, seção 3, 1º julho de 2016)

Desta forma, este edital possibilitou a entrada desse “Projeto Inovador” por meio de TICs que inclui propostas interdisciplinares através de tecnologias, formação dos professores e outros, conforme Edital Licitatório de 2016 (figura 02).

Figura 2: Edital de Licitação do Projeto Inovador com TICs-2016



Sistema de Divulgação de Editais de Licitação
das Prefeituras Municipais
Secretaria Municipal da Educação - Florianópolis



Relação de Editais de Licitações em Andamento
Atualizado em: 07/11/2016

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Os editais abaixo disponíveis estão sujeitos a alterações, as quais serão informadas nesta página, sendo de inteira responsabilidade do consultante, o acompanhamento e o acesso as novas modificações. Essas publicações não possuem caráter legal.

[Ver Editais Encerrados](#)

| Nº Edital | Descrição do Objeto | Abertura/Situação |
|--|---|--|
| Edital Lic. Pública Nacional (BID) 0341/2016 | Contratação de Consultoria para Apoio na Implementação dos Projetos Inovadores em Matemática, Língua portuguesa, Ciências, Língua Estrangeira e Apoio Pedagógico com TICs. Natureza: Serviços | Proposta de Preços 02/08/2016 14:00:00 (Julgamento do processo) |
| Edital Lic. Pública Nacional (BID) 0345/2016 | Contratação de Empresa Especializada para Construção da Creche Muquem – Rio Vermelho. Natureza: Obras | Proposta de Preços 19/07/2016 14:00:00 (Julgamento do processo) |

V02082011P

Informações pelo telefone (48) 3251-6114



Disponível em: <http://editais.sc.gov.br/prefeituras/editais.asp?usuario=0540>
Acesso em 02 junho 2018

De acordo com o site do TCE-SC, a Editora Moderna LTDA venceu a licitação para assessorar a implementação do projeto na RME de Florianópolis (figura 03).

Figura 3: Resultado do edital 2016/341, com o nome da empresa que realiza o Projeto Inovador com TICs-2016

| Item | Descrição | Preço | Valor |
|----------|---|-------------------|--------------|
| 2016/017 | SEDELO COMERCIAL ATACADO PROD. ALIMENTOS E EQUIP. | Pregão Eletrônico | 15.350,00 |
| 2016/019 | JASON JOSE BAISANI | Não cadastrado | 10.368,00 |
| 2016/020 | MIRY ELIZABETH CERUZZI RICZARTI | Não cadastrado | 96.000,00 |
| 2016/040 | ENORNEY CONSULTORIA E CAPACITAÇÃO | Não cadastrado | 1.332.156,29 |
| 2016/341 | EDITORA MODERNA LTDA | Não cadastrado | 2.580.903,00 |

Disponível em: <http://www.portaldocidadao.tce.sc.gov.br/home.php> Acesso em 13 junho 2018.

No entanto, este poderá ser objeto de estudo de outra pesquisa, para descobrir sobre essa implementação, utilização das TICs, papel do professor e do aluno e sobre o foco educativo e político envolvido neste projeto.

Mesmo havendo esta mudança no edital de 2016, a qual implica uma possível mudança na proposta de contratação do SAE, investigar o que foi este Sistema e quais as suas implicações é de suma importância por possibilitar que o corpo docente, gestores, alunos e pais conheçam e opinem sobre os SAEs, uma vez que esse material vem tomando espaço nas prefeituras de todo o país, ditando metodologias didáticas e seqüências de aulas, desconsiderando as necessidades e interesses de alunos, professores e de toda comunidade escolar.

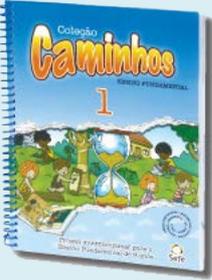
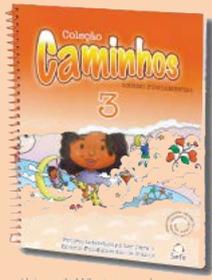
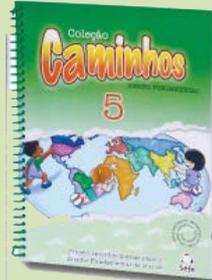
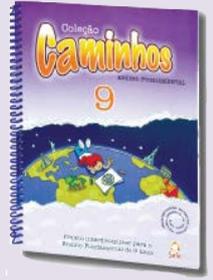
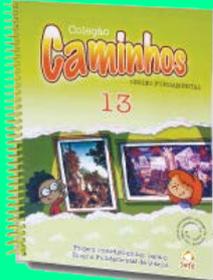
Além disso, o estudo sobre os SAEs pode contribuir para a sistematização dos conhecimentos sobre a pertinência, qualidade e uso dos sistemas apostilados para editoras de SAE, gestores de rede de ensino que compram esse material e para o próprio município pesquisado, bem como pode contribuir para o desenvolvimento de uma criticidade e percepção do Ensino de Ciências com o olhar para a qualidade do material.

Por fim, este estudo também promove a ampliação do conhecimento acadêmico sobre este tema, podendo oferecer subsídios para o coletivo que investiga os SAEs.

1.5.1 O SAE utilizado pela RME de Florianópolis

Frutuoso (2014) e Giacomini (2013) apontam que o kit do SAE utilizado pela RME de Florianópolis era composto por 16 apostilas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, do 1º ano até o 5º ano, apostila do professor, bolsa, caderno de anotações, encartes por turma e bloco de atividades e leituras. Nesse pacote estavam também incluídas 40 horas/aula de assessoria pedagógica para professores e equipe pedagógica da SME, 96 horas/aula para professores do 1º ano, consultoria nas escolas, curso de capacitação a distância, provas e sistema de avaliação para alunos e professores, pareceres descritivos do desempenho de cada escola, encartes extras sobre a região, material digital, acesso ao site com provas, atividades e jogos online, CDs com blocos de atividades, agenda escolar para alunos, palestras e orientação para os pais com quatro apostilas por ano de material específico. As apostilas diferem apenas pelo número e pelas cores, não consta em nenhuma parte da apostila a que ano se destina. Assim, no primeiro ano do Ensino Fundamental são utilizadas duas apostilas de cor azul, de números 1 e 2; para o segundo ano também são duas apostilas, de cor laranja e com os números 3 e 4; o terceiro ano tem quatro volumes (5,6,7 e 8) de cor verde; o quarto ano tem quatro volumes (9,10,11 e 12) na cor roxa; e o quinto ano, também com quatro volumes (13,14,15 e 16) tem as cores amarelo limão ou verde limão, conforme quadro 4.

Quadro 4: Apostilas do aluno identificadas pelo número e pela cor, de acordo com o ano.

| Kit completo do SAE dos anos iniciais do Ensino Fundamental | | | | | |
|---|---|---|---|--|---|
| Apostilas do aluno |  |  |  |  |  |
| Números | 1 e 2 | 3 e 4 | 5, 6, 7 e 8 | 9, 10, 11 e 12 | 13, 14, 15 e 16 |

Fonte do quadro: Elaboração da autora.

Fonte das Imagens: Disponível em: <http://www.sefeeducacao.com.br/> Acesso em maio de 2016.

O quadro 4 mostra apenas um exemplar das apostilas de cada ano, os demais exemplares de cada turma se diferenciam pela numeração, pela imagem da capa e pelo conteúdo.

As figuras 04 e 05 trazem imagens de boa parte dos materiais impressos que fazem parte do Kit do SAE pesquisado.

Figura 4: Blocos de atividades de casa, de leitura e escrita e agenda.



Fonte das Imagens: Disponível em: <http://www.sefeeducacao.com.br/>. Acesso em maio de 2016.

Cada aluno do primeiro e do segundo ano recebe ainda 2 blocos de atividades, 1 apostila de leitura e escrita e os alunos de todos os anos, uma agenda.

Outros MATERIAIS:

Figura 5: Caderno de Registro e bolsa do professor



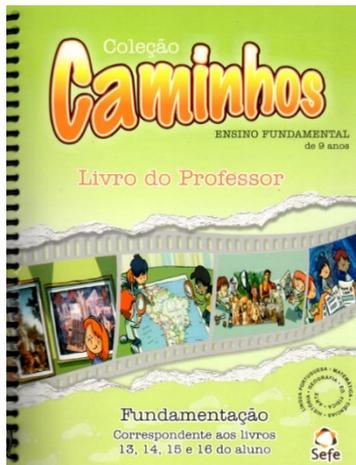
Fonte das Imagens: Disponível em: <http://www.sefeeducacao.com.br/> Acesso em maio de 2016.

Os professores dos anos iniciais recebem anualmente um caderno de registros, uma bolsa, alguns encartes (1º ano: 17 volumes; 2º ano: 5 volumes; 3º ano: 19 volumes; 4º ano: 14 volumes; 5º ano: 58 volumes) e as apostilas do professor, que chega na escola junto com as apostilas dos alunos. Os encartes são materiais impressos geralmente em folhas mais espessas que servem de recurso visual para as aulas, como alfabeto móvel, cartazes com histórias, calendários, aniversários e outros.

A Plataforma virtual para acesso dos alunos e atendimento dos professores para sanar possíveis dúvidas e para os cursos a distância também faz parte do pacote de serviço, oferecendo jogos para as crianças, desafios e possibilidades de pesquisas relacionadas aos conteúdos, e ainda provas, questões, textos informativos e cursos *online* para os professores.

Os professores recebem a coleção Caminhos, que contém o manual do professor (figura 06), com a explicitação do referencial teórico, dos encaminhamentos metodológicos, da descrição das áreas de conhecimento, com o quadro dos conteúdos, os critérios de avaliação, além de orientações para o trabalho em todas as páginas da reprodução da apostila do aluno, com as respostas das atividades.

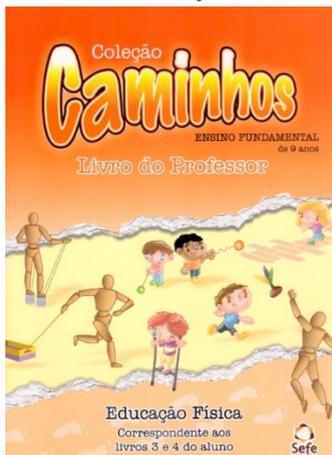
Figura 6: Livro do Professor, correspondente ao 5º ano



Fonte: Siqueira (2018).

Os professores recebem também um livro da disciplina de Educação Física, com orientações que faz parte da coleção Caminhos (figura 07).

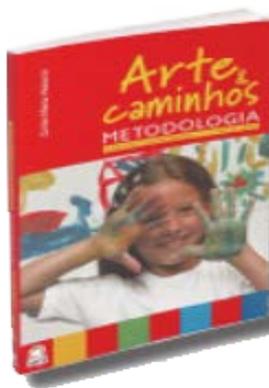
Figura 7: Livro do Professor de Educação Física, correspondente ao 2º ano



Fonte: Siqueira (2018).

No mesmo kit, o professor recebe um livro de Artes, chamado “Arte e Caminhos” (figura 089), que oferece instruções sobre linguagem das artes (artes visuais, música, teatro e dança), fundamentos da história da arte, encaminhamentos e práticas metodológicas.

Figura 8: Livro de Artes, para todos os anos Iniciais do Ensino Fundamental



Fonte: Disponível em: <http://www.sefeeducacao.com.br/> Acesso em maio de 2016.

As apostilas dos alunos são fragmentadas em volumes e em cada um é proposta a integração disciplinar dos conteúdos que devem ser explorados por bimestre (terceiro, quarto e quinto ano) ou semestre (primeiro e segundo ano). Essas apostilas não chegam todas juntas na escola, sendo entregues na data de início de cada bimestre/semestre as apostilas referentes àquele período letivo¹⁹.

A empresa que fornece estes materiais está no ramo dos materiais didáticos há 20 anos, tem sua sede em Curitiba/PR e consta em seu site que tal razão social comercializa SAE apenas para escolas municipais.

Entretanto, algo curioso, porém nada incomum entre as empresas que produzem materiais didáticos para escola públicas, são os diferentes nomes fantasia e razões sociais utilizados por uma mesma empresa em curto espaço de tempo. O próprio SAE contratado pela RME de Florianópolis se apresentou com diferentes nomes, sendo sempre a mesma empresa e o mesmo material. De acordo com Giacomini (2013),

[...] o material comprado pela SME era denominado de SEU e, em 2012, passou a ser chamado de SEFE. Entretanto, trata-se do mesmo sistema educacional, e isso pode ser constatado no próprio site do SEU, pois o material didático exposto como componente de seu kit é a coleção Caminhos (material didático composto por dezesseis volumes de apostilas) e a Coleção Família e Escola (material para reunião dos pais), ambos usados pelo atual SEFE. Além disso, nos cursos de formação para os professores, as assessoras usavam uniformes em cuja camiseta constava o logotipo do Instituto Unibrasil (Figura 1) e do SEFE (Figura 3) e, isso acontecia também nos cabeçalhos das folhas entregues por elas durante os cursos. Elas justificavam o uso de ambos os logotipos para os professores se acostumarem com a mudança, tendo em vista o SEFE continuar sendo do Instituto Unibrasil.

¹⁹ O aluno não tem acesso à apostila do bimestre seguinte antes da conclusão do bimestre anterior, dificultando a consulta e a utilização antecipada, se houver necessidade.

Segundo uma de suas assessoras, essa mudança aconteceu por motivos burocráticos em torno do registro empresarial (GIACOMINI, 2013, p. 59-60).

Essas mudanças, justificadas como “burocráticas”, representam uma nova ordem educativa que se delinea, e, ainda de acordo com esse autor, “[...] o sistema educativo está a serviço da competitividade econômica, está estruturado como um mercado, deve ser gerido ao modo das empresas” (LAVAL, 2004, p.20).

Desta forma, Frutuoso (2014) evidencia que o SAE utilizado pela RME desconsidera a Proposta Curricular de Florianópolis, dispondo de uma matriz curricular organizada pela própria empresa. Além disso, Giacomini (2013) declara que as apostilas não são avaliadas pelo MEC e sim por uma comissão organizada pela SME através da portaria 001/12 de 9 de janeiro de 2012. Por fim, ambos os autores denunciam a má qualidade do material didático comprado pela prefeitura de Florianópolis e o alto custo do contrato, que mesmo sendo apresentado enquanto uma possibilidade e não uma obrigação às escolas, era oferecido ora por convencimento por suas supostas qualidades, ora por pressão para aceitá-lo.

2 CIÊNCIAS DA NATUREZA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Compreendendo que os conhecimentos organizados neste trabalho correspondem a uma realidade histórica e cultural da época vivida e das influências políticas, éticas e da bagagem educacional que os pesquisadores trazem consigo, neste capítulo tenho por objetivo apresentar concepções do Ensino de Ciências nos anos iniciais, para responder a pergunta principal: Quais elementos caracterizam o Ensino de Ciências para os anos iniciais? e as perguntas secundárias: Quem aprende Ciências nos anos iniciais? Para que aprender Ciências nos anos iniciais? Como uma criança dos anos iniciais aprende Ciências? Como organizar um contexto de aprendizagem de Ciências?

Lüdke e André (2017) contribuem ao esclarecer que,

É pelo seu trabalho como pesquisador que o conhecimento específico do assunto vai crescer, mas esse trabalho vem carregado e comprometido com todas as peculiaridades do pesquisador, inclusive e principalmente com as suas definições políticas (LÜDKE; ANDRÉ, 2017, p.5).

Os procedimentos metodológicos utilizados para conhecer os estudos a respeito do Ensino de Ciências nos anos iniciais no contexto brasileiro buscaram elementos que caracterizassem as Ciências da Natureza para os anos iniciais. Deste modo, descrevo a natureza da pesquisa, os autores e a organização analítica escolhida para responder tal objetivo.

Caracterizado pela abordagem qualitativa de pesquisa, conforme Lüdke e André (2017), esse trabalho compreende uma relação direta do pesquisador com a situação ou objeto investigado, estabelece relação com o contexto que envolve tal objeto, faz uso de citações para confirmar ou explicar posicionamentos do pesquisador e os dados apresentados são descritivos.

Para fundamentar a pesquisa e conhecer o campo de estudo, realizei uma revisão bibliográfica sistemática, após busca livre no *Google Acadêmico* sobre os SAEs, a fim de mapear estudos relacionados com o objeto desta pesquisa dentro da Área Ensino de Ciências. Assim, pude identificar pesquisadores e seus trabalhos, cuja leitura foi indispensável para essa investigação, apresentando evidências e confrontando informações.

A busca teve início a partir da leitura de alguns artigos, quando pude selecionar descritores que foram utilizados para busca nas bases de dados Capes e Scielo. Nesta fase, os trabalhos foram selecionados pelo título. Em seguida, foi feita a revisão sumário a sumário de dez periódicos de Qualis A e B comumente consultados na área de Ensino de Ciências (tabela no apêndice A). Desta maneira, pude conhecer os principais pesquisadores sobre o tema (tabela no apêndice B). Minha busca findou quando as referências dos artigos indicavam trabalhos e autores já identificados.

Com esses trabalhos, me detive aos autores que estudam o SAE e o EC nos anos iniciais, as referências de outras pesquisas que continham esses temas e os periódicos que mais publicaram artigos sobre eles. Portanto, além da busca nas grandes bases de dados, realizei buscas de sumário a sumário, para depois fichar os artigos que seriam importantes para minha pesquisa.

Para esclarecer e detalhar o meio de investigação para o Ensino de Ciências nos SAEs, alguns nomes se sobressaíram: Silvia Luzia Frateschi Trivelato e Rosana Louro Ferreira Silva (2011); Silvia Luzia Frateschi Trivelato e Celi Rodrigues Chaves Dominguez (2003, 2005); Celi Rodrigues Chaves Dominguez e Silvia Luzia Frateschi Trivelato (2007, 2014); Celi Rodrigues Chaves Dominguez (2001, 2006, 2014); Ely Maués (2003) e Anna Maria Pessoa de Carvalho (1999, 2013), autores com quem compartilho expectativas e concepções sobre o Ensino de Ciências nos anos iniciais. Conforme Lüdke e André (2017), as opções de trabalhos e autores selecionados trazem uma “carga de valores, preferências, interesses e princípios que orientam o pesquisador” (2017, p.3).

2.1 O ENSINO DE CIÊNCIAS: PARA QUEM, PARA QUE, COMO E DE QUE MANEIRA?

O ensino de Ciências é um componente curricular que agrega assuntos das áreas de Física, Biologia, Química e outros diferentes saberes, também proporciona curiosidade, interesse e muito envolvimento das crianças e dos professores. As aulas de Ciências permitem a construção de conhecimentos ricos e aprofundados, sobre temas que possivelmente as crianças não aprenderiam se estivessem em contato apenas com o conteúdo limitado pela grade curricular de cada ano, porém o ensino não diretivo por projetos escolares e investigações

com problemáticas reais, colaboram positivamente para a aprendizagem e para a formação cidadã de cada criança.

2.1.1 Quem aprende Ciências nos anos iniciais?

A definição formal e sistemática de quem poderia e deveria aprender Ciências na escola, levou um tempo para ser ampliada a todo o Ensino Básico. Embora o Ensino de Ciências nos anos iniciais tenha sido contemplado no ano de 1971, com a implantação da Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971), se tornando uma obrigatoriedade para todas *as séries* do antigo 1º Grau (hoje Ensino Fundamental), há muito a se fazer. Foi meia década (um pouco menos) de demora em perceber a necessidade real da inclusão desse ensino para toda educação básica, por outro lado, está demorando todo esse tempo para que haja compreensão sobre o sujeito que está ali diante dos olhos do professor, o que se almeja com as intervenções educativas e quais questões humanas estão relacionadas a esse processo educativo na primeira infância.

Sarmiento (2011) declara que o período da infância, embora tenha muitos elementos que fazem uma criança ser diferente da outra por conta da faixa etária, da condição social, ética, de gênero, condições de vida, práticas sociais e outras, também tem suas igualdades, por conta da

[...] peculiar situação de vulnerabilidade e dependência social, económica e jurídica dos seus membros; a ausência de direitos cívicos e políticos formais; o conjunto de concepções socialmente produzidas que, sendo heteróclitas e contraditórias, têm o poder de referenciar distintivamente o que é ser “criança” (SARMENTO, 2011, p. 584).

Porém, esses pontos que caracterizam a infância contemporânea, em outros momentos da história se modificam, e hoje já se tem mudanças em relação à compreensão da psicologia do desenvolvimento infantil e isso reverbera para as compreensões da autonomia, da aprendizagem e da escolarização, conforme concepção que o mesmo autor aponta.

Com a escola, a criança assume o estatuto de ser social, objecto de um processo intencional de transmissão de valores e saberes comuns, politicamente definidos, e destinatário objectivo

de políticas públicas. A escola realizou a desprivatização das crianças e desvinculou-as parcialmente do espaço doméstico e da exclusividade da proteção parental. Com a escola, a infância foi instituída como categoria social dos cidadãos futuros, em estado de preparação para a vida social plena (SARMENTO, 2011, p. 588).

É necessário reconhecer que esse indivíduo em desenvolvimento que frequenta os anos iniciais do ensino fundamental como um sujeito em desenvolvimento, com sonhos, vontades, fantasias, necessidades, características próprias, que traz uma bagagem de vivências experiências e crenças, está inserido em um determinado contexto social (SARMENTO, 2007) e com conhecimento de seu cotidiano. Um indivíduo que precisa: ser respeitado, ser ouvido, ser reconhecido como um ser com capacidades, ser reconhecido com potencial criativo, reflexivo e autônomo. Sem deixar “morrer” o ser criança, “[...] com saberes e emoções, aspirações, sentimentos e vontades próprias, para dar lugar ao aprendiz, destinatário da ação adulta, agente de comportamentos prescritos, pelo qual é avaliado, premiado ou sancionado” (SARMENTO, 2011, p. 588). Esse fator é importante para que possamos identificar a forma de reconhecimento do sujeito que utiliza os SAEs, não como um aluno sem anseios, insensível, acumulador de informações, sem conhecimentos e sem interesses, mas como uma criança que é um sujeito histórico e social que interage com o outro e produz conhecimento, somado com a apreensão da realidade e a intenção de transformá-la (FREIRE, 2017).

Reconhecer a criança como um sujeito histórico e social é também saber respeitá-lo como um ser humano. Respeitar é aqui entendido como a consideração que se tem pelo outro, independentemente de quem seja, de que idade tenha, de como a pessoa é, e de que escolhas fez ou faz; as atitudes de cuidado, atenção, valorização, reconhecimento e individualidade representam o respeito que as pessoas têm uma pela outra, dentro ou fora da escola.

O respeito é necessário e indispensável ao ser humano, pois as atitudes que temos para com o outro, se não forem respeitosas, podem gerar ações adversas na escola ou em qualquer ambiente. Crianças e adultos precisam ser vistos como seres humanos que têm vontades, interesses e sentimentos, que precisam de atenção, de serem bem tratados e de serem cuidados. Crianças e professores se estiverem em

um ambiente que há respeito, cumplicidade, preocupação com seus sentimentos e cuidado, desenvolverão confiança, empatia, bem-estar, autoconfiança e autoestima. “*O clima de respeito que nasce de relações justas, sérias, humildes, generosas, em que a autoridade docente e as liberdades dos alunos se assumem eticamente, autentica o caráter formador do espaço pedagógico*” (FREIRE, 1996, p. 103). Todos esses elos de respeito na escola, além de resultarem em novas atitudes respeitadas, gerarão uma maior predisposição a se dedicarem ao processo educativo de construção e reconstrução do conhecimento. O diálogo, as atitudes, o tratamento, os gestos e os olhares demonstram o respeito que há na relação entre professor e aluno/criança.

Portanto, por meio do diálogo que as pessoas utilizam para se comunicar, compartilhar pensamentos, sentimentos, conhecimentos e informações, discutir problemas e facilitar aprendizagens, em meios formais ou não formais de ensino e aprendizagens.

No processo educacional a interação horizontal entre as pessoas, demonstra confiança, significação do momento, impulsiona a transformação libertadora e transformadora e o aperfeiçoando do nosso *ser mais*. No entanto, o diálogo propicia a comunicação quando há problemáticas locais envolvidas no discurso (FREIRE, 2003). O diálogo no ambiente escolar não é representado apenas pela fala, mas pelo saber ouvir o outro, pela sintonia estabelecida entre ambos, abrangendo para todos os envolvidos no processo educativo, sendo o caminho para a libertação, humanização e transformação da sociedade.

A prática social estabelecida fortalece o vínculo como cidadão que pertence e participa de uma sociedade. De acordo com Mendez (1994) a cidadania pode ser entendida como a possibilidade da participação, ideia ou comportamento efetivo em questões da sociedade em que este indivíduo está inserido, é a compreensão das leis, de seus direitos e deveres, é saber que pode, que tem o direito de se posicionar e alternativas para lutar, é participar democraticamente e deve ser contemplada pela escola, através da educação dialógica e formadora da consciência de seu poder de transformação e mudança.

A escola é parte dessa sociedade em que a criança vive e, portanto, este é um espaço onde se deve contribuir para a formação cidadã desse indivíduo (SEVERINO, 1992), conhecimento de seus direitos e deveres, com o objetivo de ressignificar a sociedade para se tornar mais justa e igualitária (ARROYO et.al., 2000).

Sarmento (2011) discorda de um modelo de escola que formata o comportamento da criança, que individualiza e torna o ensino competitivo, que impõe uma autonomia por privação ou obrigação e que

mascara as capacidades, potencialidades e individualidades das crianças, defendendo uma escola que pode oferecer uma formação democrática, plena e integral ao sujeito. Essa formação integral corresponde ao desenvolvimento da criança em vários aspectos, além dos aspectos humanos e políticos, incluímos: o cognitivo, o social, o afetivo e o motor. É interessante que a educação escolar esteja voltada a todos os aspectos de formação e desenvolvimento integral de seus educandos, pois são indissociáveis. As questões sociais e afetivas precisam ser consideradas para que a formação motora e intelectual tenha êxito.

Nos documentos educacionais se faz uma aproximação da formação integral do sujeito com o que foi exposto pelo Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Delors (2001) esclarece que a ênfase está para a qualidade na educação e para o desenvolvimento humano a partir dos quatro pilares: *aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser*, desenvolvendo aptidões que envolva o desenvolvimento de habilidades e competências no qual o aluno se torna crítico e ativo em uma *educação libertadora e humanizadora*, para sair da passividade e se tornar um cidadão livre, tomando como norte algumas concepções freireanas.

Porém, a criticidade que se espera desse aluno ativo é a postura reflexiva a partir do momento que forma opinião sobre determinados assuntos e consegue se posicionar diante de outras visões. De acordo com Freire (1970), a postura crítica diante de assuntos diversos está acompanhada de um posicionamento reflexivo, comprometido, interessado, participativo e disposto a novas descobertas e aprendizagens, o que possibilita conhecer sua realidade social, cultural e histórica, e transformá-la, através de reflexões, ações, manifestações e atitudes.

Por fim, outro ponto que não fica distante da formação integral do cidadão como sujeito histórico e social e que caminha paralelamente a essa formação é a contextualização do saber. Essa é a ponte entre o conhecimento e as representações que o aluno faz em seu contexto familiar, local e global com que tem contato. Como uma aprendizagem que sustenta o processo de aprendizagem de modo significativo, que reconhece a complexidade da experiência do percurso de aprendizagem, revela o invisível, os pensamentos e impulsiona a motivação, o interesse e a curiosidade por saber mais. Há uma conexão entre o novo conhecimento e o antigo, ou os conhecimentos prévios que serão o meio para o aluno se apropriar do conhecimento formal, compreendendo sua aplicação na vida real.

2.1.2 Para que aprender Ciências nos anos iniciais?

Os conhecimentos das ciências, matemática, história, assim como das demais áreas, estão presentes no mundo de forma naturalmente articulada e, neste sentido, não faria sentido pensá-los separadamente. Todavia, como forma de sistematizar a aprendizagem destas distintas áreas, a escola organiza tais conhecimentos na forma de disciplinas, as quais podem, por consequência, facilitar uma compreensão fragmentada e limitada do mundo. Essa limitação vem sendo repensada e reformulada, abrindo espaços para concepções mais integradoras.

O ensino nos anos iniciais, portanto, inter-relacionando as disciplinas desse nível de ensino, oferecendo espaço para que Matemática, Português, Ciências da Natureza, Geografia, História, Artes, Música, Filosofia, Educação Física sejam exploradas com equilíbrio e intencionalidade. Conforme apresentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) “Os currículos [...] devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil” (BRASIL, 1996).

Não obstante esteja explícita nos documentos educacionais a orientação para que o currículo escolar contemple com equidade os componentes curriculares nas aulas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, há uma provável naturalização, por parte de muitos professores, de priorizar os conteúdos de Português e Matemática em suas aulas. Fracalanza (1986), Weissmann, (1998) e Nigro e Azevedo (2011) evidenciam esse problema, e destacam algumas questões que dificultam a realização das aulas de Ciências, entre elas: escassez de materiais didáticos, pouco tempo para planejar as aulas, ausência de laboratórios, espaço físico inadequado, formação inicial insuficiente para os conteúdos científicos, insegurança do docente, ensino transmissivo e mecânico e outras. Assumir todas as dificuldades como válidas, **é acreditar que** não existe outro modo de ensino, além do transmissivo e diretivo, que o ensino acontece unicamente de modo fragmentado, que o ensino de Ciências se resume em teoria e experimentação, que é conduzido por professor de área específica com uma organização temporal de cinquenta minutos por aula (nos anos iniciais do Ensino Fundamental).

No entanto, o que se percebe é que mesmo que o professor ressalte as disciplinas de Português e Matemática, demonstre preferência por alguns dos componentes curriculares, disponha de mais habilidade ou facilidade para explorar um ou outro componente curricular em sala, é possível que essas deficiências sejam superadas (muitos já fazem isso). Pois, o que se espera de um professor ou professora dos anos iniciais é que contemple todos os conteúdos da matriz curricular com a profundidade necessária.

Cada professor tem seu potencial autônomo para estudar, pesquisar, criar possibilidades de saber mais sobre diferentes assuntos, estimulando o interesse de seus alunos, envolvendo a classe e proporcionando momentos significativos de aprendizagens e investigações frente a um problema real. Maués (2003) destaca que mesmo com as dificuldades na compreensão de alguns conceitos científicos, os professores dos anos iniciais apresentaram uma mediação de qualidade, com profissionalismo e ética. “Elas criavam situações significativas, estimulando a criatividade das crianças, favorecendo sua interação com o mundo, ampliando conhecimentos prévios, levantando e confrontando os conhecimentos dos alunos” (MAUÉS, 2003, p.101).

É importante que a Ciência nos Anos Iniciais seja explorada da mesma forma que os outros componentes curriculares, por possibilitar mais do que a compreensão de conceitos, pois permite relacionar os conhecimentos com seu dia –a –dia, compreendendo, interagindo e agindo sobre o mundo em que vive. Fourez (1994), destaca a necessidade de a ciência ser estudada a partir de problemáticas reais como uma maneira de reconhecer o mundo, “Para que las ciencias enriquezcan una visión del mundo, es necesario que sean estudiadas en relación com los proyectos humanos que han contribuído a su elaboración” (1994, p.34).

É necessário reconhecer o Ensino de Ciências como espaço de construção dos conhecimentos científicos que, unido a outras áreas do conhecimento, possibilita identificar e explicar fenômenos e situações históricas e sociais, não como uma verdade absoluta, mas transitórias e mutáveis (FOUREZ, 1994).

Entender o ensino de ciências como uma necessidade e sua tamanha importância neste ciclo educacional é compreender os avanços tecnológicos, seus benefícios e malefícios, é começar a refletir sobre os fenômenos naturais, a influência do homem nas mudanças naturais do ambiente e de uso de seus recursos (BRASIL, 1997), é aproveitar uma das fases de maior curiosidade e interesse para provocar o senso crítico,

reflexivo e participativo do aluno, a partir de investigações, experimentações e descobertas.

O Ensino de Ciências nos anos iniciais objetiva desenvolver conhecimentos sobre o ambiente, os seres vivos e a compreensão desse todo, reconhecendo-os como cidadãos do mundo que precisam conhecer o espaço em que vivem e se reconhecer como integrante deste espaço, compreendendo os fenômenos naturais e as mudanças provocadas pelo homem de maneira crítica, reflexiva e participante. “Para isso faz-se necessário uma ação docente que estimule os alunos a perguntar, refletir, buscar por respostas e a tomar decisões, de maneira que os alunos atuem ativamente na construção do conhecimento” (FABRI; SILVEIRA, 2013, p.78). Assim, a Alfabetização Científica torna-se tão necessária quanto o conhecimento da leitura, da escrita e dos cálculos matemáticos.

Pavão e Freitas (2017) apontam três motivos bem pertinentes sobre a importância de ensinar Ciências, que são: o direito da criança de participar de discussões sociais que inclui conceitos científicos, o dever da escola quanto à sua função de propagar conhecimentos científicos à comunidade escolar e a necessidade das construções dos conhecimentos científicos para a compreensão da realidade e para tomar decisões responsáveis.

2.1.3 Como uma criança dos anos iniciais aprende Ciências?

A partir da percepção de que “Os interesses dos alunos estão centrados na ação, no diálogo, na confrontação de ideias, no trabalho em equipe, na experimentação, na reflexão conjunta, na busca de novos questionamentos.” (PAVÃO; FREITAS, 2017, p.20), podemos entender como uma criança aprende e que propostas e abordagens podem ser utilizadas para aproveitar todo o potencial e interesse que ela apresenta.

A aprendizagem desenvolvida com o envolvimento ativo e participativo do aluno corresponde a uma necessidade primordial com crianças. A aprendizagem com sentido e significados faz conexão com um conhecimento preestabelecido e interessante para a criança, que estabelece relações, elaborando novos significados ou reformulando os antigos. Dominguez e Trivelato (2014) destacam que,

Partindo desta preocupação de compreender o pensamento infantil a partir do referencial das próprias crianças, todos os nossos esforços se concentraram em procurar identificar “suas vozes, olhares, experiências e pontos de vista” para, a

partir daí, compreender o processo de atribuição de significados em situações de interação social com outras crianças quando o assunto refere-se aos pequenos seres vivos habitantes dos jardins (DOMINGUEZ; TRIVELATO, 2014, p.688).

Acreditando que, quando a aprendizagem é significativa, o ensino envolve interesse, é motivador, os conhecimentos antigos são pontos-chave para a construção de novos conhecimentos, e é indispensável a utilização de diferentes linguagens como meio de interação ou como fonte de questionamentos e dúvidas na exploração de assuntos científicos com crianças. Dominguez e Trivelato (2014) contribuem com essa ideia de usar as diversas linguagens, além da fala da criança outras maneiras de expressão, para que fique claro o percurso de pensamento e a construção de conceitos das crianças em relação à investigação.

[...] é importante ressaltar que, ao contrário do que se pode pensar à primeira vista, “dar voz” às crianças pequenas nem sempre significa permitir que elas falem por meio da linguagem oral. Às vezes é necessário que elas possam desenhar, fazer modelagens em massinha ou argila, fazer de conta, imitar ou pintar, para que seus pensamentos fiquem evidenciados (2014, p.699-700).

As crianças são destemidas e ativas no processo de aprendizagem que é de seu interesse, fazem perguntas, discutem, negociam, interpretam e se posicionam criticamente.

A aprendizagem com significados é entendida por Pavão e Freitas (2017), como um ensino voltado para a cidadania. Nesta aprendizagem a criança é reconhecida

[...] como sujeito crítico, participativo e atuante no meio em que vive, incorporando o conhecimento em seu dia-a-dia, numa sociedade sempre em formação- necessita incluir, proposição de atividades de ensino nas quais os alunos possam discutir diferentes pontos de vista sobre problemas reais do seu meio, debater sobre eles, buscar conhecimentos construídos pela humanidade para compreendê-los e, então, considerar as questões éticas aí envolvidas e posicionar-se frente a eles, buscando soluções (PAVÃO; FREITAS, 2017, p.265).

A aprendizagem cidadã está também relacionada com a compreensão e atuação democrática da criança na sociedade e na vida escolar. É uma maneira de incidir sobre questões sociais locais de interesse coletivo, para desenvolver aptidões para opinar criticamente, tomar decisões e refletir sobre a resolução de problemas (PAVÃO; FREITAS, 2017).

Para os alunos atuarem ativamente na construção de sua própria aprendizagem, os conhecimentos explorados nas aulas precisam ser úteis e reais, envolvendo situações e problemas do contexto social do educando, permitindo que façam relação com sua vida diária ou com o meio em que estão inseridos. Essas questões são assumidas por Sasseron e Carvalho em suas pesquisas:

Por fim, é importante dizer que acreditamos que o fato de a sequência didática²⁰ ter como foco central investigações girando em torno de temas próximos do interesse dos alunos deste nível de ensino tenha sido a motivação para que eles se envolvessem com as discussões em sala de aula e, assim, terminassem por trabalhar de maneira conjunta e coordenada os assuntos que englobavam não só as Ciências Naturais, mas também a Sociedade, as Tecnologias e o Meio-Ambiente, percebendo e argumentando sobre o modo como estas entidades se relacionam (SASSERON; CARVALHO, 2008, p.350).

No entanto, as investigações acontecem mediante um problema. Conforme explica Carvalho (1999), as problemáticas são movimentos gerados por conhecimentos novos em conflito com o senso comum ou uma instabilidade motivada pela necessidade de saber mais, formando questões que permeiam a problematização de assuntos, com o interesse por buscar outros conhecimentos, formar novos conceitos e compreender um fato.

²⁰ [...] a proposta das sequências didáticas SEIs está pautada na ideia de um ensino cujo objetivo concentra-se tanto no aprendizado dos conceitos, termos e noções científicas como no aprendizado de ações, atitudes e valores próprios da cultura científica.

Com a instabilidade gerada²¹ pela curiosidade de desvendar uma situação problema e com o interesse por novos conhecimentos estabelecido nas crianças, a aprendizagem ocorre de modo interessante e participativo, a partir da resolução das problematizações que partiram da curiosidade e de situações vividas, incluindo os conhecimentos científicos, conforme defende Dominguez e Trivelato (2014),

[...] ficou evidente que é possível que, desde bem pequenas, haja aproximações entre as crianças e os conhecimentos científicos. Elas pensam sobre questões científicas e são capazes de se apropriar de alguns usos das linguagens, como, por exemplo, o uso de termos específicos ou a preocupação em representar aspectos morfológicos nos desenhos. (DOMINGUEZ, TRIVELATO, 2014, p.700)

O Ensino de Ciências contempla essa fase de escolarização, fazendo-os perceber que a ciência está relacionada à vida cotidiana e que o desenvolvimento tecnológico e científico se mostra de modo positivo e negativo em nosso dia-a-dia, possibilitando que reflitam e desenvolvam opiniões acerca de diversos temas, desde os primeiros anos de escolarização através da integração disciplinar e das possibilidades de várias compreensões sobre o mesmo tema.

2.1.4 Como planejar um contexto de aprendizagem em Ciências?

Os contextos de aprendizagens pensados, planejados e organizados a fim de aproveitar e favorecer os interesses e potencialidades que as crianças apresentam incluem a integração disciplinar, a problematização, a investigação e os projetos escolares.

A integração disciplinar é a integração de dois ou mais componentes curriculares que se relacionam para possibilitar o conhecimento de todas as faces do problema investigado; pode ser considerada também como a organização pedagógica que possibilita a ligação de saberes com intuito de explorar uma situação-problema (CARVALHO, 2013).

²¹ Instabilidade gerada é compreendida aqui pela inquietação do aluno após identificar um problema e sentir a necessidade de buscar respostas ou construir conhecimentos para tentar solucioná-lo. Compreensão nossa, sobre o termo.

Para Fourez (1994) a integração disciplinar é vista no tratamento de um tema investigado com a participação de duas ou mais disciplinas, com professores de áreas específicas ou especialistas²² para que o aluno perceba o mesmo problema com visões ou contribuições disciplinares diferentes, construindo sua própria compreensão sobre o fato de interesse, sendo escolhas particulares que envolvem princípios *éticos e políticos*.

Para Sasseron e Carvalho a integração disciplinar aparece como seqüências interdisciplinares, que propiciem a investigação de um problema, que se desenrolará num projeto na escola, como apresentado neste trecho:

Propomos então seqüências interdisciplinares no ensino de Ciências que objetivem introduzir os alunos no universo das Ciências, tendo, pois, como prerrogativa gerar possibilidades aos estudantes para que eles se envolvam com problemas e questões relacionados a fenômenos naturais. Com problemas investigativos e questões reflexivas, esperamos que os alunos tenham hipóteses e planos que auxiliem na resolução, bem como discutam sobre as ideias levantadas e outras questões controversas que possam surgir (SASSERON; CARVALHO, 2008, p.339).

Em alguns casos, a situação-problema pode gerar a construção de um projeto escolar. O projeto escolar é uma estratégia pedagógica que propõe um trabalho com intencionalidade, planejada pelo grupo a partir de um problema identificado por eles. Articulado a várias áreas de conhecimento, o projeto tem como objetivo encontrar respostas para os problemas levantados, interpretar os dados encontrados, pensar soluções e aprofundar o conhecimento do tema pesquisado (HERNÁNDEZ, 1998). Ao final, o projeto apresenta uma produção válida socialmente para o grupo, socializando os conhecimentos produzidos.

Este trabalho possibilita um envolvimento sistematizado, dinâmico e ativo do aluno com o tema de interesse, o problema, e permite a articulação dos diferentes componentes curriculares com as questões sociais que envolvem a comunidade escolar. Com base na perspectiva construtivista, o aluno interage com o objeto de aprendizagem e com seus pares, levando em consideração sua realidade

²² O termo especialista abrange não apenas visita de especialistas, mas também saídas de estudos e investigações em outros espaços.

social e cultural. Nessa estratégia pedagógica a aula é dinâmica, estimula-se a criatividade, há flexibilidade no tempo, nos espaço e no currículo, aceitando o inesperado e trabalhando com uma prática de integração disciplinar.

A pedagogia de projetos propõe uma aprendizagem real e atrativa, dando sentido aos conteúdos ao relacioná-los com problemas reais. É através da busca e do interesse no que está sendo pesquisado, que o aluno compreenderá com profundidade os conhecimentos gerados pelos sujeitos a partir de situações problema (HERNÁNDEZ, 1998).

Antes de os educandos se perceberem como agentes de mudança e transformações, o educador que atua nos anos iniciais, de maneira sensível e atenta, percebe as manifestações das crianças através das diferentes linguagens e manifestações, do olhar curioso, da atenção demonstrada e das muitas perguntas, que identificam como significações que estão fazendo e as aproximações com o seu cotidiano (DOMINGUEZ; TRIVELATO, 2014), reconhecendo as representações e reelaborações dos pensamentos das crianças acerca de um problema.

Por outro lado, não desfazendo da percepção do professor apontada por Dominguez e Trivelato, mas entendendo que a construção do conhecimento é uma via com muitas direções, Sasseron e Carvalho (2008) apontam que a criança dos anos iniciais do Ensino Fundamental é impulsionadora de sua própria aprendizagem, por conta de sua curiosidade e perspicácia diante de novos conhecimentos ou na busca por resolver e explicar os problemas.

A pesquisa escolar como uma prática cotidiana que permite que as crianças experimentem a busca por informações e conhecimentos, coletivamente durante a educação básica, aproveita desse interesse infantil para que no futuro ou no presente, interpretem e se posicionem diante do que leram, aprendam a fazer escolhas, classificar informações importantes, construam argumentos, saibam estudar sozinhos e desenvolvam autonomia (PAVÃO; FREITAS, 2017).

A pesquisa escolar é um instrumento que propicia envolvimento com a leitura e a escrita e desenvolve autonomia na aprendizagem; que necessita de orientação e acompanhamento para aprender a buscar informações, de modo sistematizado e confiável, com objetivo de que os alunos entendam como podem interpretar as informações, definir seu ponto de vista a partir do que compreenderam e por fim, se apropriar dos conhecimentos. É uma forma de o professor ensinar seus alunos a aprenderem autonomamente, orientando e acompanhando o processo de pesquisa após definirem um problema a ser investigado e escolherem os procedimentos de busca que serão realizados. Com essa autonomia de

pesquisar para encontrar soluções de problemas reais, o aluno refletirá sobre as muitas respostas encontradas, e selecionará de forma crítica as que mais o satisfaça.

Por fim, é necessário ressaltar a importância do desenvolvimento da autonomia do aluno defendida aqui, cujo caminho estará sendo traçado a partir de um trabalho pedagógico com pesquisas escolares, desenvolvimento de projetos e investigações de problemas do círculo social a que pertencem. Autonomia não significa fazer por si, sem acompanhamento e orientação desde os anos iniciais. Autonomia quer dizer ter liberdade de buscar o conhecimento que necessita em outros espaços, saber trabalhar em equipe, saber como escolher as fontes de busca com confiança, estar preparado para questionar e defender suas opiniões e escolher seu caminho educativo quando entrar no Ensino Superior, ou mesmo no Ensino Médio, conhecendo a si mesmo e sua maneira de aprender como ponto de partida para um bom aproveitamento dos espaços educativos. A partir dessa compreensão de sua maneira de aprender, esse aluno perceberá o ensino significativo, a integração disciplinar dos componentes curriculares como um meio para desvendar os problemas e outros pontos questionáveis, e identificará a importância da escola, não apenas pela obrigatoriedade da legislação educacional, mas como um espaço de desenvolvimento intelectual e cidadão.

2.2 CIÊNCIAS NOS DOCUMENTOS EDUCACIONAIS

Um dos objetivos deste trabalho é a investigação e a análise de documentos educacionais que orientam e regulamentam o ensino de Ciências nos anos iniciais no município de Florianópolis, identificando pontos de aproximação e afastamento com o ensino Ciências apresentado pelo material didático, o SAE. Tais documentos²³ são: Proposta Curricular do Município de Florianópolis (2008); documento orientador para a criação dos Projetos Políticos Pedagógicos das unidades educativas do município, Orientação DEF (Diretoria do Ensino Fundamental) nº 01/2010; Plano Municipal de Educação de Florianópolis (2010) e Diretrizes Curriculares para a Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2015), documentos de

²³ Aos documentos selecionados não foi incluída a análise na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pelo fato desta não estar vigente nos anos de permanência do SAE.

âmbito municipal. Foram também analisados dois documentos nacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs (1997) e as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2013). Com exceção dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os demais foram publicados entre 2008 e 2016, período de vigência, compra e utilização do SAE pelas escolas municipais de Florianópolis.

Mesmo com a ausência de questões teóricas e conceituações sobre vários pontos assumidos, os documentos educacionais, até certo modo, são orientadores e estabelecem o que deverá constar nos currículos e nos materiais pedagógicos, proporcionando uma compreensão do que é e como pretende se desenrolar todo o ensino e aprendizagem no Ensino Básico.

Cada documento tem diferentes intenções e objetivos, alguns mais técnicos, voltados às leis e regimentos, outros mais focados na atuação do professor ou na relação com os alunos. A seguir, apresento uma breve descrição dos documentos analisados neste trabalho.

A Proposta Curricular de Florianópolis (2008) é um documento norteador do que é proposto para o currículo escolar, e deve se refletir também na proposta de cada unidade educativa, levando em conta as suas particularidades (PPP- Projeto Político Pedagógico). Através de uma intensa participação de um coletivo de professores da Rede em sua criação (BRITTO, 2000), a Proposta Curricular de Florianópolis exprime o que é desejável que os professores sigam como referência, ao lado dos PCNs e das Diretrizes Curriculares Nacionais. Com foco na formação de cidadãos críticos e reflexivos, fica nítido o quanto a Proposta Curricular de Florianópolis traz a vontade de fazer valer as leis para todos, respeitando as diferenças, necessidades e oportunizando o aprendizado e a igualdade de condições. Quando de sua criação, a preocupação era ressignificar a escola, para alcançar o que é chamado pelos documentos de “qualidade de ensino”, princípio constitucional da educação nacional, previsto no artigo 206, da Constituição Federal (e replicado pela LDB), assegurar a permanência na escola e corrigir a distorção idade/ano. Tem como pontos fortes o coletivo, o cidadão crítico e criativo e o respeito, valorizando o aluno.

O documento que orienta a criação do Projeto Político Pedagógico e do regimento de cada escola chamado, Orientação da Diretoria do Ensino Fundamental (DEF) nº 01/2010, é extremamente técnico, instruindo a criação de documentos internos das escolas e tudo que eles devem conter, desde a localização, caracterização, estrutura até as bases pedagógicas, o currículo e os objetivos a serem alcançados.

Como se preocupa com a organização escolar, o foco principal desse documento é a escola.

O Plano Municipal de Educação de Florianópolis (2010) é um conjunto de diretrizes e metas educativas sobre os diferentes níveis e modalidades de ensino, que a partir de dados quantitativos sobre a educação define as metas a serem cumpridas. Foi construído em 2010, com validade de 10 anos. Com base na política educacional do Plano Nacional de Educação, esse documento tem foco na educação oferecida de modo geral, e justifica através de dados quantitativos os objetivos e as metas para cada nível de ensino. Seu foco está nas metas ligadas à pontuação na avaliação escolar. Assim como a DEF nº 01/2010, o Plano Municipal de Educação de Florianópolis também está ligado ao funcionamento escolar, de maneira organizacional²⁴ e principalmente, buscando adequar as escolas ao ranking do sistema avaliativo.

As Diretrizes Curriculares Municipais (2015) visam articular as normativas e práticas já realizadas pela Rede ao que está proposto pelas diretrizes nacionais. Este documento esclarece como a Rede vai implantar o que é determinado pela LDB: tempo integral, qualidade no ensino e formação dos professores. Seu foco está voltado para o tempo na escola, considerando o aluno e o professor como cidadãos e observando as diferenças e articulações entre as modalidades de ensino²⁵.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) balizam didaticamente os conhecimentos através de temas de trabalho, propondo uma orientação para o professor na construção do planejamento. Esse documento apresenta como objetivo educacional a formação de cidadãos autônomos de pensamento e de ação, ou seja, tem o propósito de

²⁴ Organização escolar é um dos objetivos da legislação Educacional, que estabelece normas que estruturam o ensino, a classificação por etapas, modalidades e fases, a documentação interna das unidades educativas, a comunidade escolar e outros.

²⁵ De acordo com a LDB (1996 e atualização 2017) a educação brasileira está organizada em níveis, etapas, fases, cursos e modalidades. **Níveis:** Educação Básica e Superior; **Etapas:** Educação Infantil, Fundamental e Médio; **Fases:** creche e pré-escolar (Educação Infantil), anos iniciais e finais (Ensino Fundamental); **Cursos:** sequencial, graduação, pós-graduação e extensão; **Modalidades de Ensino:** Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola e Educação a distância. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf Acesso em: 01/02/2018

orientar o trabalho com temas de estudo, sem descrever lista de conteúdos, propondo estratégias didáticas que estimule o pensamento crítico e a exploração de conteúdos atitudinais.

Após trazer definições do o quê, do como e do para que o conteúdo deve ser explorado na escola, os PCNs evidenciam as possibilidades da formação de um aluno cidadão, que se posicione criticamente, que tenha autoestima elevada, que respeite a si próprio e ao outro e que valorize a autonomia de pensamento e de ação com atitudes e valores humanos. Com um olhar mais humano e com ênfase no respeito ao indivíduo, nas diferenças e no que deve ser priorizado no processo de aprendizagem, os PCNs têm foco no educando, no respeito e no desenvolvimento de suas competências, sendo o professor o orientador desse processo. Seus apontamentos evidenciam o professor, o orientador, o respeito, os valores humanos, o aluno ativo e a autoestima, deixando sempre evidente o foco no aluno.

Por fim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013) apresentam normas que orientam para a organização do ensino, currículo escolar, avaliação e articulação do ensino. Surgem a partir da LDB e são concebidas pelo Conselho Nacional de Educação CNE. Com foco mais normativo, trazem um texto que explora trechos da LDB e artigos próprios, com fundamentos e princípios que norteiam a educação escolar por etapas da educação básica. Portanto, as DCN trazem definições que orientam, articulam e organizam a escola, representando a legislação educacional vigente.

2.3 ENSINO DE CIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

O Ensino de Ciências na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis teve um movimento notório e significativo desde os anos 80, com grupos ativos de discussão e reflexão sobre a prática, discutindo as propostas curriculares, participando da criação das diretrizes e de movimentos organizados com encontros periódicos que marcaram algumas épocas, como o Movimento de Reorganização Curricular (MRC), de 1993 a 2000, que tinha como objetivo a formação continuada e a inserção da pesquisa como meio de ensino nas práticas didáticas.

Em seguida, através do Movimento de Reorganização Didática, houve a divulgação de uma série de artigos e a apresentação de trabalhos realizados pelos professores da Rede em eventos de educação no próprio município. Durante esses anos de estudos, encontros e formações, o

Ensino de Ciências foi sendo construído e pensado, para que tivesse uma identidade junto à comunidade escolar, aos conteúdos que deveriam contemplar no dia-a-dia da escola, na integração disciplinar que se almejava, no uso de laboratórios como espaços de aprendizagem e vários outros propósitos que unissem todo o Ensino Fundamental (FLORIANÓPOLIS, 2008).

Britto (2000) descreveu o MRC na gestão de 1993 a 1996 e destacou o Movimento como uma efetivação da participação da comunidade escolar com a Secretaria de Educação do município para *qualificar socialmente a escola pública*, com o objetivo central de gerar uma nova práxis educativa, materializada na reflexão e nas práticas dos professores da Rede, através da inclusão de um processo político pedagógico permanente.

A autora relata que entre as várias ações estabelecidas neste movimento, uma delas tinha grande destaque: a formação continuada dos docentes. Através de boletins no início do ano que comunicavam as propostas de discussões, encaminhamentos de reuniões, formações e estabelecimento de datas de encontros no calendário escolar, as reuniões se efetivavam ao longo do ano. Com discussões e manifestações sobre diversos temas, entre eles: planejamento, formação, projetos e material didático, os professores deram seguimento para os encontros posteriores e ajudaram a Secretaria de Educação a entender as necessidades e dificuldades de cada unidade educativa.

Em 1996 os Encontros Pedagógicos de ciências passaram a abranger os professores dos anos iniciais, educação infantil, educação especial e de jovens e adultos da Rede, contemplados também pelos projetos e oficinas, adequados ao Projeto Político Pedagógico de cada escola. E os objetivos se ampliavam, incluindo: formação permanente não só dos professores, mas também dos alunos e da comunidade escolar; cuidados com parques e reflorestamento de áreas verdes; orientação e assessoria para os professores; projetos e oficinas de Educação Ambiental; negociação com o laboratório de Software Educativo da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, entre outros (BRITTO, 2000).

Todo esse movimento que permeava o Ensino de Ciências na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis estava fundamentado nas teorias de formação continuada sob um processo reflexivo, em busca de ações e práticas inovadoras e transformadoras dos docentes e toda comunidade educativa. Britto (2000) destaca que:

[...] todo processo de formação continuada de educadores deve caracterizar-se como um espaço

contínuo de reflexão e de estudo acerca das práticas educativas cotidianas, permitindo assim que educadores possam repensá-las e, ao mesmo tempo, reafirmar a prática educativa “transformadora” de muitos professores, visando à superação das práticas educativas tradicionais e conservadoras (BRITTO, 2000, p.28-29).

A superação das práticas tradicionais passou a existir a partir do momento em que se abriu espaço para a reflexão e o movimento de fazer um Ensino de Ciências diferente na Rede. Portanto, é evidente que o Ensino de Ciências na Rede vem de uma longa história de debates, movimentos e reflexões sobre as práticas e ações educativas. Possivelmente, diferentemente de muitos municípios, aqui houve um crescimento da consciência do que é importante e significativo para a educação em ciências, e me parece um equívoco (ou retrocesso) acreditar que um SAE possa dar conta de contemplar todas as necessidades e interesses dessa comunidade educativa.

2.4 CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS

A análise dos documentos, as leituras e o estudo dos artigos selecionados através da revisão bibliográfica permitiram estabelecer as categorias de análise.

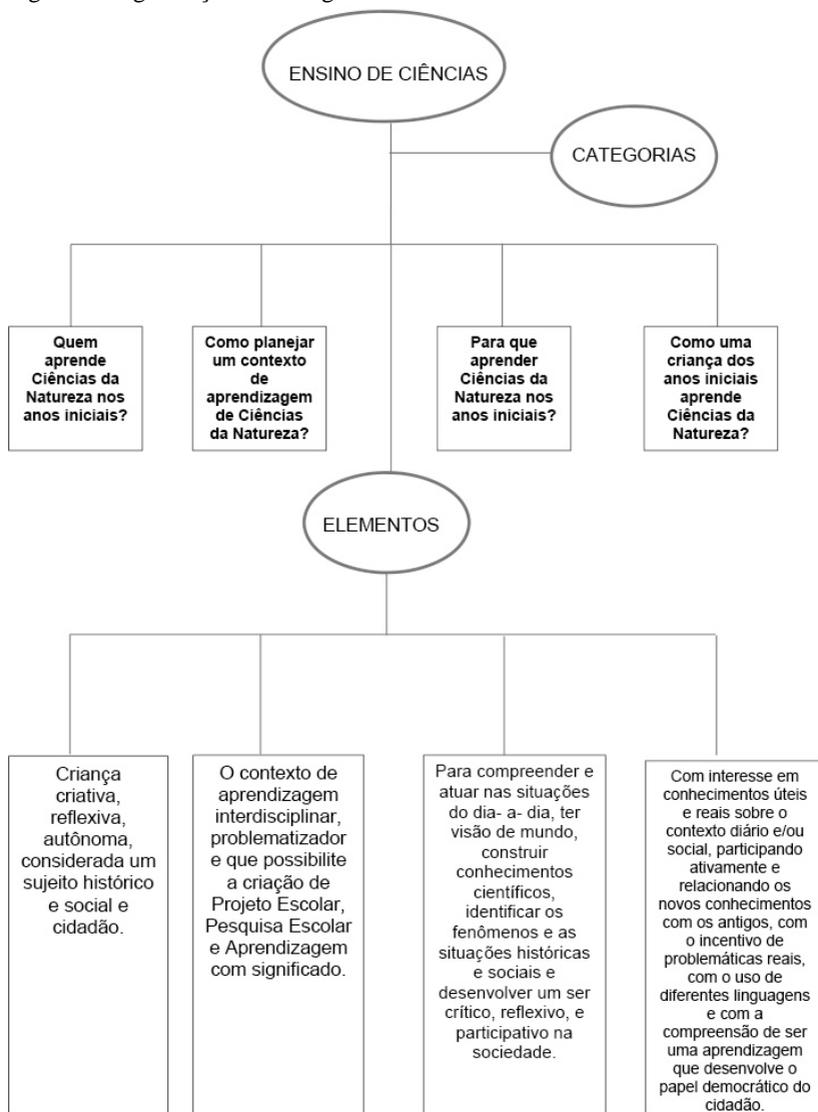
As categorias foram estruturadas a partir da articulação entre o que é proposto pelos documentos oficiais e o que, com base nos autores estudados, identificamos ser importante para o Ensino de Ciências nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Os documentos educacionais do município de Florianópolis aqui analisados, assim como os outros documentos educacionais curriculares, de acordo com Lopes (2002) apontam ambiguidade nas ideias apresentadas, não assumem necessariamente um referencial apenas, há um *híbrido* de compreensões. A autora destaca que são acúmulos de matrizes teóricas com a incorporação de novas ressignificações para outros fins educacionais, agora mais atuais. Para seguir as finalidades educacionais do momento atual e se validar perante os distintos grupos, essas várias compreensões ou imprecisões são necessárias. Para tanto, faz se aqui um paralelo, dos referenciais teóricos com os documentos RME e com o que acreditamos ser essencial para o EC, criamos as categorias e subcategorias que são analisadas no material

didático, o SAE utilizado pela RME de Florianópolis no período descrito.

Portanto, é compreendido que, o que está proposto no material pedagógico tem a intenção de orientar para as ações pedagógicas para o Ensino de Ciências e demais disciplinas do currículo, porém não apenas isso, embora não explícitas essas ações trazem uma compreensão sobre educação, sujeito, sociedade e outros, que serão analisadas conforme as categorias delimitadas e elementos identificados, visíveis na Figura 9.

Figura 9: Organização das categorias e elementos



3 A ESCOLHA DO MATERIAL DIDÁTICO – SAE

O material didático utilizado pela RME de Florianópolis foi o objeto de estudo escolhido desde o princípio deste estudo. Foram selecionados para a análise os materiais impressos, as apostilas dos alunos e dos professores utilizadas nas turmas de primeiro ano ao quinto ano do Ensino Fundamental. Os critérios utilizados para essa escolha foram o grande alcance do material aos alunos dos anos iniciais, confirmada pelo Censo Escolar, e a frequência do uso do material, que acontecia diariamente, como confirmado por Giacomini (2013) quando apresenta o relato das professoras entrevistadas sobre a frequência e cobrança na utilização do SAE, “[...] o controle do tempo, isto é, ter de usar a apostila para dar conta de terminá-la, pode acarretar prejuízos no ensino, dado que não sobra tempo para realizar um trabalho diferenciado com o aluno que possui dificuldades” (GIACOMINI, 2013, p. 97).

Pelo Censo Escolar²⁶ de 2012, podemos ter uma noção aproximada da quantidade de alunos que utilizava o SAE nos anos iniciais do Ensino Fundamental, conforme quadro 5.

²⁶ Censo Escolar está disponível para a consulta pública e on-line, classificado por estados brasileiros e por estância responsável: Estadual, Federal, Municipal e Privada. Disponível: <http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>
Acesso em: 01/08/2018.

Quadro 5: Censo Escolar, 2012.

| Número de Alunos Matriculados | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|-------------|-------------------|------------|-------------------------------|-----------------------------|--------------|---------------------------------------|----------------------------|--------------------|-----------------------|-------|--|------------|---------------|-------------|-------|------------------------|---------------------------|--------------------------|
| Município | Dependência | Matricula Inicial | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Ed. Infantil | | Ensino Fundamental | | Ensino Médio | Educação Profissional (Nível Técnico) | EJA (presencial) | | EJA (semi-presencial) | | Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos) | | | | | Ed Prof. Nível Técnico | EJA Fund ^{1,2,4} | EJA Médio ^{1,2} |
| | | Creche | Pré-Escola | 1ª a 4ª série e Anos Iniciais | 5ª a 8ª série e Anos Finais | | | Fundamental ^{2,3} | Médio ² | Fundamental | Médio | Creche | Pré-Escola | Anos Iniciais | Anos Finais | Médio | | | |
| FLORIANOPOLIS | Estadual | 61 | 73 | 8.001 | 8.406 | 9.908 | 122 | 261 | 290 | 261 | 742 | 1 | 0 | 101 | 93 | 57 | 0 | 9 | 3 |
| | Federal | 131 | 100 | 339 | 288 | 1.251 | 1.745 | 0 | 52 | 0 | 0 | 1 | 3 | 14 | 13 | 5 | 1 | 0 | 0 |
| | Municipal | 5.139 | 5.676 | 8.192 | 6.943 | 0 | 0 | 1.007 | 0 | 0 | 0 | 45 | 88 | 168 | 138 | 0 | 0 | 21 | 0 |
| | Privada | 2.961 | 3.988 | 8.455 | 6.723 | 6.039 | 837 | 177 | 1.062 | 0 | 0 | 13 | 19 | 38 | 17 | 10 | 0 | 0 | 3 |
| | Total | 8.292 | 9.837 | 24.987 | 22.360 | 17.198 | 2.704 | 1.445 | 1.404 | 261 | 742 | 60 | 110 | 321 | 261 | 72 | 1 | 30 | 6 |

Fonte: Disponível em: <http://matricula.educacao.inep.gov.br/controller.php> Acesso em: 08 de junho, 2018.

O Censo Escolar dá uma noção aproximada de quantos alunos utilizavam o SAE comprado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis no ano de 2012, ano em que obteve a maior abrangência entre as 35 escolas, das quais 20 utilizavam o material. Desta forma, mesmo sabendo que o número de alunos não se divide igualmente pelas escolas, seria justo supor que pouco mais da metade dos alunos da RMEF seria usuária do material no ano de 2012, o que se mostra bastante relevante.

A escolha deste objeto de estudo se justifica pela sua abundante disseminação na RMEF, pela alta frequência de uso, por se ele o material principal, intervindo na metodologia e na rotina escolar, pelo controle do processo de ensino ao ditar o ritmo de trabalho tanto dos docentes como do processo de aprendizagem das crianças.

3.1 OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Identificada como uma pesquisa de caráter qualitativo e acompanhada do recurso de análise documental para a obtenção dos dados coletados nas apostilas, livros e documentos, entendemos que os documentos “Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto” (LÜDKE; ANDRÉ, 2017, p.45).

Para a realização da análise foram definidos três meios de extração de dados, quais sejam: 1. concepções dos autores, 2. documentos educacionais e 3. apostilas. Estes foram utilizados para análise que foi dividida em quatro categorias organizadas a priori: 1. quem aprende Ciências nos anos iniciais, 2. para que aprender Ciências nos anos iniciais, 3. como uma criança nos anos iniciais aprende Ciências e 4. como planejar um contexto de aprendizagem de Ciências.

Na sequência esclarecemos como aconteceu a busca pelos exemplares do SAE, apresentamos a coleção do SAE destacando as especificidades dos exemplares do aluno e do professor e como aconteceu a definição das categorias.

3.2 A BUSCA PELA COLEÇÃO DO SAE UTILIZADO NA RME-FLORIANÓPOLIS

Após as leituras, fichamentos e estudo do campo de pesquisa, a coleta de todos os materiais da coleção do 1º. ao 5º. ano do SAE aconteceu nas escolas públicas do município de Florianópolis, logo depois da identificação das escolas que estavam utilizando este material e que tinham alguns exemplares disponíveis para doação na biblioteca. Num primeiro momento, o contato se deu por telefone, com cada uma das escolas, e posteriormente foram feitas visitas em cada unidade educativa. Outro meio de conseguir alguns exemplares que ainda faltavam foi com professoras atuantes da Rede de Ensino. Tendo coletado todos os materiais do SAE dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, selecionei para análise os materiais apresentados no quadro 6.

Quadro 6: Materiais do SAE analisados nessa pesquisa.

| Apostilas | 1º ano | 2º ano | 3º ano | 4º ano | 5º ano |
|--------------------------------|----------|----------|-------------|--------------|-----------------|
| Apostilas do aluno Números: | 1 e 2 | 3 e 4 | 5, 6, 7 e 8 | 9,10,11 e 12 | 13, 14, 15 e 16 |
| Apostila do professor | 1 volume | 1 volume | 1 volume | 1 volume | 1 volume |

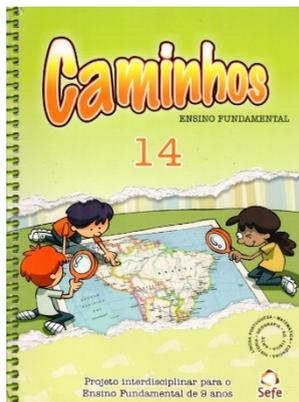
Fonte: Elaboração da autora

Os volumes 1 ao 16 do SAE escolhidos para serem analisados são integrantes dos volumes da *Coleção Caminhos* da Empresa SEFE - Sistema Educacional Família e Escola Ltda., comprados pela RME de Florianópolis e utilizados do ano de 2009 a 2016, nas turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. As apostilas são identificadas por números e cores, como especificado no capítulo dos SAEs anteriormente, sendo os volumes 1 e 2 para o 1ª ano do Ensino fundamental, 3 e 4 para o 2º ano, 5, 6, 7 e 8 para o 3º ano, 9, 10, 11 e 12 para o 4º ano e, por fim, os volumes 13, 14, 15 e 16 para o 5º ano.

Escolhemos os volumes correspondentes aos anos iniciais do Ensino Fundamental por pertencerem a um ciclo inicial de escolarização, após a Educação Infantil, que é conduzido por apenas um professor regente, por contemplar o componente curricular Ciências da Natureza e com a intenção de analisar todos os 16 volumes correspondentes a esse nível de ensino para obter uma análise mais completa e permitir possíveis comparações e conexões entre elas. Esse kit dos anos iniciais pertence a um ciclo contínuo de ensino e aprendizagem e é identificado como “*Projeto Interdisciplinar para o*

Ensino Fundamental de 9 anos” na capa de cada exemplar, conforme figura 10. No rodapé de cada página do material aparece a identificação das disciplinas relacionadas ao conteúdo explorado na página.

Figura 10: Apostila do Aluno



Fonte: Siqueira (2018).

A análise dos volumes 1 ao 16 das apostilas do aluno será acompanhada pela análise também da apostila do professor, por acreditarmos que esse material didático representa muito mais do que um currículo prescrito e uma proposta de ensino, mas um guia ou manual do Ensino de Ciências que intermediará todo o processo pedagógico.

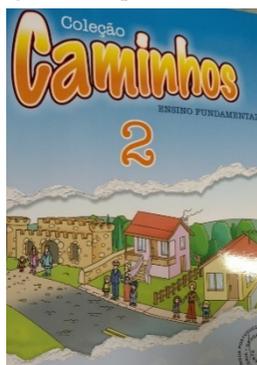
3.2.1 A apostila do aluno

Cada volume do material utilizado pelo aluno corresponde a um período do ano. O primeiro e o segundo ano do EF são compostos por dois volumes que devem ser usados no primeiro e no segundo semestre daquele ano. Já o terceiro, quarto e o quinto ano do EF recebem 4 volumes que devem ser usados bimestralmente. As apostilas são entregues às crianças apenas na época de utilizá-las, ou seja, não é possível consultá-las ou adiantar algum assunto se este estiver em outra apostila. Diferente dos LDs, as apostilas são consumíveis no ano vigente, não podem ser reutilizadas no ano seguinte ou doadas para outro aluno no próximo ano, como era comum acontecer com os LDs, porque as apostilas são preenchidas, acompanhadas de caderno de

tarifa, agenda e outros que são novamente comprados pela SME no ano seguinte para os alunos matriculados.

As apostilas e demais materiais fazem parte da Coleção nomeada de *Caminhos* (figura 11), que faz analogia a um caminho a ser percorrido. “Os livros da Coleção Caminhos foram pensados, um a um, como um “caminho”, um espaço a ser percorrido de um ponto a outro [...]” (Apostila do professor, referente ao 3º ano do EF, 2009). O nome *Caminhos* nos lembrou a cartilha *Caminho Suave* (figura 12), de Branca Alves de Lima, que teve sua primeira edição em 1948 e atualmente já passou da 130ª edição, tendo sido muito utilizada na primeira série dos anos iniciais. A cartilha indica um caminho único para que ocorra o processo de alfabetização, composto de memorização, sequência silábica “faminhas”, treinos motores do contorno da letra, imagens estereotipadas e textos curtos.

Figura 12: Apostila 2 do SAE.



Fonte: Siqueira (2018).

Figura 11: Cartilha de alfabetização.



Fonte: Imagem livre da internet²⁷.

²⁷ Disponível em:

https://www.google.com.br/search?q=imagem+da+cartilha+caminho+suave&tbm=isch&tbs=rimg:CfY3UyAAkPzmIjgA9xkO9sptWnSRUmglpVG7JIK22BE_1ND4g3UnNp1bvMSppCODYy7J1qw3gdAR42eH3tVu_1vh47jSoSCQD3GQ72ym1aEcUYRdkVrbMMKhIIdJFSaCWIUbsRKf4hh4TaRosqEgkmUrbYET80PhEtbrjfqIHLIyoSCSDdSc2nVu8xESQKI0tf70JFKhIJKmk14NjLsnURx0vscWnk09kqEgmrDeB0BHjZ4REJsKEbNt8QrSoSCfe1W7--HjuNEV58SCp63Ra5&tbo=u&sa=X&ved=2ahUKewibn4HU45PfAhVEfpAKHZ6kDAoQ9C96BAgBEBs&biw=911&bih=438&dpr=1.5#imgdii=9jdTIACQ_OZYYM:&imgcr=qw3gdAR42eGX4M: Acesso em: 15 de agosto, 2018.

Após a capa e a folha de rosto que indica o nome da coleção, o número da apostila e a proposta de ser um projeto interdisciplinar para o Ensino Fundamental, há os dados da referência bibliográfica, a apresentação e o sumário. O sumário contém as páginas de cada “capítulo” representado por temas de trabalho, e em seguida duas páginas com ilustrações e seis frases, usando bastante reticências para possivelmente proporcionar uma leitura envolvente, por se tratar de uma escrita com rima e poética, conforme indicação na apostila do professor do 3º ano do Ensino Fundamental,

Ao professor, responsável pela condução do trabalho, cabe ler para o aluno, caso ele ainda não domine essa prática. Porém, a leitura deve vir carregada de emoção e significado, e ainda, de suspense, que dê o tempo necessário para cada um sentir o poder das palavras (Coleção Caminhos, 2011, apostila do professor 3º ano, p.63).

O texto também dá uma ideia de direcionamento do que será explorado nas páginas seguintes.

Uma viagem que começa no mundo da leitura...
viajando alto... olhando espaços...pelos mares,
histórias de novas conquistas... pelos arredores,
novas descobertas... tudo isso num tempo que
você pode calcular... e o artista pode representar!
(COLEÇÃO CAMINHOS, 2011, apostila 5, p.6 e
7)

Após uma leitura panorâmica parece se tratar de títulos de capítulos, porém depois de observar as páginas seguintes essa ideia é descartada. O título de cada trecho aparece no sumário e no início de cada capítulo da apostila que apresenta de 27 a 32 capítulos ou unidades de trabalho, cada exemplar. A apostila traz muitas imagens estereotipadas (figura 13) e menos fotos ou imagens reais que se relacionam com os temas de estudo.

Figura 13: Imagem estereotipada de Boiadeiro.



Fonte: FERNANDEZ, I. S. et al. Caminhos: Ensino Fundamental. v. 12, 1 Ed. rev. e atual. Curitiba: Sistema Educacional Família e Escola- SEFE, 2011. p. 30. Arquivo da imagem: Siqueira (2018).

O material se propõe a oferecer uma integração disciplinar e na capa de todas as apostilas de alunos nota-se a indicação: “Projeto interdisciplinar para o Ensino Fundamental de 9 anos”, conforme exposto na página 81, figura 10.

As apostilas dos alunos incluem pequenos textos informativos, curiosidades, muitas imagens, questionários e atividades para completar. Em muitas das atividades ou sugestões de encaminhamentos dos enunciados das propostas há a necessidade de recorrer ao livro do professor, para que seja possível compreender o que se pede. Isso demonstra a dependência da orientação na apostila do professor para realizar várias atividades que possivelmente o aluno conseguiria fazer sozinho.

Em cada página dos exemplares dos alunos há em destaque no rodapé o nome das disciplinas que, de acordo com a visão dos autores do SAE, são contempladas na atividade, fazendo o leitor perceber que o conteúdo daquela página envolve as tais disciplinas, conforme figura 14.

Figura 14: Reprodução do rodapé da página 37 da apostila do aluno, nº 5 (3º ano), p.37.



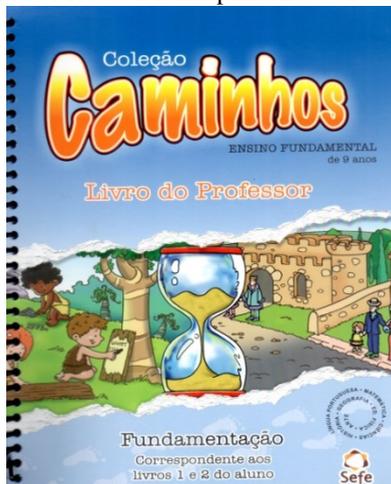
Fonte: Siqueira (2018).

Essa é a maneira que a apostila apresenta as disciplinas que são contempladas em cada página do material.

3.2.2 A apostila do professor

A apostila do professor é identificada pelos números que correspondem aos exemplares do aluno daquele ano, contemplando todos os exemplares em um só (figura 15).

Figura 15: Apostila do Professor correspondente ao 1º ano, nº 1 e 2.



Fonte: Siqueira (2018).

Apenas pela dominação “Livro do Professor”, com o nome da coleção e a cor indicada pelo ano que a apostila é apropriada, esse material traz a fundamentação teórica, o encaminhamento metodológico, as áreas de conhecimento que abrange o quadro de conteúdos e as

orientações gerais. Na primeira parte, que é comum a todas as outras apostilas de professor, o material traz explicações sobre a concepção de educação, a aquisição do conhecimento, o sujeito que aprende, a infância, e em seguida considerações gerais sobre o caminho metodológico que devem seguir. Diferente em cada apostila do professor, o material traz um apanhado de orientações para cada área do conhecimento e dois quadros, um contendo o objetivo de cada componente curricular e o outro, com conteúdos de Língua Portuguesa, estratégias e objetivo. Por fim, cada folha da apostila do aluno aparece como ilustração menor junto com as orientações e esclarecimento sobre cada atividade que deve ser realizada com os alunos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 ANÁLISE DOS DADOS

A análise do material buscou respostas para 4 questões, consideradas categorias de estudo:

- Quem aprende Ciências da Natureza nos anos iniciais?
- Para que aprender Ciências da Natureza nos anos iniciais?
- Como uma criança dos anos iniciais aprende Ciências da Natureza?
- Como planejar um contexto de aprendizagem de Ciências da Natureza?

Os elementos que, de acordo com os documentos oficiais e a literatura da área, caracterizam o ensino de ciências nos anos iniciais, orientam nosso olhar para o material investigado.

4.1.1 Quem aprende Ciências nos anos iniciais?

Essa criança que aprende Ciências nos anos iniciais tem potencial criativo, reflexivo e autônomo (SARMENTO, 2011), é um sujeito histórico e social (FREIRE, 2017) e deve ser respeitada, cuidada, receber atenção, valorização e reconhecimento (FREIRE, 1996), além de ser considerada um cidadão que ressignificará a sociedade (ARROYO et.al., 2000) em que vive.

Ao definirmos quem é essa criança que está na escola para se desenvolver intelectualmente e culturalmente, respaldamo-nos em autores que apresentam compreensões com as quais nos identificamos, e percebemos nos documentos educacionais as proximidades com tais ideias.

Na Proposta Curricular do Município “A concepção de educação que perpassa a proposta elaborada pelo conjunto de professores (as) da Rede, reconhece o indivíduo como cidadão, isto é, capaz de assumir uma postura crítica e criativa diante do mundo” (FLORIANÓPOLIS, 2008, p.6), além de acreditar nessa criança potente e ativa, deixa evidente o reconhecimento que ela traz, de um ser histórico e social, ou seja,

Parte-se do princípio que o ser humano é um sujeito que se constitui pela experiência histórica e social, portanto, ser social e histórico, resultado

de um processo histórico, conduzido por ele mesmo, pelas suas interações e relações com o outro (FLORIANÓPOLIS, 2008, p.16).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais explicitam ainda que a criança deve estar apta a

[...] compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito (BRASIL, 1997);

Essa criança que está na escola construindo seus conhecimentos sobre o mundo precisa ser orientada a se perceber como cidadã que deve participar, dar sua opinião sobre os fatos, ser respeitada e respeitar as pessoas, não apenas as diferenças físicas, orientações sexual ou religiosa, mas também pela sua forma de pensar, falar e sentir.

Desta maneira, a escola tem um papel importante nessa orientação para a cidadania, é nela que se pode ampliar o repertório de condições para superar a passividade, para pensar, opinar e agir, sem alienação e participando com responsabilidade social e política na sociedade (FREIRE, 1986). A Proposta Curricular do Município apresenta a importância do exercício da cidadania como princípio educativo:

[...] a escola cumpre papel significativo no processo de formação e exercício da cidadania, na medida em que o acesso a este espaço/tempo historicamente produzido e culturalmente organizado, constitui-se na possibilidade real de usufruto de uma série de direitos para as crianças e jovens, condição para a qualificação da sua inserção e participação na vida social (FLORIANÓPOLIS, 2008, p.22).

De certo modo, o material didático traz essa ideia na fundamentação teórica, na qual defende como o trabalho pedagógico deve ocorrer, e declara que:

É importante criar condições que problematizem os fenômenos ou fatos que cercam a vida do aluno, permitindo-lhe discutir, dizer o que sabe

sobre o tema, posicionar-se acerca de questões polêmicas, conhecer diferentes opiniões e, desse modo, criar novos significados na tentativa de explicar o mundo e reconstruir a relação ser humano-natureza em outros termos (CAMINHOS, 2011, p.24).

Diferente do que está proposto na fundamentação teórica do material do professor, o material do aluno dificulta a ampliação da visão de mundo. Ao apresentar atividades em que apenas o professor pode dar o direcionamento ao aluno, a possibilidade de construir uma significação dos conteúdos e um posicionamento crítico, fica prejudicado. O que é percebido é que na apostila do aluno as atividades não são acompanhadas de todas as orientações necessárias. Os conceitos e informações dos conteúdos estão contemplados na apostila do professor, e geralmente com a indicação “Leia para seus alunos” ou “comente”, sem indicações de busca ou pesquisa na apostila da criança. Por exemplo, na atividade de cruzadinha nas últimas páginas da apostila 2, figura 16, de uma turma de primeiro ano na qual a apropriação da leitura e escrita está sendo estabelecida e os desafios dessa prática devem ser constantes, as perguntas-guia para a execução da atividade estão apenas na apostila do professor, figura 17. Neste caso, o aluno não realizará a tarefa sem orientação e leitura do seu professor.

Figura 16: Apostila do Aluno, nº 2 (1º ano), p.157.



Fonte: Siqueira (2018).

Figura 17: Apostila do Professor, nº1 e 2 (1º ano), p.256.



Fonte: Siqueira (2018).

Fica evidente nesta página (p.53 da apostila), que as apostilas apresentam atividades que atrelam a criança ao professor, sem reconhecê-lo como uma criança com iniciativa, autônoma e com potencial para realizar as propostas trazidas na apostila. No material também, poucas discussões ou perguntas abertas que instiguem a reflexão e a opinião livre da criança são propostas.

As atribuições dadas às crianças necessitam de poucos esforços delas, mesmo que estejam ligadas ao dia-a-dia. Assim, na apostila 5, figura 18, há a indicação de uma entrevista que a criança deverá fazer com um adulto. As perguntas prontas e organizadas como um questionário são referentes às estações do ano:

Figura 18: Apostila do aluno, nº 5 (3º ano), p. 53.

E não é só isso. Nessas regiões do Brasil, quase não existem diferenças na temperatura de uma estação para a outra. Há apenas duas estações: a estação das chuvas e a estação da seca. Já no Sul do Brasil, as estações do ano são mais definidas, isto é, no inverno os dias são mais frios, no verão são quentes, e durante o outono e a primavera não faz nem muito frio nem muito calor.



- Entreviste alguém de sua família.

- a) Como são as estações do ano no lugar em que você vive? Que diferenças existem entre uma estação e outra?

- b) Qual é a estação do ano que você mais gosta? Por quê?

- c) Como você costuma se vestir nessa estação do ano?

- d) Como é sua alimentação nesse período?

- e) Como são os dias?

- f) E as noites?

- Traga as respostas de sua entrevista para a sala de aula e compare com as de seus colegas.

53

Fonte: Siqueira (2018).

Essa proposta é composta por questões simples, que as próprias crianças poderiam executar, sem necessitar de um adulto para respondê-las, e se a autonomia do professor estivesse preservada, construiria as perguntas da entrevista junto com as crianças. Em outra proposta da apostila, figura 19, em que há a orientação para os alunos realizarem a tarefa sozinhos, é apresentado um questionário simples que pede respostas específicas, conforme os textos ou ilustração indicada, sem necessidade de reflexão para respondê-las. Esse exemplo é da apostila da turma do 3º ano, que seria utilizada no 2º bimestre do ano letivo, fase que as crianças estão propícias a refletirem, compararem e criarem respostas mais elaboradas.

Figura 19: Apostila do aluno, nº 6 (3º ano), p. 81.

Agora, responda estas questões.

8. Quais desses animais se alimentam de outros animais?

9. Quais animais se alimentam de plantas?

10. E quais deles se alimentam de plantas e de outros animais?

11. Por que os seres vivos precisam de alimento?

- Os animais que se alimentam de plantas são chamados de **herbívoros**.
- Os animais que se alimentam de outros animais são chamados de **carnívoros**.
- Os animais que se alimentam de plantas e de outros animais são conhecidos como **onívoros**.







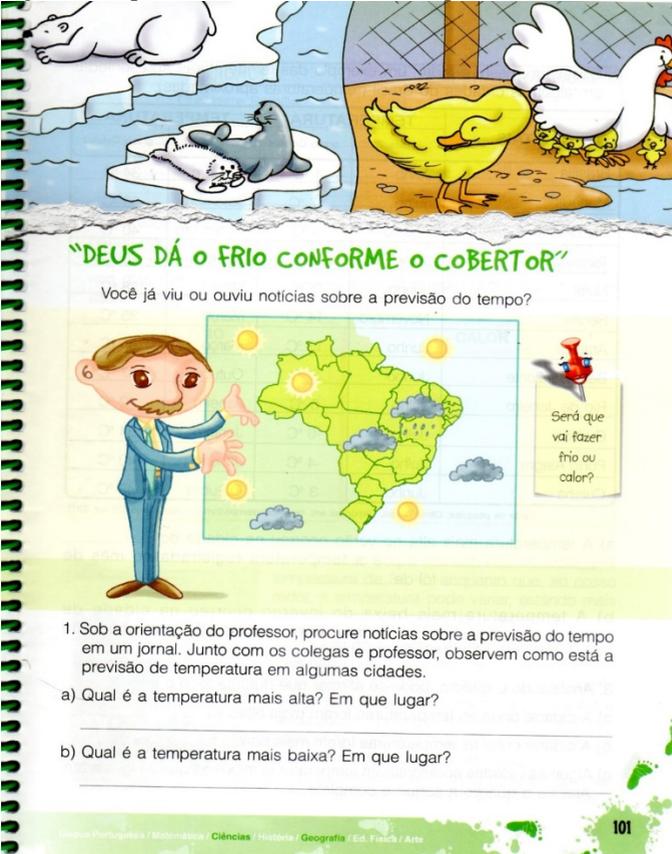
81

Fonte: Siqueira (2018).

Já na apostila 5, do primeiro bimestre do 3º ano (figura 20) o tema explorado também são as estações do ano, e uma das páginas contempla um ditado popular, com letras grandes, como um título que caracteriza uma questão de ordem religiosa, que implica na compreensão de se ter nascido com uma pele grossa que possibilitará viver em um ambiente frio, ou penas que possam aquecer seus filhotes, no caso dos animais. Porém, se houver uma aproximação com as necessidades humanas nas discussões de sala e principalmente, fazendo

relação com a vida das crianças com o ditado popular, a conversa evidenciará o merecimento ou não do sentir (passar) frio, de se ter uma casa boa que a protege do frio ou uma casa simples e gelada, que por merecimento, sua família não fez por merecer para terem conforto. A criança poderá ser levada a refletir que, por uma ordem divina, cada ser humano vive e tem a condição social que merece.

Figura 20: Apostila do aluno, nº 5 (3º ano), p. 101.



"DEUS DÁ O FRIO CONFORME O COBERTOR"

Você já viu ou ouviu notícias sobre a previsão do tempo?

1. Sob a orientação do professor, procure notícias sobre a previsão do tempo em um jornal. Junto com os colegas e professor, observem como está a previsão de temperatura em algumas cidades.

a) Qual é a temperatura mais alta? Em que lugar?

b) Qual é a temperatura mais baixa? Em que lugar?

101

Fonte: Siqueira (2018).

Entre tantos outros ditados populares, esse foi o escolhido para fazer parte do material do aluno, um texto com muitas interpretações e com pouca qualidade pedagógica.

É percebido em várias atividades, que a opinião da criança tem pouca utilidade na estratégia didática, ou não é utilizada de modo significativo e nem há sugestões para o professor aproveitá-la. Neste caso mostrado na figura 21, no entanto, o ditado popular deveria ser outro, pois com um assunto bastante controverso, abre possibilidade para qualquer tipo de reflexão: preconceituoso, desigual ou excludente, na qual a orientação dada ao professor parece algo sem muita importância com a grande necessidade de discussão.

Figura 21: Apostila do aluno, nº 5 (3º ano), p. 121.

Título – página 101

Faça a relação da ilustração com o título "Deus dá o frio conforme o cobertor". O título é um ditado popular conhecido. Interprete-o junto com os alunos.

Geografia – páginas 101 e 102

A atividade proposta por Ciências está relacionada à Geografia por tratar-se de assunto comum às duas disciplinas. Sob o enfoque geográfico, explore o mapa do Brasil localizando as cidades citadas e associe-o com um mapa da vegetação predominante na região, enfatizando que a vegetação reflete o clima.

1. Sob a orientação do professor, procure notícias sobre a previsão do tempo em um jornal. Junto com os colegas e professor, observem como está a previsão de temperatura em algumas cidades:

a) Qual é a temperatura mais alta? Em que lugar?
Resposta pessoal.

b) Qual é a temperatura mais baixa? Em que lugar?
Resposta pessoal.

2. Observe, neste quadro, a temperatura mais alta do verão e mais baixa do inverno apresentada em algumas cidades do Brasil. (Temperaturas aproximadas).

| CAPITAIS | MÍNIMA (graus centígrados °C) | MÁXIMA (graus centígrados °C) |
|----------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Brasília | Julho 1 | Outubro 34 |
| Mariútis | Julho 17 | Setembro 38 |
| Rio Branco | Agosto 6 | Dezembro 40 |
| Terreina | Julho 14 | Outubro 40 |
| Natal | Junho 15 | Maio 38 |
| Recife | Novembro 14 | Março 35 |
| Aracaju | Junho 13 | Março 35 |
| Bele Horizonte | Junho 3 | Outubro 37 |
| Rio de Janeiro | Julho 6 | Janeiro 42 |
| Curitiba | Julho 4 | Janeiro 34 |
| Porto Alegre | Julho 4 | Janeiro 40 |
| Cuiabá | Junho 3 | Outubro 43 |

Fonte: www.inec.org.br/inec/inec.htm

Segundo esse quadro:

a) Em que cidade fez mais calor? *Curitiba.*

b) Em que cidade fez mais frio? *Curitiba.*

c) Em quais cidades a temperatura máxima foi igual? *Porto Alegre, Rio Branco e Teresina.*

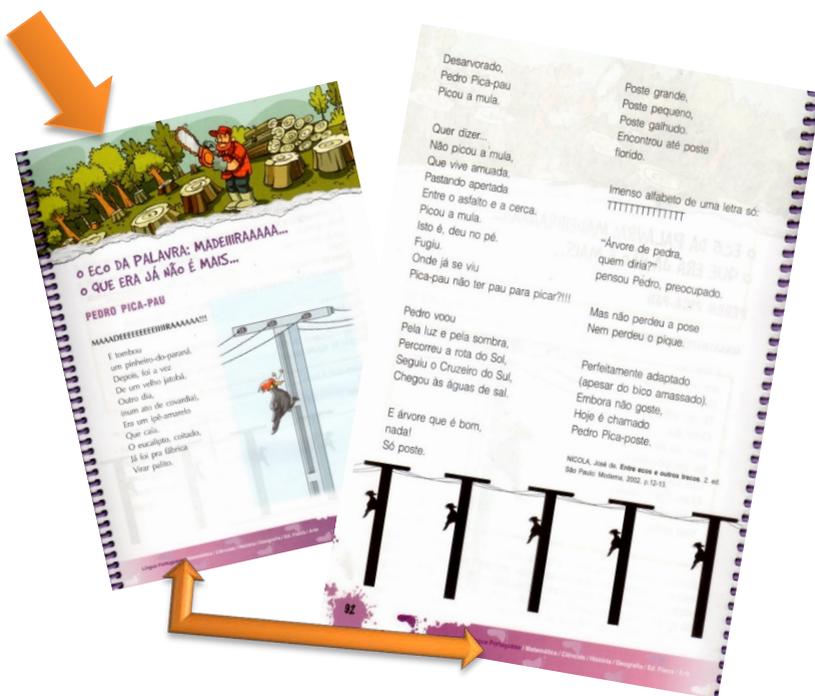
121

Fonte: Siqueira (2018).

As poucas oportunidades para a participação e desenvolvimento cidadão demonstram a visão de criança assumida pelo material, e que se confirma ao longo das atividades propostas, de uma criança que não é capaz de reconhecer e participar das questões sociais, que não tem vontades, que tem ideias de pouca importância e que não é capaz de construir suas aprendizagens. Chama a atenção a pouca valorização da criança no material didático.

Outro exemplo do distanciamento de uma possível compreensão multidisciplinar da criança sobre um assunto é reconhecida também na apostila 10 (do 4º ano) na figura 22, onde o tema desmatamento é abordado em um poema de José de Nicola (Apostila 10, p.91 e 92). O material informa a intenção de que a criança deve interpretar literalmente o texto, através do componente curricular de Língua Portuguesa, sem uma possível discussão e aproximação da realidade vivida pela criança.

Figura 22: Apostila do aluno, nº 10 (4º ano), p. 91e 92.



Com a mesma intenção, aparece mais adiante na mesma apostila o texto informativo sobre a fundação SOS Mata Atlântica, sob a indicação de contemplar apenas a disciplina de Língua Portuguesa sem fazer relação com outro componente curricular. Pelas orientações da apostila, há indicação de compreensão do assunto, porém como uma interpretação do conteúdo do texto sem outros direcionamentos que permitam à criança aprofundar seus conhecimentos, mesmo sendo um assunto de suma importância ambiental e que causaria interesse nas crianças o tema é tratado superficialmente (figura 23).

Figura 23: Apostila do aluno, nº 10 (4º ano), p. 97.

Agora que você já descobriu a relação entre o poema e a bandeira, saiba que essa bandeira é o símbolo (logomarca) da Fundação SOS Mata Atlântica. Leia mais sobre essa instituição:

 Logomarca: conjunto formado pela representação gráfica do nome de determinada marca, em letras de traçado específico, fixo e característico (logotipo) e seu símbolo visual (figurativo ou emblemático). Representação visual de qualquer marca.

A fundação SOS Mata Atlântica é uma entidade privada, sem vínculos partidários ou religiosos e sem fins lucrativos. Seus principais objetivos são defender os remanescentes da Mata Atlântica, valorizar a identidade física e cultural das comunidades humanas que os habitam, conservar o riquíssimo patrimônio natural, histórico e cultural existente nessas regiões, buscando o seu desenvolvimento sustentado.

Fundada em setembro de 1986, a SOS Mata Atlântica possui um corpo de profissionais trabalhando em programas de educação ambiental, de levantamento da cobertura vegetal usando imagens de satélite, aprimoramento da legislação e política ambientais, produção de mudas de espécies nativas, luta contra agressões ao meio ambiente, apoio a unidades de conservação, banco de dados sobre trabalhos na Mata Atlântica, entre outros.

Para o desenvolvimento do seu Programa de Ação, a SOS Mata Atlântica é sustentada pela contribuição dos seus membros filiados e conta com o apoio, parceria e patrocínio de empresas privadas, e com parceria e apoio de órgãos governamentais de meio ambiente, entidades ambientais, instituições de ensino e pesquisa, e com entidades e agências internacionais. Tem como órgão deliberativo o conselho administrativo e possui também um conselho consultivo e um conselho colaborador, todos esses formados por representantes de segmentos significativos da sociedade.

Disponível em: <<http://www.sosmataatlantica.org.br>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

Língua Portuguesa / Matemática / Ciências / História / Geografia / Ed. Física / Arte

97

Fonte: Siqueira (2018).

A criança não é percebida como um cidadão que precisa ampliar sua visão de mundo, compreender as situações para refletir e pensar formas de resolver os problemas sociais, se incluindo no meio histórico e social. Há pouca compreensão sobre as habilidades e competências que as crianças são capazes de assumir e suas potencialidades são subestimadas e silenciadas.

4.1.2 Para que aprender Ciências nos anos iniciais?

O Ensino de Ciências é muito mais do que a construção de conhecimentos sobre a natureza e os seres vivos; de acordo com Fourez (1994), ele se incumbem de possibilitar a compreensão e atuação nas situações do dia-a-dia, enriquecendo a visão de mundo, de construir conhecimentos científicos, de identificar os fenômenos e as situações históricas e sociais (FOUREZ, 1994) e de desenvolver um ser crítico, reflexivo, e participativo na sociedade (PAVÃO; FREITAS, 2017).

A Proposta Curricular do Município define como objetivo geral do ensino de Ciências no Ensino Fundamental: “Entender as bases dos estudos científicos sobre a vida e sua diversidade, fundamentadas na comparação, identificação e compreensão de fatos e fenômenos, no contexto das relações bio e psicossociais.” (FLORIANÓPOLIS, 2008, p.166).

Os PCNs assim como os demais documentos, apontam para a importância de se trabalhar os conhecimentos naturais e tecnológicos,

A compreensão integrada dos fenômenos naturais, uma perspectiva interdisciplinar, depende do estabelecimento de vínculos conceituais entre as diferentes ciências. Os conceitos de energia, matéria, espaço, tempo, transformação, sistema, equilíbrio, variação, ciclo, fluxo, relação, interação e vida estão presentes em diferentes campos e ciências, com significados particulares ou comuns, mas sempre contribuindo para conceituações gerais. Por isso, adotou-se como segundo referencial esse conjunto de conceitos centrais, para compreender os fenômenos naturais e os conhecimentos tecnológicos em mútua relação. (BRASIL, 1997, p.33).

Superando a visão tradicional e transmissiva no Ensino de Ciências, e focando numa formação problematizadora com o propósito

de formar a criança para a vida em sociedade, as Diretrizes Curriculares do Município estabelecem que,

A aprendizagem como foco principal das ações educativas: isso nos conduz a ideia de que é necessário romper com a visão transmissiva e tradicional de ensinar, em favor de uma visão de ensino problematizadora, com sentido e significado socialmente válidos, possibilitando a formação de sujeitos intelectualmente ativos, participantes, críticos e responsáveis com as questões de seu tempo. Isso implica também assumir que o foco principal das ações educativas é a aprendizagem. (FLORIANÓPOLIS, 2015, p.22)

Do mesmo modo, o SAE quer propor uma metodologia que invista em práticas com problematizações e acredita que “a constituição do sujeito só é possível pelo desenvolvimento provocado por aprendizagens que ocorrem no processo de interação com o outro [...]” (CAMINHOS, 2011, p. 9), e também traz que “O objetivo que se quer alcançar, ao longo do processo educativo, é propiciar o domínio do conhecimento necessário para responder às exigências da vida em sociedade” (CAMINHOS, 2011, p.5). No entanto, como o SAE cumpre esse papel?

O que se percebe é que alguns propósitos estipulados pela fundamentação teórica do material vão se perdendo, como na aproximação dos assuntos tratados nas apostilas com relação à história de vida da criança e as metodologias arcaicas sugeridas. Fica evidente que os temas explorados em cada unidade estão ligados apenas ao currículo prescrito, há pouca abertura aos interesses dos alunos e ao seu contexto diário.

As apostilas apresentam abordagens que fazem relação com acontecimentos reais, porém tratam de situações ocorridas em outras regiões (figura 24 e 25), deixando evidente que o material foi apenas adaptado para a utilização no município, não foi criado para ele.

Figura 24: Apostila do aluno, nº 5 (3º ano), p. 74 e 75.



Fonte: Siqueira (2018).

Figura 25: Apostila do aluno, nº 6 (3º ano), p. 40 e 41.

1. Por que as baleias fazem a viagem da Antártica até a Bahia?

2. O que significa migrar?

3. Você conhece outros animais que migram? Cite alguns.

A seguir, comparem suas conclusões com as informações contidas no texto.

UMA LONGA VIAGEM

Todos os anos, quando o inverno chega ao hemisfério Sul, muitas baleias, como a baleia jubarte e a baleia-franca deixam as águas geladas da Antártica e iniciam viagem com destino às águas mais quentes da costa brasileira. Durante a viagem, pode ocorrer o nascimento dos filhotes. A temperatura mais alta contribui para a sobrevivência dos filhotes que, nesta fase, ainda não tem uma camada de gordura como a dos adultos para protegê-los do intenso frio do Oceano Antártico.

Baleia minke.

Baleia-franca-austral. Patagônia (Argentina).

Baleia jubarte.

75

Língua Portuguesa / Matemática / Ciências / História / Geografia / Ed. Física / Arte

Fonte: Siqueira (2018).

Nenhuma das perguntas sugere uma aproximação com a região litorânea em que as crianças vivem, Florianópolis ou Santa Catarina, pois seria um bom tema a ser trabalhado devido à incidência do aparecimento de baleias nessa região.

Nas 16 apostilas analisadas do SAE, utilizadas no Ensino Fundamental, a região de Florianópolis foi citada apenas 5 vezes; em alguns casos evidenciada por algum ponto turístico como ilustração no cabeçalho e em outros, apresentando alguns dados que se relacionam ao conteúdo explorado no capítulo, conforme figuras 26 e 27.

Figura 26: Apostila do aluno, nº 6 (3º ano), p. 56.

2. Olhe, observe e compare. O que havia em Portugal e não havia no Brasil?

As primeiras cidades coloniais brasileiras foram fundadas no litoral, em pontos de fácil escoamento de mercadorias, fruto da exploração da terra, o que se tornou uma característica da colonização portuguesa na América.

Por quase dois séculos, grande parte das vilas e cidades do Brasil Colônia tinha sua localização no litoral, já que dependia do porto para escoamento de produtos, como o

Salvador – vista do forte construído pelos portugueses.

Florianópolis – Forte de Santana.

Nas áreas litorâneas, ainda era possível uma melhor vigilância de quem entrava ou saía do porto, evitando invasões, fato este comprovado pela existência de fortes com faróis em algumas cidades brasileiras.

Rio de Janeiro – Praia de Botafogo e Pão de Açúcar.

56

Língua Portuguesa / Matemática / Ciências / História / Geografia / E.D. Física / Arte

Fonte: Siqueira (2018).

Figura 27: Apostila do aluno, nº 10 (4º ano), p. 46.



MEDIR... UM HÁBITO QUE SURTIU MUITO TEMPO ATRÁS

Observe a previsão do tempo nas seguintes cidades e compare as temperaturas máximas e mínimas previstas para cinco dias.

| FLORIANÓPOLIS – SC | SÃO JOAQUIM – SC |
|---|---|
| 11/5 claro máx. 26°C mín. 19°C | 11/5 parcialmente nublado máx. 18°C mín. 11°C |
| 12/5 parcialmente nublado máx. 25°C mín. 18°C | 12/5 chuva máx. 19°C mín. 14°C |
| 13/5 ensolarado máx. 27°C mín. 16°C | 13/5 claro máx. 18°C mín. 13°C |
| 14/5 ensolarado máx. 27°C mín. 17°C | 14/5 claro máx. 18°C mín. 12°C |
| 15/5 parcialmente nublado máx. 26°C mín. 16°C | 15/5 parcialmente nublado máx. 18°C mín. 12°C |

Fonte: Siqueira (2018).

Em uma dessas situações, na apostila 12, é contemplado um fenômeno natural significativo e trágico, sobre o furacão Catarina, que

aconteceu na região em 2004. Certamente as crianças ainda não eram nascidas, mas não deixa de ser um tema de interesse de todos. A apostila trata do assunto com todas as informações mais importantes escritas nela (figura 28), sem a necessidade de busca em outro material, além de não sugerir debates sobre esse acontecimento regional, não traz a visão de outras áreas de conhecimento como Ciências.

Figura 28: Apostila do aluno, nº 12 (4º ano), p. 135.

Esse texto noticia que um furacão poderia atingir o sul do estado de Santa Catarina.

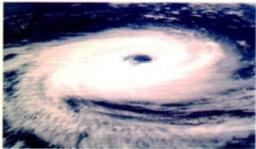
1. Quando essa notícia foi publicada? ____ / ____ / ____
2. Para quando era prevista a "chegada" do furacão ao sul de Santa Catarina?

3. No 3º parágrafo do texto, a meteorologia diz que "tudo pode acontecer" quando o furacão atingir a região. O que poderia acontecer? Releia o texto e escreva:

4. Quais foram as recomendações feitas à população?

A notícia seguinte foi publicada na revista Veja, alguns dias após o "Catarina" ter atingido a região Sul do País. Leia-a com atenção:

A região sul do País é atingida pelo ciclone Catarina. Ventos de até 150 quilômetros por hora e uma forte chuva provocados pelo fenômeno devastaram áreas no norte do Rio Grande do Sul e no sul de Santa Catarina. As cidades catarinenses de Passo de Torres e Santa Rosa do Sul tiveram 95% de suas casas atingidas. Até a noite de sexta-feira, quatro pescadores tinham sido encontrados mortos e oito ainda estavam desaparecidos no mar.



Furacão Catarina.

Ativa do Conselho de Desenvolvimento de São Leopoldo.

REVISTA VEJA. São Paulo: Abril, ano 37, n. 14, 7 abr. 2004. p. 91.

Língua Portuguesa / Matemática / Ciências / História / Geografia / Ed. Física / Artes

135

Fonte: Siqueira (2018).

Apresentam distanciamento sobre os temas que poderiam aproximar as crianças de suas realidades, impedindo que enriqueçam suas visões sobre as diversas situações do mundo, através de debates, entrevistas, contextualização, pesquisas, integração disciplinar e outras estratégias pedagógicas. É percebida uma fragilidade na construção dos conhecimentos do dia-a-dia da criança, com impessoalidade e sem

aprofundamento sobre as situações, prejudicando suas construções de conhecimento sobre o mundo.

Ficou evidente também, o modo como são tratados os assuntos científicos: simplificados, com pouca intenção de aprofundá-lo cientificamente, conhecimentos tratados de modo estático (Apostila-5, p.52) e sem relacioná-lo com outras áreas do conhecimento. Na apostila do aluno, assuntos como hidrelétricas e universo, por exemplo, não são relacionados com o componente curricular Ciências, ignorando os conhecimentos científicos sobre o tema. Porém, na apostila do professor é dito que

A ciência e a tecnologia trazem enormes benefícios à humanidade, entretanto, seus resultados também têm sido usados como forma de opressão e destruição da natureza e do próprio ser humano. Portanto, ao se trabalhar com o conhecimento científico, não se deve ser ingênuo, colocando-a acima de tudo, pois a ciência não é neutra e, sendo uma atividade humana, recebe a influência de diferentes segmentos: sociais, religiosos, éticos, culturais, políticos, científicos e econômicos. (CAMINHOS, 2011, p.24)

Da mesma forma, na apostila do aluno, o tema “Transformação ocorrida no espaço”, tem o olhar para as construções, as mudanças das paisagens, a função social e os costumes, mas não cita a influência da tecnologia (figura 29 e 30).

Figura 29: Apostila do Professor, nº4 (2º ano), p.198.

Língua Portuguesa –
página 53

Sugira aos alunos que acrescentem as palavras encontradas no caça-palavras nas colunas do quadro da página anterior, de acordo com o som do /G/.

A figura de linguagem onomatopéia já apareceu no título (tique-taque). Agora essa figura é retomada em forma de atividade. Amplie essa atividade trazendo algumas histórias em quadrinhos em que apareçam onomatopéias, para que os alunos as relacionem ao objeto que produz aquele som.

Proponha uma brincadeira em que você mostra diferentes objetos ou figuras (animais, pessoas batendo palmas, coisas caindo ao chão, sirenes de ambulância, etc.) e, a cada objeto mostrado, os alunos devem representar/produzir o som dele oralmente.

17. Procure no caça-palavras mais palavras escritas com G.
A dica está no observo.

18. O título do texto indica o som de alguns tipos de relógios. E que sons são produzidos em cada situação abaixo? Ligue para responder:

TRIMM, TRIMM
TRIMM, TRIMM
COCORICÓ
BLEM, BLEM,
BLEM, BLEM
ZUM... ZUM...
ZUM... ZUM...
TOC... TOC...
TOC... TOC...

NADA DO QUE FOI SERÁ

1. Observe estas imagens.

Existem semelhanças entre as imagens? Quais?
2. Que diferenças elas representam o mesmo lugar? Por quê?
3. Que transformações é possível observar?
4. Você já observou transformações em algum lugar? Onde?
5. Que tipo de transformações?
6. Que tipo de transformações?

Título – página 54

Mais uma vez o foco é a análise da passagem do tempo e as transformações ocorridas no espaço. A ideia é apresentar o mesmo espaço antes e depois com várias possibilidades de transformações, construções, calçamentos, função social dos espaços, traços da cultura que ocupa determinado espaço.

Ciências – página 54

Esta problematização se constitui numa atividade de observação indireta. É importante orientar os alunos para que percebam o máximo de detalhes em cada uma das imagens, pois só assim poderão identificar as transformações que ocorreram. Além dos comentários sobre as transformações identificadas nas imagens, os alunos poderão relatar transformações que tenham testemunhado no ambiente vivido.

Figura 30: Apostila do aluno, nº 4 (2º ano), p. 57.

11. Seu professor irá ler.



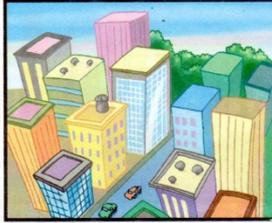
Há muito tempo o ser humano buscava alimento caçando, pescando e colhendo o que encontrava pelo caminho durante suas andanças. Ele não tinha uma moradia fixa.



Muito tempo depois, ele aprendeu a domesticar alguns animais e, observando a natureza, percebeu que podia plantar sementes e assim obter alimento sem precisar mudar de lugar. Desse modo, ele passou a ocupar terras onde criava animais e plantava. Formaram-se então as aldeias.



A população foi aumentando. Foi necessário plantar mais, pois havia necessidade de mais alimentos. Para dar espaço às plantações e construções de casas, florestas foram derrubadas.



As aldeias cresceram e transformaram-se em cidades. A concentração de pessoas nas cidades aumentou o consumo dos mais variados produtos.



Para produzir o que as pessoas consumiam, surgiram as fábricas que, no início, usavam carvão como fonte de energia para moverem suas máquinas.

Língua Portuguesa / Matemática / Ciências / História / Geografia / Ed. Física / Arte

57

Fonte: Siqueira (2018).

Os fenômenos e situações históricas exploradas pelas apostilas não evidenciam as influências tecnológicas nas mudanças históricas e sociais da civilização, não oportunizam aprofundamento dos assuntos com pesquisas em outros materiais e possibilidade de criação de projetos escolares, tampouco expõem a interdisciplinaridade quando aparece algum tema relacionado à tecnologia.

É perceptível que os conteúdos apresentados nas apostilas trazem conceitos sintetizados, com uma perspectiva enciclopédica que trata dos assuntos de modo direto e conceitual, como um dicionário explicativo e sucinto, sem referência ou indicação de bibliografia para aprofundamento ou fontes científicas confiáveis/ válida. Nesta proposta a apostila traz informações sobre a função de cada parte da árvore, apenas com intenção de ler e possivelmente memorizar. Embora o material traga propostas diretivas, traz também em quantidade menor, atividades que exploram mais que a memorização, conforme apresentado na Figura 31, na questão 4. Nesta questão a criança precisará pesquisar, relacionar e descobrir as partes das plantas que servem de alimento ao ser humano.

Figura 31: Apostila do Aluno, nº10 (4º ano), p.127.

Entretanto, na maioria das vezes, nós não comemos a planta inteira, mas apenas uma parte dela.

4. Registre, no quadro abaixo, o nome de algumas plantas, de acordo com a parte consumida.

| Consumimos | Nome da planta |
|------------|----------------|
| Raiz | |
| Caule | |
| Folha | |
| Flor | |
| Fruto | |
| Semente | |

Cada uma das partes do vegetal exerce uma função:

Raiz: fixa a planta ao solo, e é por meio dela que a planta absorve água e sais minerais necessários ao seu desenvolvimento.

Caule: no caule, existem vasos por onde circulam os nutrientes necessários ao desenvolvimento da planta. Ele sustenta outras partes da planta, como as folhas, flores e frutos.

Folha: a transpiração, a respiração e a fotossíntese são as principais funções da folha.

Flor: é o órgão reprodutor da maioria das plantas. É a partir delas que se formam os frutos.

Fruto: protege as sementes e contribui para a dispersão delas no ambiente.

Semente: abriga o embrião, que poderá dar origem a uma nova planta.



Desenho esquemático das partes de um vegetal.

Língua Portuguesa / Matemática / Ciências / História / Geografia / Ed. Física / Arte

127

Fonte: Siqueira (2018).

Outra situação identificada na apostila, diz respeito à compreensão simplista e sem fundamentação do próprio autor sobre determinados temas. Neste exemplo (figura 32) é apresentada a diferença entre os seres humanos e outros animais, na qual é citada a **criatividade do ser humano e a falta dela nos outros animais**, quando sabemos que alguns animais criam estratégias de pesca ou de proteção para si mesmos, e eventualmente até de construção e uso de ferramentas. Não cabe aqui discutir a criatividade de um animal específico, mas chamar a atenção para a ideia no mínimo simplista de que os humanos são criativos e os demais animais não são, ou que estamos próximos de construir colônias para viver em Marte.

Figura 32: Apostila do Professor, nº2 (1º ano), p.234.

Há casas de todo tipo.
Há casas de todo jeito.
Pra quem tem o seu cantinho,
Não há lugar mais perfeito.

Mas a casa da abelha
Ninguém consegue igualar.
Com tanto mel é doçura,
É um lar, doce lar.

ALCOFORADO FILHO, Hardy Guedes. *Casinhas de bichos*. Ilustrações: Luiz Rodrigues e Renilton Padovani. São Paulo: Scipione, 1997. (Coleção DO-RE-MI-FÁ).

Comente sobre a diferença entre o ser humano e os outros animais. Apesar de biológico, o organismo humano atua dentro de uma ordem cultural, que é socialmente determinada. O ser humano é um ser de relações, agente no centro das mudanças, que vão além dos limites impostos pela natureza para satisfazer suas necessidades. Entre as ferramentas que fazem a diferença no poder de transformar o ambiente a sua volta, está a criatividade humana. Observando a casa construída pelo pássaro joão-de-barro, por exemplo, notamos que não existem mudanças de uma geração para outra. Já os seres humanos usam sua criatividade para aprimorar tudo o que fazem, como por exemplo, a ideia e quase realidade, de se construir colônias para vivermos em Marte.

Língua Portuguesa –
página 110

Antes da realização dessa atividade, destaque no poema o encarte 3, o nome dos animais que deverão ser encontrados. Depois, realizem a atividade coletivamente.

7. NO POEMA DO ENCARTE 3 APARECEM OS NOMES DE MUITOS ANIMAIS. PROCURE-OS NO CAÇA-PALAVRAS.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| A | D | O | B | A | M | A | C | A | C | O | M | I | B | U | |
| G | R | I | L | O | N | H | E | J | U | M | I | W | I | Y | L |
| A | S | B | E | I | P | A | S | S | A | R | I | N | H | O | |
| J | O | A | O | D | E | B | A | R | R | O | I | T | U | A | |
| C | A | S | E | M | I | N | U | A | R | A | N | H | A | I | |
| L | P | U | C | A | R | A | C | O | L | P | E | V | E | O | |
| P | A | B | R | C | E | S | S | M | C | A | S | T | O | R | |
| S | A | P | O | K | A | D | E | J | U | B | E | N | N | A | |
| P | E | I | X | E | C | S | S | A | R | P | O | L | V | O | |
| M | C | A | R | A | N | G | U | E | J | O | A | S | O | R | |
| M | U | N | I | V | E | F | O | R | M | I | G | A | R | R | |
| A | B | E | L | H | A | L | D | F | E | M | U | N | I | L | |
| Q | R | W | E | M | A | R | I | M | B | O | N | D | O | T | |

Fonte: Siqueira (2018).

Nota-se que o ponto de observação exposto na apostila é ocupado pela percepção do próprio autor, que traz sua perspectiva sobre

esse fato, apenas a partir de uma análise particular, para fazer uma comparação entre a criatividade do homem e a do pássaro. É muito provável que a própria criança poderá trazer questões contrárias à opinião trazida na apostila, citando exemplos de criatividade animal, do próprio João-de-Barro, de outros pássaros ou outros animais.

4.1.3 Como uma criança dos anos iniciais aprende Ciências?

A literatura nos diz que a criança nos anos iniciais aprende com interesse em conhecimentos úteis e reais sobre o contexto diário e/ou social (SASSERON; CARVALHO, 2008), participando ativamente e relacionando os novos conhecimentos com os antigos (DOMINGUEZ; TRIVELATO, 2014), com o incentivo de problemáticas reais (CARVALHO, 1999), com o uso de diferentes linguagens (DOMINGUEZ; TRIVELATO, 2014) e com a compreensão de ser uma aprendizagem que desenvolve o papel democrático do cidadão (PAVÃO; FREITAS, 2017) ao se perceber parte de situações reais, opinando e tomando decisões.

Confrontando a perspectiva da literatura com os documentos educacionais, é percebida uma boa aproximação. Desta maneira, a Proposta Curricular de Florianópolis orienta as instituições de ensino a serem espaços que complementem a comunidade e outros setores da sociedade:

A escola é compreendida como instituição cultural da comunidade e como espaço de formação do ser humano; como espaço que concorre para a cidadania e inclusão de sujeitos aprendentes. Cabe-lhe, portanto, o papel de criar condições para que todos aprendam, apropriem-se da cultura e dos saberes historicamente produzidos. Neste sentido, precisa-se de uma escola que rompa com o senso comum e com os limites da sala de aula, e que se enriqueça pelo processo de interação de outros agentes educacionais da sociedade, integrando novos conteúdos, proporcionando vivências e estabelecendo relações com a comunidade (FLORIANÓPOLIS, 2008, p.18).

Que a escola se perceba como agente formador, de uma criança que é cidadã, mas que precisa se reconhecer para exercer seu papel, assim, a Proposta Curricular de Florianópolis entende que,

[...]o ensino de Ciências deve contribuir para a construção de um cidadão apto a atuar na sociedade de maneira positiva. O ensino de Ciências deve, além da aprendizagem de conteúdos científicos, oportunizar às crianças e jovens a aprendizagem de outros conteúdos como o desenvolvimento de habilidades e atitudes. (FLORIANÓPOLIS, 2008, p.157)

A educação para a formação cidadã é apresentada também nas Diretrizes Curriculares Nacionais, que esclarecem: “A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para a capacidade de exercer em plenitude o direito à cidadania” (BRASIL, 2013, p.19). E os PCNs complementam que é na escola que a criança vai “Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação” (BRASIL, 1997, p.7).

O mesmo documento expõe que, para expressar seus pensamentos, seus anseios e suas aspirações a criança precisa,

[...] utilizar as diferentes linguagens — verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal — como meio para produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação (BRASIL, 1997, p.7);

Ao perceber a criança como um ser em formação, capaz, potente, criativo e reflexivo, a escola deverá oportunizar vivências, aproveitando sua curiosidade, interesse e habilidades para construir os conhecimentos sobre o mundo e os valores de democracia, expandindo suas capacidades de pensamento e ação sobre sua realidade.

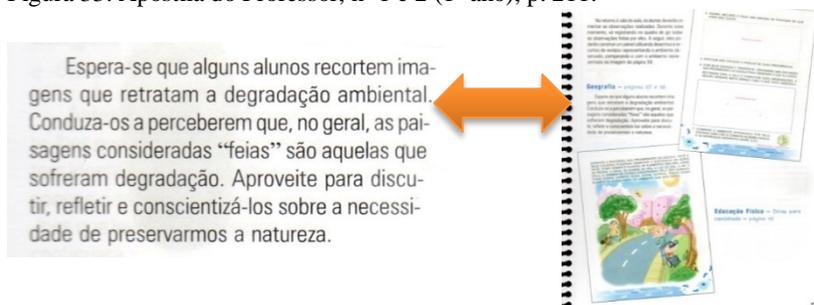
Os encaminhamentos metodológicos do SAE apontam para os vários desafios com os quais a criança precisa ser confrontada,

É necessário que as atividades propostas possibilitem ao aluno a oportunidade de: manipular, observar, descrever, refletir, expressar suas ideias e ouvir as dos colegas, comunicar oralmente e por meio de registros, tomar decisões, criar, avaliar, cooperar, trabalhar em grupo, pesquisar, estabelecer relações” (CAMINHOS, 2011, p. 8).

No entanto, as habilidades e competências que o material se compromete a desenvolver não se confirmam nas apostilas das crianças, como exposto nos próximos exemplos.

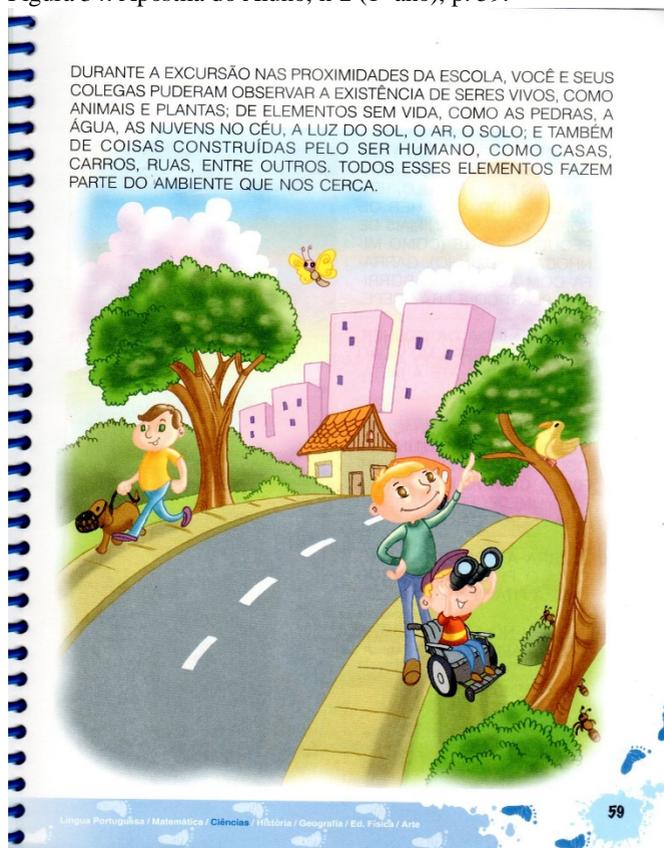
No material didático, a proposta direcionada sugere que a turma conheça os arredores da escola e identifique o que tem no ambiente, como uma estratégia de saída de estudos para coletarem informações para investigação. Porém, a apostila traz a orientação de que as crianças devem perceber o que acham “feio” (sob a perspectiva do autor) no ambiente externo (figuras 33 e 34). É percebido que o material espera que as crianças cite apenas a degradação do ambiente, conforme instrução na apostila do professor.

Figura 33: Apostila do Professor, nº 1 e 2 (1º ano), p. 211.



Fonte: Siqueira (2018).

Figura 34: Apostila do Aluno, nº2 (1º ano), p. 59.



Fonte: Siqueira (2018).

Fica evidente que a observação tem fim nela mesma, sem sugestão de reflexões ou continuidade na pesquisa e com uma intenção explícita, sem levar em conta que, a criança que nasceu e vive em um ambiente degradado, não o achará “feio” e sim normal, e o belo ou feio depende da percepção individual de cada sujeito, e pode ser diferente entre indivíduos ou entre grupos.

Há a iniciativa de atrair o olhar curioso das crianças para o ambiente que as cerca, porém, pouco se faz com essa aproximação. As situações reais que fazem parte do dia-a-dia da criança poderiam se tornar um projeto ou uma problemática interessante de investigação, para criar soluções possíveis.

Em outra situação apresentada pela apostila, as possibilidades de participação da criança são identificadas em orientações para haver conversas e estratégias de experiências demonstrativas, como a indicada na apostila 10 (figura 35) para verificar a incidência da luz solar e o aquecimento da terra, experiência parecida com a realizada na apostila 5 (figura 36), sobre o movimento de rotação.

Figura 35: Apostila do Aluno, nº10 (4º ano), p. 42.



REGIÕES DA TERRA: FRIO AQUI, CALOR ALI...

Realizem este experimento para observar como a luz e o calor do Sol se distribuem sobre a superfície da Terra influenciando a temperatura.

Material:

- um globo terrestre;
- uma lanterna.

Procedimento:

Escureça a sala de aula, acendam a lanterna e a direcionem para o globo terrestre, exatamente no meio dele, para representar os raios solares aquecendo e iluminando o planeta Terra.



Observem o local onde a luz da lanterna (que representa o calor do Sol) bate mais diretamente.

1. O que é possível concluir após as observações?

42

Língua Portuguesa / Matemática / Ciências / História / Geografia / Ed. Física / Arte

Fonte: Siqueira (2018).

Figura 36: Apostila do Aluno, nº5 (3º ano), p. 60.



Na parte iluminada pelo Sol, é dia. Na parte não iluminada é noite. A Terra gira em torno de seu eixo imaginário. Esse movimento é conhecido como movimento de rotação. Uma volta completa em torno do eixo imaginário leva 24 horas aproximadamente e temos então o dia e a noite.

Continuem o experimento.

- Posicione-se junto aos outros colegas, ao redor da mesa.
- Posicionem o globo terrestre, sobre a mesa, cuidando para que o "Sol" o ilumine na altura da linha do equador.

OBS.: o eixo imaginário deve estar sempre apontando para a mesma direção.

b) A luz está incidindo sobre todo o planeta Terra de forma igual? Por quê?

- Passe o globo terrestre para o outro colega no sentido anti-horário. Repitam a passagem do globo terrestre até que este realize um giro completo em torno do modelo do Sol. Observem como o globo terrestre está sendo iluminado cada vez que um dos colegas o recebe.

60

Língua Portuguesa / Matemática / Ciências / História / Geografia / Ed. Física / Arte

Fonte: Siqueira (2018).

A proposta de oportunizar a participação ativa e o desenvolvimento de atitudes para a formação cidadã não é bem representada pelo material, pois nem mesmo numa atividade prática existe essa possibilidade de participação da criança. A maneira de fazer as crianças participarem é a partir de conversas, respostas a perguntas orientadas, experiências demonstrativas ou realizadas em grupo, nada que identifique uma participação expressiva, representativa e significativa para a formação de um cidadão é identificado.

apostila do professor traz orientações de “forçar” a curiosidade das crianças a partir de observações de imagens, para que se interessem e participem (figura 38).

Figura 38: Apostila do Professor, nº2 (1º ano), p. 247.



Fonte: Siqueira (2018).

O envolvimento em uma problemática não é algo que necessite *forçar* uma criança a ter interesse, como Maués (2003) declara, é algo intrínseco à criança, na qual expõe que a curiosidade, o interesse, a participação e a vontade está na criança pequena, o professor só precisa aproveitar dessa motivação natural e oportunizar vivências significativas.

Como exposto também nos PCNs (1997), Maués (2003) acredita que as construções de conhecimentos precisam ser acompanhadas de estratégias que explorem diferentes linguagens. E para oferecer estratégias que possibilitem o uso de diferentes linguagens, o material traz poucas atividades que sugerem uma construção criativa e expressiva da criança, e contempla geralmente um ou dois componentes curriculares, como exemplificado na figura 39.

Figura 39: Apostila do Aluno, nº8 (3º ano), p. 71.

2. Imagine que você é um estilista de sapatos e tem que criar um novo modelo de sapato feminino. Esse sapato deve ter linhas retas e curvas, e texturas variadas. Com lápis preto, faça o esboço do sapato no espaço abaixo.

3. Depois de criar o esboço, construa sua ideia em papel machê e pinte com tinta guache. Façam uma mostra com as suas criações. Convide os familiares para participarem do evento.

71

Fonte: Siqueira (2018).

Em outras estratégias são propostos o uso de mímica (lúdico) para responder sobre a água e dobradura de cata-vento com intenção de perceber o vento, conforme figuras 40 e 41.

Figura 40: Apostila do Aluno, nº11 (4º ano), p. 34.



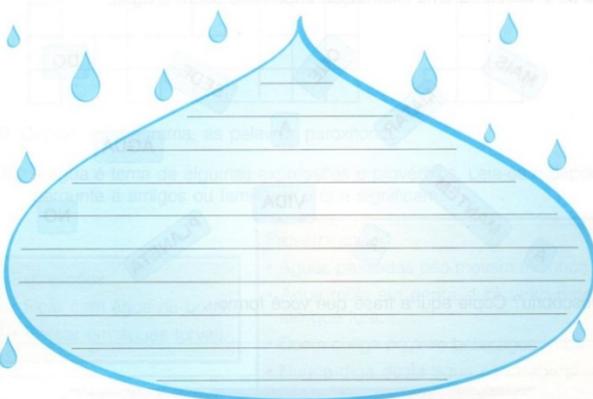
The illustration shows a girl with red hair thinking about water. In the background, there is a water cycle diagram with a water tower, pipes, a house with a shower, toilet, and sink, and a stream. A large orange arrow points from the illustration towards the text below.

PARA QUE SERVE A ÁGUA?

1. Que tal responder a essa pergunta usando a mímica? Será que seus colegas vão adivinhar a sua resposta? Experimente.

Organizem-se em círculo, cada um de vocês deverá ir ao centro do círculo e responder à pergunta por meio de mímica. Aquele que adivinhar a resposta do colega irá para o centro do círculo. Escolham um colega para ir registrando, no quadro de giz, todas as respostas.

Copie, nesta gota de água, todas as respostas encontradas pela turma.



34

Língua Portuguesa / Matemática / Ciências / História / Geografia / Ed. Física / Arte

Fonte: Siqueira (2018).

Figura 41: Apostila do Aluno, nº12 (4º ano), p. 123.

Um aluno pode segurar a vareta com os balões, na frente da classe, de modo que todos possam vê-los equilibrados na "balança".

Desfaça o laço de um dos balões, deixando o ar sair. O balão inflado irá inclinar a vareta para baixo porque é mais pesado do que o balão sem ar.

Vamos brincar com o vento? Não! Vamos brincar com um cata-vento! Veja como se faz:

Materiais necessários:

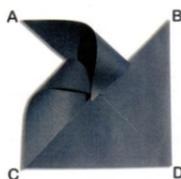
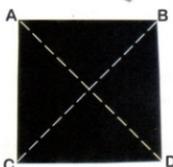
- uma varinha de bambu ou espetinho de madeira;
- um pedaço de cartolina;
- alfinete ou tachinha;
- régua;
- tesoura;
- lápis;
- cola.

Como fazer:

1. Recorte um quadrado de cartolina de 18 cm de cada lado.
2. Risque duas linhas diagonais, unindo os cantos A com C e B com D.
3. Partindo de cada um dos cantos, marque 8 cm sobre as linhas que você riscou.
4. Corte cada canto até o ponto marcado.
5. Para maior estabilidade cole um pedacinho de cartolina, no meio do cata-vento e, com ajuda de um alfinete, faça um furo exatamente no meio, onde está o pedacinho da cartolina.
6. Enrole as pontas marcadas com o dedo e prenda as 4 pontas juntas no centro, com o alfinete (ou tachinha). Fixando-o na varinha.
6. Agora pode sair correndo por aí com seu cata-vento.



Foto: Shaulo PC



Fonte: Siqueira (2018).

Aparecem poucas estratégias que exploram as diversas linguagens, porém, essas não acompanham orientações para perceber o raciocínio da criança e aperfeiçoá-lo, a partir da troca entre as crianças e estimular a comunicação como um meio de expressar seus pensamentos.

4.1.4 Como planejar um contexto de aprendizagem de Ciências?

Os autores nos quais baseamos o presente trabalho explicitam que o contexto de aprendizagem de Ciências que respeite e permita a diversidade de pensamento, compreenda a criança como um ser capaz e potente e propicie aprendizagens que desenvolvam a prática cidadã e democrática para a vida em sociedade necessita de estratégias que serão encontradas em um ensino: interdisciplinar (CARVALHO, 2013; FOUREZ, 1994), problematizador (CARVALHO, 2013) e que possibilite a criação de Projeto Escolar (HERNÁNDEZ, 1998), Pesquisa Escolar (PAVÃO; FREITAS, 2017) e Aprendizagem com significado (MAUÉS, 2003).

Reportando aos documentos educacionais analisados, identifica-se vários pontos convergentes com a literatura assumida neste trabalho. Como no Plano Municipal de Educação de Florianópolis, que compreende o ensino interdisciplinar como “um novo paradigma”:

Valorizar e garantir um novo paradigma curricular que possibilite relações interdisciplinares, ou seja, que conceba o conhecimento como parte de uma rede de significações, envolvendo tanto as relações construídas entre as diversas áreas, quanto as produzidas no interior de cada uma delas. (FLORIANÓPOLIS, 2010, p.50)

Há uma aproximação da compreensão do trabalho interdisciplinar com a significação e contextualização dos conteúdos, como confirma as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) no Art. 24, enuncia: “A necessária integração dos conhecimentos escolares no currículo favorece a sua contextualização e aproxima o processo educativo das experiências dos alunos” (BRASIL, 2013, p.135). Trazendo as estratégias pedagógicas da interdisciplinaridade e a contextualização, como justapostas para o trabalho com projetos escolares, como confirmado neste trecho do mesmo documento, reforçam as investidas:

[...] da interdisciplinaridade e da contextualização, que devem ser constantes em todo o currículo, propiciando a interlocução entre os diferentes campos do conhecimento e a transversalidade do conhecimento de diferentes disciplinas, bem como o estudo e o desenvolvimento de projetos referidos a temas concretos da realidade dos estudantes; (BRASIL, 2013, p.34)

Assim, a realização de projetos escolares contextualizados, vem casada com as práticas da problematização dos temas significativos e as pesquisas escolares, como eixo central de uma educação autônoma, confirmado pela DCN:

[...]os princípios norteadores da educação nacional, a metodologia da problematização como instrumento de incentivo à pesquisa, à curiosidade pelo inusitado e ao desenvolvimento do espírito inventivo, nas práticas didáticas; (BRASIL, 2013, p.50)

O documento que orienta o ensino do município segue a mesma diretriz, de reconhecer como necessária e indispensável a problematização, e esclarece que

[...] um trabalho pedagógico que toma a problematização como ponto de partida enriquece as experiências e permite aos estudantes atribuírem sentido aos conhecimentos e produtos culturais que acessam de forma intencional nas instituições educativas. (FLORIANÓPOLIS, 2015, p.39)

Desta forma, compreendendo como uma grande comunidade educativa que se junta para alcançar um objetivo maior, que é o desenvolvimento integral da criança, com aprendizagens significativas e reais, a DCN declara que,

Os sistemas de ensino, as escolas e os professores, com o apoio das famílias e da comunidade, enviairão esforços para assegurar o progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis e criando renovadas oportunidades para evitar que a trajetória escolar discente seja retardada ou indevidamente interrompida. (BRASIL, 2013, p.136)

O material didático analisado neste trabalho reconhece em seus encaminhamentos metodológicos que “[...] as aprendizagens que geram o desenvolvimento humano requerem situações intencionalmente criadas – atividades - que são atos realizados pelo sujeito utilizando-se

de sistemas expressivos e simbólicos” (CAMINHOS, 2011, p.9). No entanto, a proposta de desenvolver atividades intencionais nas quais a criança possa se expressar, não necessariamente demonstram ser uma aprendizagem significativa e válida para auxiliar no desenvolvimento de quem aprende. O que fica evidente é que quando o desenvolvimento integral da criança depende também de um material didático que prescreve a sequência da aula e há cobrança para que sejam cumpridos e seguidos, os esforços não estão apenas nas mãos dos professores e da família.

A análise nas apostilas do SAE demonstrou que a integração disciplinar no material é apresentada apenas como uma possibilidade de aproximação do conteúdo com algumas disciplinas, e que a lógica de seleção e escolha está na cabeça do próprio autor.

Analisando o material, nota-se que, sem uma explicação lógica, o tema “Poluição nas Cidades” é explorado apenas como conteúdo de Ciências, e o tema “Camelo e o Deserto” só está identificado com as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, e há orientação de contextualizar e de buscar no dicionário, como se vê nas figuras 42 e 43.

Figura 42: Apostila do Aluno, nº 4 (2º ano), p. 123.

Em muitas cidades, a poluição do ar causada pela fumaça dos carros e indústrias, e a poluição da água, provocada pelo derrame de esgoto e lixo nos rios, são bastante comuns.

Mas existem outros tipos de poluição que também podem trazer prejuízo à saúde das pessoas e do ambiente, como a poluição visual e a poluição sonora.

4. Procure no dicionário o significado da palavra **poluição** e registre.

5. Observe estas imagens.

123

Fonte: Siqueira (2018).

Figura 43: Apostila do Professor, nº 3 e 4 (2º ano), p. 135.

Título – página 137

Mostre a importância de se buscar o conhecimento em diferentes suportes de texto assim como o que está representado. Peça aos alunos para identificarem os lugares representados e relacione com o título do texto a seguir.

Língua Portuguesa – página 137

Depois de ler o texto com os alunos, explique que se trata de uma ficha técnica, que traz informações, de forma resumida, sobre um determinado assunto, no caso, um animal. Mostre a sua forma de organização (em itens, com frases curtas) e explore a ilustração que o acompanha.

As atividades relacionadas ao vocabulário devem ser sempre trabalhadas de forma contextualizada. Auxilie os alunos a consultar o dicionário, quando necessário.

Matemática – página 137

Aproveite o texto e trabalhe com os alunos as medidas de massa e comprimento. Faça comparação com a realidade do aluno, por exemplo.

- Um camelo passaria facilmente pela porta da sala?
- Se um camelo pesa 700 kg, somando-se o peso de todos os alunos da sala, o resultado é maior ou menor que o peso do camelo?

Língua Portuguesa – página 138

As atividades relacionadas ao vocabulário devem ser sempre trabalhadas de forma contextualizada. Auxilie os alunos a consultar o dicionário, quando necessário.

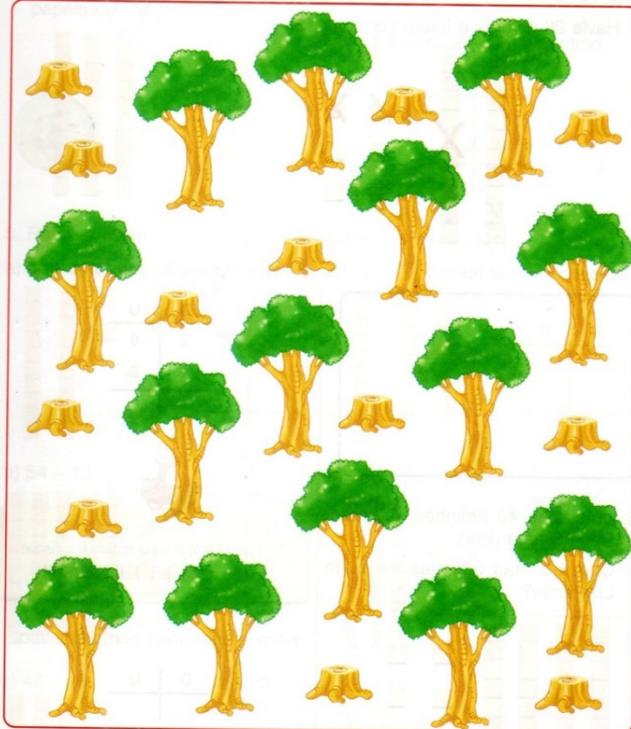
135

Fonte: Siqueira (2018).

As páginas que contemplam os conteúdos de Matemática e/ou Português, mesmo apresentando imagens ou textos que sugiram debates de assuntos de Ciências, o componente curricular não é citado. É percebido que no material a disciplina de Língua Portuguesa e Matemática são exclusividades em várias páginas, os textos e imagens utilizadas, geralmente tem aproximação com algum conteúdo de Ciências. No entanto, os conteúdos de Ciências servem para atrair a atenção da criança para conteúdos pouco interessantes, mas não para serem explorados integralmente (figura 44 e 45).

Figura 44: Apostila do Aluno, nº 5 (3ºano), p. 41.

Agora, observe as figuras abaixo.



- a) Quantas árvores havia? _____
- b) Quantas árvores foram cortadas? _____
- c) Quantas árvores ficaram? _____

Figura 45: Apostila do Aluno, nº 6 (3º ano), p. 92.

LAVRADOR & TERRA & FEIJOÃO & FOGÃO

PALAVRAS com PALAVRAS, UMA COISA PUXA A OUTRA

Leia uma estrofe da canção.

UMA COISA PUXA A OUTRA

[...]

Sem o braço do caboclo
 Não existe produção
 Não tem soja, não tem trigo
 Nem arroz e nem feijão
 Sem auxílio da lavoura
 Não vai nada pro fogão
 Uma coisa puxa a outra
 Vai aqui minha opinião
 Que seria da cidade
 Sem ajuda do sertão?

[...]

SANTOS, L.; CARREIRO, T.; BALESTRO, C. *Meu reino encantado*. Rio de Janeiro: Chantecler, Warner Music, 2000. 1-CD.

92

Língua Portuguesa / Matemática / Ciências / História / Geografia / Ed. Física / Inglês

Fonte: Siqueira (2018).

Foram identificadas inúmeras páginas que contemplam apenas conteúdos de Matemática e Língua Portuguesa, sem a indicação de outras disciplinas, ou seja, sem integração disciplinar, com uma divisão fragmentada dos conteúdos, conforme figura 46.

Figura 46: Apostila do Aluno, nº2 (1º ano), p. 83.

4. CIRCULE AS CRIANÇAS DESENHADAS, FORMANDO GRUPOS DE 10.

a)



| | |
|--|---|
| Quantos grupos de 10 crianças você formou? | Quantas crianças ficaram fora do grupo? |
| | |

b)



| | |
|--|---|
| Quantos grupos de 10 crianças você formou? | Quantas crianças ficaram fora do grupo? |
| | |

5. AGORA, REPRESENTE COM DESENHOS A QUANTIDADE DE CRIANÇAS DA SUA SALA DE AULA, DEPOIS CIRCULE FORMANDO GRUPOS DE 10.



| |
|--|
| Quantos grupos de 10 crianças você formou? |
| |

| |
|---|
| Quantas crianças ficaram fora do grupo? |
| |

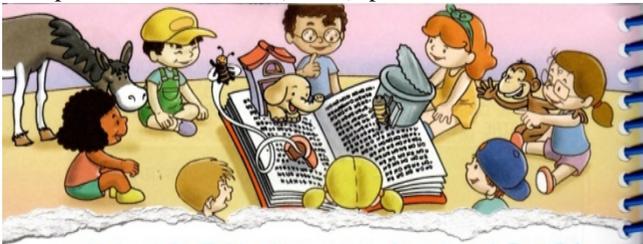
6. OBSERVE O QUE TEM NA SALA DE AULA QUE PODE SER AGRUPADO DE 10 EM 10.



Fonte: Siqueira (2018).

Assim como em outros textos, mostrados acima, o poema sobre Animais é indicado apenas para trabalhar a interpretação de texto na disciplina de Língua Portuguesa (figura 47).

Figura 47: Apostila do Aluno, nº2 (1º ano), p. 98.



CADA CASA TEM UM DONO NO MUNDO DA POESIA

1. VAMOS CONHECER UM POUCO SOBRE OUTRAS CASAS? ACOMPANHE A LEITURA.

A CASA E SEU DONO

ESSA CASA É DE CACO
QUEM MORA NELA É O MACACO

ESSA CASA TÃO BONITA
QUEM MORA NELA É A CABRITA

ESSA CASA É DE CIMENTO
QUEM MORA NELA É O JUMENTO

ESSA CASA É DE TELHA
QUEM MORA NELA É A ABELHA

ESSA CASA É DE LATA
QUEM MORA NELA É A BARATA

ESSA CASA É ELEGANTE
QUEM MORA NELA É O ELEFANTE

E DESCOBRI DE REPENTE
QUE NÃO FALEI EM CASA DE GENTE.

JOSE, Elias. *Lua no brejo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 18.

98

Língua Portuguesa / Matemática / Ciências / História / Geografia / Ed. Física / Arte

Fonte: Siqueira (2018).

Outro exemplo está na utilização do tema “Fauna e Flora”, que é explorado em 16 páginas da apostila 10, no qual relacionam as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Geografia, mas não citam em nenhuma das páginas a disciplina de Ciências (figura 48).

Figura 48: Apostila do Aluno, nº10 (4º ano), p. 8.



FAUNA E FLORA... RIQUEZAS DE UM PAÍS

O BRASIL MEGADIVERSO

A Sétima Conferência das Partes sobre Diversidade Biológica, realizada na Malásia em fevereiro de 2004, com a participação de 180 países, aprovou um programa de compromissos para reduzir a perda da biodiversidade até 2010.

O Brasil é um país megadiverso, um dos mais ricos em fauna e flora. Veja por quê:

| | |
|--------------------------------------|--|
| 8,5 milhões de km² | é a área total do Brasil, que abriga a maior floresta tropical úmida e a maior planície inundável do planeta. |
| UMA | em cada 11 espécies de mamíferos existentes no mundo é encontrada no Brasil, sendo 68 exclusivas de nosso país. |
| 20% | do total das espécies do planeta são originárias do Brasil, incluindo algumas de importância econômica, como a mandioca e o abacaxi. Os produtos da biodiversidade correspondem a 31% das exportações brasileiras. |
| 55 mil | espécies de vegetais já foram descritas, 22% do total do mundo, sendo o Brasil o mais rico em tipos de palmeira (390 espécies) e orquídeas (2 300 espécies). |

HORIZONTE Geográfico. São Paulo: Horizonte, ano 17, n. 92, abr. 2004, p. 14. Disponível em: <www.horizontegeografico.com.br>. Acesso em: 30 out. 2011. (Adaptado).

Língua Portuguesa / Matemática / Ciências / História / Geografia / Ed. Física / Artes

Fonte: Siqueira (2018).

Não há uma lógica simples para entender a integração disciplinar prometida pelo material, ou melhor, talvez a compreensão esteja apenas na intenção dos autores. É percebida uma forte intenção de apenas citar as disciplinas que poderiam estar relacionadas ao que se quer com o conteúdo, mas mesmo assim, há a exclusão de disciplinas que possibilitariam uma valiosa integração e ampliação da visão da criança sobre o tema estudado.

Assim como a integração disciplinar, a problematização também é apresentada com fragilidade e superficialidade de

compreensão do que poderia ser uma problematização de um assunto, um problema que dê margem para investigações e construções de conhecimentos.

Embora traga o tema “Lixo”, a problemática identificada na apostila do professor é só para os problemas matemáticos, deixando de lado um problema social e significativo, conforme figura 49.

Figura 49: Apostila do Professor, nº4 (2º ano), p. 178.

Título – página 62

A idéia é mostrar crianças em ação separando o lixo. É também uma situação cuja intenção é problematizar situações de cálculos com os alunos.

Matemática – página 62

A idéia de multiplicação é trabalhada com base em uma situação real proposta para os alunos. A intenção é que eles se utilizem de diferentes formas para a resolução, uma vez que a sistematização do conceito de multiplicação será desenvolvida posteriormente.



CALCULE QUANTO LIXO QUE NÃO É LIXO.

1. Vamos calcular quanto papel é jogado no lixo em sua sala de aula? Combine com o professor e os colegas da classe para vocês jogarem todo o papel da sala num saco de lixo separado dos outros lixos durante uma semana. Ao final da semana, vocês deverão pesar para saber quantos quilos de papel são jogados no lixo, por semana, em sua sala de aula.

a) Registre quantos quilos vocês juntaram.

Resposta pessoal

b) Sabendo que um mês tem 4 semanas, escreva quantos quilos de papel vocês jogam fora por mês.

Resposta pessoal

c) Sabendo que você tem 10 meses de aula por ano, calcule quantos quilos de papel são jogados no lixo em sua sala de aula por ano.

Resposta pessoal



HÁBITOS NEM SEMPRE SAUDÁVEIS.

1. Reúna-se a um ou mais colegas e juntos observem e troquem idéias sobre o que está acontecendo em cada uma destas imagens. Que atitudes representadas nestas imagens podem trazer prejuízos ao ambiente? Registrem, no espaço ao lado das imagens, suas conclusões.

Desperdiçar papel.

Deixar a torneira pingando e tomar banhos muito longos.

Título – página 63

Leve, para a sala de aula, o globo terrestre para que os alunos façam a relação entre ele e a ilustração. Peça-lhes que localizem no globo o que está representado e discutam sobre quais problemas estão sendo indicados.

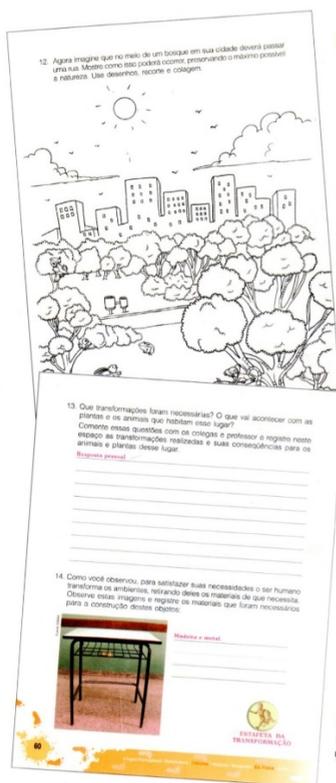
Espera-se que os alunos, ao final do encaminhamento dado pela disciplina de Ciências, possam concluir que o Planeta sofre com os hábitos, nem sempre saudáveis das pessoas: desperdício de energia e alimentos, mau aproveitamento e destino do lixo, violência...

Fonte: Siqueira (2018).

Em outra exposição da apostila, no tema “Transformação do ambiente, é proposto para as crianças uma atividade de criação de uma

estrada que cruze um bosque arborizado. Mesmo não sendo reconhecida como uma problemática, as orientações sugerem essa ideia. Porém, conforme as indicações do material, espera-se apenas uma solução da criança, que ela coloque a estrada no meio da mata, para gerar discussão sobre degradação do ambiente por passar a estrada e outras construções no lugar das árvores. Numa visão reduzida sobre o imaginário infantil, não acredita-se que a criança possa ter outra alternativa diferente do que se espera na proposta da apostila, figura 50.

Figura 50: Apostila do Professor, nº4 (2º ano), p. 176.



Ciências – página 59

Essa atividade poderá ser realizada em pequenos grupos, utilizando grandes folhas de papel, onde cada equipe fará um desenho ampliado do bosque. A seguir, farão as transformações necessárias para a passagem da rua. Ao realizar essa atividade, os alunos têm a oportunidade de, indiretamente, interferir em um ambiente, percebendo os desequilíbrios ambientais que ocorrem em consequência das ações humanas. Nessa situação, é importante que o professor retome as relações de interdependência entre os elementos do ambiente, a fim de que eles entendam que, para dar lugar à rua, muitos vegetais terão de ser cortados e, portanto, muitos animais ficarão sem abrigo e alimento, morrendo de fome ou tendo de ir para um outro lugar. Cabe lembrar que existem outros danos, como as enchentes e a erosão, consequência do desmatamento e da impermeabilização do solo. Durante a realização do trabalho, pelos alunos, é importante que o professor vá passando pelos grupos observando e fazendo as intervenções necessárias. Ao final, cada grupo apresentará sua produção e comentará as transformações que foram necessárias realizar no ambiente e os desequilíbrios ambientais causados. Esses conteúdos serão retomados em outros momentos, possibilitando uma ampliação deles.

Educação Física – Estateta da transformação – página 37

Ciências – páginas 60 e 61

Para ampliar as noções aqui abordadas, seguem algumas sugestões de atividade:

- Peça aos alunos que recortem ilustrações de revistas e jornais que mostrem como o ser humano transforma o ambiente. Eles poderão elaborar um painel com essas imagens. Aproveite para promover um debate sobre como essas transformações podem trazer prejuízos ao ambiente.

Fonte: Siqueira (2018).

Mesmo o material assumindo como uma estratégia de aprendizagem, a problematização é apresentada de maneira

simplificada, sem englobar outras áreas do conhecimento ou aprofundamento do assunto proposto.

A palavra pesquisa é pouco utilizada, quando aparece é para orientar o professor a pesquisar, para possivelmente trazer informações para as crianças (figura 51).

Figura 51: Apostila do Professor, nº2 (1º ano), p. 237.

Sugestões de atividades:

- Incentive-os a montar uma pequena exposição na sala de aula trazendo materiais que são utilizados na construção de casas. Estabeleça comparações com outros tipos de casas, como por exemplo, as casas de sapê (gramíneas); as casas de folhas (de palmeira, por exemplo); de gelo e casas de barro.
- Pesquise sobre diversos tipos de casas existentes no mundo e estabeleça uma correlação com a cultura dos povos e o ambiente em que se localizam: tendas no deserto; palafitas em locais que sofrem inundações; casas de lama misturada com palha no Egito; etc.

Língua Portuguesa -
páginas 113 a 117

Antes de realizar a leitura do conto, explore o título do texto, o início com "Era uma vez"; pergunte quem já conhece essa história. Durante a leitura, enfatize os tons de voz das falas de cada personagem, crie suspense, faça pausas... Depois, solicite aos alunos que recontem a história de diferentes formas: dramatização, história em quadrinhos e carta enigmática.

3. VOCÊ JÁ CONHECE ESSA HISTÓRIA DO JEITO QUE FOI CONTADA? E DE OUTRO JEITO? AGORA, CONTE ESSA HISTÓRIA DE UM OUTRO JEITO EM QUADRINHOS

4. ESTA É UMA CARTA ENIGMÁTICA. DECIFFRE-A E ESCREVA.

ERA UMA VEZ

ERA UMA VEZ TERE POMBONINHO.

CADA LIM CONSTRUIU UMA CASA LIM CONSTRUIU UMA CASA.

A 1ª FOI FEITA DE + LHA.
A 2ª CASA FOI FEITA DE PALHA.

A 3ª FOI FEITA DE MA + CA.
A 4ª CASA FOI FEITA DE MADEIRA.

A 5ª FOI FEITA DE + LHA.
A 6ª CASA FOI FEITA DE TUILO.

O LOBO VIO, ASSOVIOU E DERRUBOU A CASA DE PALHA DE + LHA.

E A DE MA + CA, SO NÃO DERRUBOU A CASA DE TUILOS.
E A CASA DE MADEIRA, SO NÃO DERRUBOU A CASA DE TUILOS.

Fonte: Siqueira (2018).

Em outra proposta, figura 52, a pesquisa sobre os animais vem com uma seqüência de pontos direcionados para encontrarem respostas, sem problematizar ou oferecer perguntas abertas. Na apostila do professor, figura 53, orienta-se a aceitar as sugestões de pesquisa da

criança, mas na apostila do aluno não há lugar para descrever a sugestão pensada pela criança.

Figura 52: Apostila do Aluno, nº2 (1º ano), p. 139.

NOME DO ANIMAL:

COMO É O LUGAR ONDE ELE VIVE:

COMO É O CORPO DESTE ANIMAL:

DO QUE ELE SE ALIMENTA:

COMO ELE SE LOCOMOVE:

COMO NASCEM OS FILHOTES:

139

Portuguesa / Matemática / Ciências / História / Geografia / Ed. Física / Arte

Fonte: Siqueira (2018).

Figura 53: Apostila do Professor, nº2 (1º ano), p. 247.

Arte – páginas 135 a 137

Mostre aos alunos as técnicas de desenho, recorte e colagem utilizadas nesta representação.

Mais informações sobre Monet, consulte o livro *Arte & caminhos: metodologia*, página 111.

F. E QUE PISAGEM É ESSA?



MAGRITTE DEU ASAS A IMAGINAÇÃO E REPRESENTOU UMA PISAGEM VISTA DESSE JANELA. VOCE TAMBEM PODE DAR ASAS A SUA IMAGINAÇÃO, USANDO A TÉCNICA DA PINTURA, REPRESENTAR UMA PISAGEM DE UM NOME A SUA PINTURA, ASSINE E COLOQUE A DATA, JUNTO COM OS COLEGAS, ORGANIZE UMA EXPOSIÇÃO.

O MUNDO ANIMAL

NÃO É PRECISO ANDAR MUITO PARA OBSERVAR, NO LUGAR ONDE VIVEMOS, NOS PARQUES, INDIVIDUAL DE CASA, NA RUA, NA TELEVISÃO OU EM REVISTAS, DIFERENTES ANIMAIS. ELES ESTÃO EM TODA PARTE! ALÉM DISSO, NÃO PODEREMOS NOS ESCUSAR DE QUE NOS, SERES HUMANOS, TAMBÉM PERTENCEREMOS AO GRUPO DOS ANIMAIS.

COM A AJUDA DO PROFESSOR, ESCOLHA UM ANIMAL, PROCURE INFORMAÇÕES E IMAGEM SOBRE ELE. VOCE PODERÁ PESQUISAR EM LIVROS, REVISTAS, JORNALS, OU PESQUISAR A ALGUÉM DA FAMÍLIA. REGISTRE AS INFORMAÇÕES E, SE POSSÍVEL, COLE UMA IMAGEM DO ANIMAL. COM OS COLEGAS E PROFESSOR, ORGANIZEM UM FICHÁRIO COM AS CARACTERÍSTICAS DOS ANIMAIS ESCOLHIDOS POR VOCÊS.



Título – página 138

A ideia é mostrar novamente a postura de observação e curiosidade das crianças, embora sendo colocada de forma fictícia, a ilustração mostra a necessidade de se forçar nos alunos um olhar curioso sobre a natureza.

Ciências – páginas 138 e 139

As ilustrações são apenas sugestões, os alunos poderão fazer outras escolhas.

Após a escolha do animal pelos alunos, conversar com eles sobre o que irão pesquisar. Além das dicas propostas na ficha, os alunos poderão sugerir outras. Organize as informações trazidas pelos alunos para que possam transcrevê-las na ficha.

247

Fonte: Siqueira (2018).

Na estratégia de pesquisa coletiva para descobrir sobre a história da cidade, na figura 54, sua fundação e subsistência, não é apresentada uma proposta de aproveitamento das ideias das crianças, após a discussão da pesquisa.

Figura 54: Apostila do Aluno, nº6 (3º ano), p. 57.



A vila de São Vicente foi fundada em 1532 por Martim Afonso de Souza, quando o Brasil era colônia de Portugal. Ela foi a primeira vila do país. Foi capital do estado de São Paulo por 177 anos e, de 1532 a 1549, foi capital do Brasil. Também de São Vicente saíram as primeiras expedições para o interior, inclusive a que fundou a cidade de São Paulo.

São Vicente.

3. Junto com seus colegas, faça uma pesquisa sobre a história de sua cidade. Depois, elabore um texto em que deve aparecer: data de fundação, quem foi, ou foram, as pessoas que contribuíram para sua fundação, o que atraiu essas pessoas para esse lugar (pecuária, agricultura, riquezas minerais...), onde ela está localizada geograficamente, entre outras curiosidades.

57

Português / Matemática / Ciências / História / Geografia / Est. Física / Arte

Fonte: Siqueira (2018).

As propostas de pesquisas direcionadas para a criança ou a pesquisa apenas para o professor coletar informações e trazê-las às crianças, deixa evidente que não é entendida que a criança seja um ser potente, autônomo e crítico, que é capaz de buscar informações e construir seus próprios conceitos.

O material evidencia que os temas de trabalhos, são ordenados pela sequência obrigatória do currículo de cada ano, sem propostas de aprofundamento pela curiosidade ou interesse das crianças, como uma

A aprendizagem que poderia se tornar significativa é orientada pelo professor, a partir de poucos conhecimentos sobre o assunto, sem priorizar o interesse das crianças e de aproximá-lo com situações de seu cotidiano. Quando essa aproximação acontece, é rápida e tem intenções de ordenar ou classificar, não há reflexão e aprendizagem significativa. O material contempla mais informações descritivas, enciclopédicas, descontextualizadas e fragmentadas, sem necessitar de reflexão e se afastando de uma aprendizagem significativa.

As sugestões de atividades propõem pouca aproximação com situações atuais e próximas das crianças, aquelas que têm a possibilidade dessa aproximação, não são bem aproveitadas, pois não utilizam o olhar atento e curioso da criança para observar e buscar respostas.

Com a proposta de trabalhar de modo interdisciplinar e com problematização e contextualização do conhecimento, como prometido pelo material, seria desejável e lógico que trouxesse propostas que oportunizassem uma visão mais ampla do conhecimento. A estratégia de projetos não é a única maneira de realizar um percurso de investigação, mas como uma proposta antiga e possível que oportunizaria o aprofundamento e a abrangência de conhecimentos com visões distintas de cada área, constatou-se que o material poderia, mas não apresenta tal proposta.

4.2 DISCUSSÃO

Consideramos que o Ensino de Ciências, associado a outros componentes curriculares, pode atuar positivamente, com o propósito de proporcionar aprendizagens significativas, desafiadoras e investigativas entre os saberes da vida e dos conhecimentos científicos, para as crianças dos anos Iniciais do Ensino Fundamental. Com base nos trabalhos da área e nos documentos educacionais, entendemos que, ao contrário de um ensino instrutivo e diretivo, o ensino no qual acreditamos, submetido a integrações disciplinares, problematizações, pesquisas, a partir de problemáticas reais, socialmente, tecnologicamente ou historicamente identificadas, possibilita a construção de conhecimentos científicos que desenvolve na cidadã o papel democrático, ativo e crítico sobre questões gerais. Esse ensino caminha lado a lado com a visão que se tem da criança desse nível de ensino, sendo esta reconhecida como cidadã, potente, criativa, reflexiva e autônoma, sem subestimar suas capacidades intelectuais, e

com atitudes de respeito e reconhecimento. Por outro lado, também sem a ingenuidade de acreditar que todas as crianças desenvolveriam ao mesmo tempo a mesma abstração dos conhecimentos, e num mesmo momento já estariam prontas a debater e refletir sobre determinado assunto, mas saber que, certamente, terão conhecimentos prévios sobre praticamente todos os assuntos, e levar isso em conta pode levá-las a alcançar muito mais do que um ensino tradicional poderia proporcionar.

No entanto, tanto no caso do município de Florianópolis como em muitos outros municípios brasileiros, o ensino tem ficado atrelado ao material didático, principalmente se este é um sistema apostilado que controla o trabalho pedagógico, define as metodologias que devem ser utilizadas e seguem uma concepção de educação tradicional, que trata o aluno como objeto a ser modelado e ao qual será transmitido o saber do professor, e não reconhecendo seu *status* de sujeito, fonte de iniciativas e de ações, como faz o SAE analisado no presente trabalho.

Diante deste cenário educacional (e, político e ideológico), analisamos o SAE utilizado pela RME de Florianópolis e identificamos a visão da criança que aprende e como aprende, a intenção do ensino de Ciências e como projetam o contexto educativo. A análise do material que permaneceu no município por oito anos, mostra que:

- o material desqualifica o sujeito-criança, ao atrelá-lo ao adulto-professor, deixando-o dependente e incapaz de construir seus conhecimentos com autonomia;
- proporciona um ensino diretivo, simplista e transmissivo;
- cerceia o trabalho do professor, definindo os temas que devem ser trabalhados, sem abrir possibilidades para propostas diferentes, inibindo qualquer tipo de reflexão mais expressiva e engessando as possibilidades de escolha da sequência pedagógica e das demais estratégias;
- apresenta pouca relevância regional e com o contexto social da criança, e provocam afastamento ao concentrarem os exemplos no sudeste do país;
- fragmenta o ensino, ao não fazer relações com diferentes disciplinas (nos textos, nas figuras e nas situações selecionadas pelo material), e também ao padronizar a sequência estática dos conteúdos;
- apresenta ausência da integração disciplinar, mesmo confirmando a interdisciplinaridade na capa de cada apostila e ao trazer em negrito a disciplina que é contemplada em cada página de todas as apostilas;

- abdica de outras formas de integração dos conhecimentos, em outros espaços para a construção dos saberes produzidos e modificados socialmente e historicamente;

Assim, procuramos responder, que Ensino de Ciências as crianças tiveram contato através do material negociado entre a SME de Florianópolis e a empresa privada, durante os oito anos de permanência do material na RME.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema de pesquisa estabelecido neste trabalho propunha reconhecer: Como o componente curricular Ciências da Natureza é apresentado no Sistema Apostilado de Ensino para os Anos Iniciais do ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis? E a partir da análise do Sistema Apostilado de Ensino utilizado na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis de 2009 a 2016, foram identificados os aspectos e elementos que o material contemplou sobre esse ensino. Tratando-se de um material impresso que orienta e prescreve toda a sequência didática que deve ser realizada em aula, através da apostila do aluno e do professor, foram analisados cada um dos 16 exemplares dos alunos e os cinco exemplares dos professores que compõem a coleção Caminhos para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

A coleção Caminhos apresentou aproximações com que está proposto nos documentos educacionais apenas no material do professor, mais especificamente na fundamentação teórica e nas orientações metodológicas. No entanto, apesar de terem um discurso progressista, ficou clara a divergência de ideias e concepções nas orientações para o ensino de Ciências, que aparecem ao longo de toda a apostila do professor e no material do aluno.

O SAE nos mostrou muitos outros distanciamentos, não apenas em relação ao ensino de Ciências, mas também em relação à concepção de Educação dos documentos que orientam o ensino e na legislação educacional do país. O principal distanciamento é percebido em relação ao artigo 3º da LDB (1996), que determina que o ensino será ministrado sob alguns princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;

- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial.
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (BRASIL, 1996, p.1)

No entanto, esses princípios não são respeitados, principalmente no que se refere aos incisos II, III, IV e VIII.

Nesse sentido, o SAE orienta e projeta no ensino uma rigorosidade e um controle, ao limitar as condições de trabalho do professor, definindo o que deve ser explorado em cada aula, com sequências pré-estabelecidas, conteúdos ou temas dispostos de modo linear e supervisionando seu uso pela equipe do SAE, sem dar o direito de serem autores de suas propostas, de avaliar e analisar o material antes de sua compra pelo município. Além de o material garantir e medir o que eles consideram o “sucesso” dos alunos e professores, através de metas e avaliações, o marketing estabelecido pela empresa exerce um forte papel nesse convencimento de ser um bom material e de vendê-lo, como um material que contempla as muitas necessidades da escola pública, como: uso de tecnologias, formação pedagógica, supervisão ou “apoio” ao professor, e ainda outros materiais impressos além das apostilas, como cadernos de leitura, tarefa, agendas e uma série de encartes.

Ficou também evidente que a proposta da RME de Florianópolis não corresponde à proposta de ensino identificada no material apostilado, e o que mais impressiona é que, sendo aqueles os documentos que orientam o ensino do município, construídos de modo participativo e democrático pelos educadores, o município tenha comprado um material que não respeita a autoria desses professores. Diante disto, fica a pergunta: que objetivo a RME de Florianópolis teve ao comprar o SAE por oito anos consecutivos? Em um possível tom de denúncia, Adrião (2016) também questiona a compra do SAE por

escolas públicas e destaca o reflexo negativo do material sobre o currículo escolar e a autonomia do professor:

Como se pode depreender do conjunto de serviços ofertados, a adoção dos sistemas privados padronizados de ensino nas escolas públicas diminui drasticamente o espaço de adaptação curricular, bem como a autonomia pedagógica de escolas e professores, uma vez que as aulas, atividades e conteúdos passam a ser estandardizados e controlados com base nesse referencial (ADRIÃO et al., 2016, p.128).

O alto investimento para um segundo material (pois as escolas já recebem os livros do PNLD) chama a atenção, pois esse valor poderia ser investido em muitas outras coisas que seriam mais importantes, como a formação de professores, ou a compra de outros materiais, como livros para serem usados coletivamente e para equipar a biblioteca da escola, jogos, uma infinidade de diferentes materiais para sala de aula, mobiliário e outros equipamentos. Isso mostra que a RME de Florianópolis fez também uma escolha política e ideológica ao adquirir o material pedagógico, e a nosso ver, uma escolha que não privilegia o professor nem o aluno.

Após os primeiros anos de uso, a escolha do material apostilado passou a ser feita por licitação. No entanto, as exigências apresentadas no edital de 2012 surpreenderam, pois trouxeram particularidades que não implicam na qualidade do material, mas que descrevem com pormenores o material apresentado pela empresa que forneceu o material durante todos esses anos. Assim, o edital de 2012 definiu como os materiais deveriam ser divididos (2 fascículos para o primeiro e segundo ano e 4 fascículos para 3º, 4º e 5º anos), o número mínimo de páginas, a espessura e tamanho do papel, os encartes que deveriam acompanhar os materiais, o tipo de encadernação, a impressão das agendas por turma e (pasmem!!) até as cores que deveriam identificar cada fascículo. Essas especificações nos propõem muitas reflexões acerca de seu propósito.

As exigências formalizadas no edital foram obedecidas à risca, pois o material que venceu era o mesmo do ano anterior, e já cumpria todos esses atributos. No entanto, com relação às outras exigências como a interdisciplinaridade, a relação dos conteúdos com o cotidiano das crianças e outras determinações, o material selecionado deixou a desejar.

As apostilas trazem diversas incongruências já apontadas nos livros didáticos pelos pesquisadores e críticos desde a década de 90, como destacado por Gramowski (2014):

Não há dúvidas de que a qualidade, atualização e correção conceitual nos livros didáticos de Ciências avançaram muito desde a criação do PNLD, na década de 1990, porém, são necessárias também modificações significativas na estrutura das coleções para que reflitam integralmente o que propõem os documentos oficiais e as perspectivas atuais para o ensino de Ciências (GRAMOWSKI, 2014, p. 45).

Todavia, o material parece não ter recebido aprimoramentos a partir de estudos e acompanhamentos das críticas, discussões e modificações sobre o PNLD, que justifique tal desconformidade ainda hoje no SAE. Um dos quesitos que poderia ser levado em consideração diz respeito à rapidez com os SAEs são criados, a um tempo mais reduzido de produção, diferente dos livros didáticos que são produzidos, reorganizados e avaliados.

Embora até 2016 não houvesse uma legislação que assegurasse a compra deste material, vários municípios brasileiros já o faziam, mas a partir de 2017 o Decreto nº 9099 de 18 de julho apresenta a modificação do nome do PNLD para: Programa Nacional do Livro Didático e do Material Didático, possibilitando a abertura da compra de outros materiais, e não só LD, como era até então, conforme trecho do decreto:

O PNLD abrange a avaliação e a disponibilização de obras didáticas e literárias, de uso individual ou coletivo, acervos para bibliotecas, obras pedagógicas, softwares e jogos educativos, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros materiais de apoio à prática educativa, incluídas ações de qualificação de materiais para a aquisição descentralizada pelos entes federativos (BRASIL, 2017, p.1).

O Decreto nº 9099/ 2017 abre possibilidade para a entrada dos SAEs nas escolas públicas, legalmente, e esclarece quais seus objetivos, que englobam a avaliação da qualidade, o apoio à atualização do material e a adequação conforme a Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Assim, torna-se notória a importância, cada vez maior, de

qualificar o material, e de surgirem pesquisas científicas sobre os diversos SAEs.

Ao longo deste trabalho, ficou clara a escassez de pesquisas sobre os SAEs, o que demonstrou a grande necessidade deste e de outros estudos futuros que mapeiem as diversas lacunas deste material, que vem ocupando gradativamente as escolas municipais de todo o país. Desta maneira, justificamos este e outros estudos que possibilitem reflexões por parte das Secretarias, da comunidade escolar e dos educadores; as pesquisas acerca de sua utilização na rede pública, retrocessos, e transparência pública de interesses; os estudos acerca do apagamento da autonomia do professor e dos alunos e da violação do reconhecimento da diversidade pedagógica, regional e cultural (ADRIÃO et al., 2016), além de outros pontos. Essas pesquisas são imprescindíveis, inclusive para a formação do corpo docente, ofertada como um dos serviços do SAE e criticada por Adrião (2016) devido à padronização e homogeneização das reflexões:

[...] é esse processo de padronização que passa a fundamentar as agendas de formação continuada que são contratadas pelos municípios a essas empresas. Os sistemas privados nas escolas públicas, com isso, tendem a submeter escolas, professores e estudantes à homogeneização e ao enfraquecimento de suas capacidades enquanto sujeitos ativos e criadores na realização do direito à educação. Nesse sentido, opõem-se à gestão democrática da educação e, mais grave que isso, promovem a dependência das redes públicas aos serviços privados, já que não estimulam o desenvolvimento de capacidades locais para a produção de propostas pedagógicas, formações e avaliações (ADRIÃO et al., 2016, p.128).

Acreditamos que tanto os alunos como os educadores precisam ter suas autonomias preservadas, assim como o direito à democracia compreendida como uma necessidade de luta e reconhecimento de seu papel para a educação pública, reconhecendo o direito ao ensino, sem ser “[...] substituídos pela lógica de mercado baseada no custo × benefício e na visão dos estudantes como mercadorias.” (ADRIÃO et al., 2016, p.128). Tendo claro que a educação pública não pode se tornar um negócio lucrativo para os grandes grupos empresariais, sucateando

as escolas e descaracterizando o papel do professor, estabelecendo a desigualdade e a desqualificação dos profissionais.

Por fim, alertamos para o fato de que a política educacional está caminhando para muitas mudanças, e as negociações entre o setor público e o privado precisam ser melhor compreendidas pela comunidade educativa.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T., PERONI, V. Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a gestão da Escola Pública. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 98, p. 253-267, jan./abr. 2007.

ADRIÃO, T., GARCIA, T., BORGHI, R., ARELARO, L. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição se “sistemas se ensino” por Municípios Paulistas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009.

ADRIÃO, T., BORGHI, R., DOMICIANO, C.A. Educação infantil, ensino fundamental: Inúmeras tendências de privatização. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 4, n.7, p.285-298, jul./dez. 2010.

ADRIÃO, T., PINHEIRO, D. A presença do setor privado na gestão da educação pública: refletindo sobre experiências brasileiras. **Revista Educação e Política em Debate**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 55 a 66, jan.-jun., 2012.

ADRIÃO, T., BEZERRA, E.P. O setor não lucrativo na gestão da educação pública: corresponsabilidade ou debilidade. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 256-268, maio/ago. 2013.

ADRIÃO, T., GARCIA, T.; BORGHI, R., BERTAGNA, R., PAIVA, G., XIMENES, S. Sistemas de Ensino Privado na Educação Pública Brasileira: consequências da mercantilização para o direito à educação. **Relatório de Pesquisa**. GREPPE, Ação Educativa. 2015.

ADRIÃO, T., GARCIA, T., BORGHI, R., B., R., PAIVA, G., XIMENES, S. Grupos Empresariais na Educação Básica Pública Brasileira: Limites à Efetivação Do Direito à Educação. **Educação e Sociedade**. V. 37, p. 113-131, 2016.

AMORIM, I. F. **Reflexões críticas sobre os sistemas apostilados de ensino**. 2008. 192 f.. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

_____. **Indústria cultural e sistemas apostilados de ensino: a docência administrada**. 2012. 200 f.. Dissertação de Mestrado.

Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.

ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: Imagens e auto-imagens**. Petrópolis: Vozes, 2000. 251 p.

BARTINE, C., SPITZCOVSKY, C. **Direito Administrativo**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. 224 p.

BEGO, A. M. **Sistemas Apostilados de Ensino e Trabalho Docente: Estudo de caso com professores de Ciências e gestores de uma Rede Escolar Pública Municipal**. 2013. 323f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2013.

BEGO, A. M., TERRAZZAN, E. A. Características das apostilas de ciências da natureza produzidas por um Sistema Apostilado de Ensino e utilizadas em uma rede Escolar Pública Municipal. **Ensaio**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 59-83, jan-abr, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Lei que Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências, 1971.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

_____. LEI Nº 9.424, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996. **DISPÕE SOBRE O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO, NA FORMA PREVISTA NO ART. 60, § 7º, DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**, 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Ciências Naturais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 136p.

_____. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional–LDB nº. 9.394/1996**. Brasília, 2001.

_____. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro, 2004**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, 2004.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Emenda Constitucional nº.53** de 19 de dezembro de 2006.

_____. Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007. **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**; altera a Lei n. 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília, DF, 2007.

_____. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB - Perguntas Frequentes**. Brasília, DF, 2009. 52p.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, 2013.

_____. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina- TCE. **Processo Número: 13/00273590, contra o Edital nº 261/2013**. Relator Substituto de Conselheiro Relator: CLEBER MUNIZ GAVI. Florianópolis, SC, 20 out. 2014, p.5-6. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/78995196/tce-sc-20-10-2014-pg-5>>. Acesso em: 05/06/2018.

BRICCIA, V., CARVALHO, A. M. P. Competências e formação de docentes dos anos iniciais para a educação científica. **Ensaio: Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 18, p. 1-22, 2016.

BRITTO, N. S. Q. **Grupo de formação de Ciências no Movimento de Reorganização curricular na RME de Florianópolis**. 2000. 159 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

CAIN, A. A. **O atendimento ao ensino fundamental: análise de parcerias de dois municípios paulistas e o setor privado na aquisição de 'sistema de ensino'**. 2009. 273f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2009.

CAIN, A. A. **A organização do trabalho pedagógico na escola e o sistema apostilado de ensino: estudo de caso**. 329f. 2014. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2014.

CARVALHO, A. M. P. Uma investigação na formação continuada dos professores: a reflexão sobre as aulas e a superação de obstáculos. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 1999, Valinhos. **Atas II ENPEC** - Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 1999.

CARVALHO, A. M. P. O ensino de Ciências e a proposição de sequências de ensino investigativas. In: CARVALHO, A. M. P. (org.). **Ensino por investigação: condições para implementação em sala de aula**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

CASSIANO, C. C. de F. Reconfiguração do mercado editorial brasileiro de livros didáticos no início do século XXI: história das principais editoras e suas práticas comerciais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 281-312, jul-dez, 2005.

CHIQUETTO, M. J, KRAPAS, S. Livros didáticos baseados em apostilas: como surgiram e por que foram amplamente adotados. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências – RBPEC**, v. 12, n. 3, p. 173-191, 2012.

DELORS, J. **Educação: Um Tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI – 6. Ed. São Paulo: UNESCO, MEC, Editora Cortez, Brasília, DF, 2001.

DOMINGUEZ, C. R. C. **Rodas de Ciências na Educação Infantil: Um aprendizado lúdico e prazeroso.** 2001. 174 f.. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DOMINGUEZ, C. R. C. **Desenhos, palavras e borboletas na educação infantil: brincadeiras com as ideias no processo de significação sobre os seres vivos.** 2006. 176 f.. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DOMINGUEZ, C. R. C. Quando professoras de Educação Infantil "brincam com as ideias" para aprender a ensinar ciências. In: Marco Antonio Leandro Barzano; José Artur Barroso Fernandes; Lana Cláudia de Souza Fonseca. (Org.). **Ensino de Biologia: experiências e contextos formativos.** 1. Ed. Goiânia: Índice Editora, v. 1, p. 103-116, 2014.

DOMINGUEZ, C. R. C., TRIVELATO, S. L. F. O processo de significação sobre os seres vivos na educação infantil e os papéis da linguagem. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências -ENPEC, n. 6, 2007, Florianópolis. **Anais do VI ENPEC,** 2007. p. 1-10.

DOMINGUEZ, C. R. C., TRIVELATO, S. L. F. Crianças pequenas no processo de significação sobre borboletas: como utilizam as linguagens? In: **Ciência & Educação,** Bauru, v. 20, n.3, p. 687-702, 2014.

DOMINGUEZ, C., RODRIGUES, C., TRIVELATO, F. Crianças pequenas no processo de significação sobre borboletas: como utilizam as linguagens? **Ciência & Educação,** Bauru, v. 20, n. 3, p. 687-702, 2014.

FABRI, F.; SILVEIRA, R. M. C. F. O ensino de ciências nos anos iniciais do ensino fundamental sob a ótica CTS: uma proposta de trabalho diante dos artefatos tecnológicos que norteiam o cotidiano dos alunos. **Investigações em Ensino de Ciências,** v. 18, n. 1, p. 77- 105, 2013.

FERNANDEZ, I. S. et al. **Caminhos: Ensino Fundamental.** v.1, 1 Ed. rev. e atual. Curitiba: Sistema Educacional Família e Escola- SEFE, 2011.

_____. **Caminhos:** Ensino Fundamental. v. 2, 1 Ed. rev. e atual.
Curitiba: Sistema Educacional Família e Escola- SEFE, 2011.

_____. **Caminhos:** Ensino Fundamental. v. 3, 1 Ed. rev. e atual.
Curitiba: Sistema Educacional Família e Escola- SEFE, 2011.

_____. **Caminhos:** Ensino Fundamental. v. 4, 1 Ed. rev. e atual.
Curitiba: Sistema Educacional Família e Escola- SEFE, 2011.

_____. **Caminhos:** Ensino Fundamental. v. 5, 1 Ed. rev. e atual.
Curitiba: Sistema Educacional Família e Escola- SEFE, 2011.

_____. **Caminhos:** Ensino Fundamental. v. 6, 1 Ed. rev. e atual.
Curitiba: Sistema Educacional Família e Escola- SEFE, 2011.

_____. **Caminhos:** Ensino Fundamental. v. 7, 1 Ed. rev. e atual.
Curitiba: Sistema Educacional Família e Escola- SEFE, 2011.

_____. **Caminhos:** Ensino Fundamental. v. 8, 1 Ed. rev. e atual.
Curitiba: Sistema Educacional Família e Escola- SEFE, 2011.

_____. **Caminhos:** Ensino Fundamental. v. 9, 1 Ed. rev. e atual.
Curitiba: Sistema Educacional Família e Escola- SEFE, 2011.

_____. **Caminhos:** Ensino Fundamental. v. 10, 1 Ed. rev. e atual.
Curitiba: Sistema Educacional Família e Escola- SEFE, 2011.

_____. **Caminhos:** Ensino Fundamental. v. 11, 1 Ed. rev. e atual.
Curitiba: Sistema Educacional Família e Escola- SEFE, 2011.

_____. **Caminhos:** Ensino Fundamental. v. 12, 1 Ed. rev. e atual.
Curitiba: Sistema Educacional Família e Escola- SEFE, 2011.

_____. **Caminhos:** Ensino Fundamental. v. 13, 1 Ed. rev. e atual.
Curitiba: Sistema Educacional Família e Escola- SEFE, 2011.

_____. **Caminhos:** Ensino Fundamental. v. 14, 1 Ed. rev. e atual.
Curitiba: Sistema Educacional Família e Escola- SEFE, 2011.

_____. **Caminhos: Ensino Fundamental. v. 15, 1 Ed. rev. e atual.** Curitiba: Sistema Educacional Família e Escola- SEFE, 2011.

_____. **Caminhos: Ensino Fundamental. v. 16, 1 Ed. rev. e atual.** Curitiba: Sistema Educacional Família e Escola- SEFE, 2011.

FERREIRA, V. S., SILVA, S. C. V. Expansão dos sistemas de ensino privado nos sistemas educacionais públicos municipais de Santa Catarina. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 36, n. 2, p. 199-206, jul-dez, 2014.

IORE, E. G., JOBSTRAIBIZER, G. A., SILVA, C. S., CERVATO-MANCUSO, A. M. Abordagem dos Temas Alimentação e Nutrição no Material Didático do Ensino Fundamental: interface com segurança alimentar e nutricional e parâmetros curriculares nacionais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 1063-1074, 2012.

IORENTINI, D. **Rumos da Pesquisa Brasileira em Educação Matemática: o caso da produção científica em cursos de Pós-Graduação.** 1994. 425 f.. Tese (Doutorado em Metodologia de Ensino) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. **Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.** Florianópolis, 2008.

_____. **Orientação nº 01/2010.** Orienta e sugere sobre a Estrutura do projeto Político Pedagógico e Regimento escolar para as Unidades Educativas da Rede Municipal de Ensino municipal de Florianópolis, Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

_____. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação de Florianópolis.** Florianópolis, 2010.

_____. **Diário oficial do município de Florianópolis.** Edição nº 637. 9 jan. 2012a.

_____. **Edital Pregão Presencial nº 024/SMAP/DLC/2012.** 2012.

_____. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes Curriculares para a Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis**. Florianópolis: Ed. CGP solutions, 2015.

FOUREZ, G. **Alfabetización Científica y Tecnológica: acerca de las finalidades de la enseñanza de las ciencias**. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Colihue, 1994.

FRACALANZA, H., AMARAL, I. A., GOUVEIA, M. S. F. **O ensino de Ciências no primeiro grau**. São Paulo: Atual, 1986.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 63ª Ed., Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, P., SHOR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FRUTUOSO, A. S. de A. **O sistema apostilado na rede municipal de ensino de Florianópolis: "caminho" para medidas privatistas e desvalorização da educação**. 2014. 289 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

GARBADO, C. L. et al. **Caminhos: fundamentação correspondente aos livros 1 e 2 – livro do professor**. Curitiba: Base, 2011.

_____. **Caminhos: fundamentação correspondente aos livros 3 e 4 – livro do professor**. Curitiba: Base, 2011.

_____. **Caminhos: fundamentação correspondente aos livros 5, 6, 7 e 8 – livro do professor**. Curitiba: Base, 2011.

_____. **Caminhos**: fundamentação correspondente aos livros 9, 10, 11 e 12 – livro do professor. Curitiba: Base, 2011.

_____. **Caminhos**: fundamentação correspondente aos livros 13, 14, 15 e 16 – livro do professor. Curitiba: Base, 2011.

GIACOMINI, R. de M. **O sistema educacional família e escola na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis**: estratégias de governamento de professores. 2013. 224f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GRAMOWSKI, V. B. **O Livro Didático de Ciências**: A Persistência da Fragmentação dos Conteúdos. 2014. 208f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação**: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

KAWAMOTO, E. M., CAMPOS, L. M. L. História em quadrinhos como recurso didático para o ensino do corpo humano em anos iniciais do ensino fundamental. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 20, n. 1, p. 147-158, 2014.

LAVAL, C. A **Escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

LELLIS, M. Sistemas de ensino versus livros didáticos: várias faces de um enfrentamento. In: Simpósio Internacional do livro didático: educação e história, 2007, São Paulo. **Anais do Simpósio Internacional do livro didático**: educação e história. São Paulo: Abrale, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**. São Paulo: Loyola, 1987.

LIBÂNEO, J. C., OLIVEIRA, J. F., TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, M. E. C. C., MAUÉS, E. R. C. Uma releitura do papel da professora das séries iniciais no desenvolvimento e aprendizagem de

ciências das crianças. **Ensaio**. Pesquisa em Educação em Ciências, v. 8, p. 161-175, 2006.

LIMA, M. C. B., CARVALHO, A. M. P. O desenho Infantil como Instrumento de Avaliação de Construção do Conhecimento Físico. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias-REEC.**, v. 7, p. 337-347, 2008.

LOPES, A. R. C. Parâmetros curriculares para o ensino médio: quando a integração perde seu potencial crítico. In: LOPES, Alice C.; MACEDO, Elizabeth (Org.). **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 145-176, 2002.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 2017.

MARTINS, C. M., SILVA, G. J. A confiabilidade e a validação na investigação epistemológica do livro didático de química: Um desenho metodológico. **Ensaio**, Pesquisa em Educação em Ciências, v.11, n. 2, p. 221-240, 2009.

MAUÉS, E. **Ensino de Ciências e Conhecimento Pedagógico de Conteúdo: narrativas e práticas de professoras das séries iniciais**. 2003. 135 f.. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

MENDEZ, E. G. **Infância e Cidadania na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 10 set. 2018.

MORAES, T. S. V., CARVALHO, A. M. P. Investigação científica para o 1º ano do ensino fundamental: uma articulação entre falas e representações gráficas dos alunos. **Ciência e Educação (UNESP)**, v. 23, p. 941-961, 2017.

NICOLETI, J. E. **Ensino apostilado na escola pública: tendência crescente nos municípios da região de São José do Rio Preto-SP**.

2009. 97 f.. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

NIGRO, R. G., AZEVEDO, M. N. Ensino de ciências no fundamental 1: perfil de um grupo de professores em formação continuada num contexto de alfabetização científica. **Ciência & Educação**, Bauru, vol. 17, n. 3, p. 705-720, 2011.

PAVÃO, A. C., FREITAS, D. (org.), **Quanta Ciência há no Ensino de Ciências**. São Carlos: Edufscar, 2ª reimpressão, 2017.

PERONI, V. M. V. A democratização da educação em tempos de parcerias entre o público e o privado. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 19, p. 215-227, 2010.

_____. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, p.19-31, maio-ago, 2012.

ROBERTSON, S., VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n.121, p.1133-1156, out-dez, 2012.

RODRIGUES, L. Z. As pesquisas sobre Livros Didáticos: Uma análise de periódicos da área de Educação em Ciências. In.: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação-ANPED SUL, n. 10, 2014. Florianópolis, **Anais do X ANPED SUL**, out, 2014, p. 1-19.

SANTOS, J. C., ALVES, L. F. A., CORREA, J. J., SILVA, E. R. L. Análise comparativa do conteúdo Filo Mollusca em livro didático e apostilas do ensino médio de Cascavel, Paraná. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 13, n. 3, p. 311-322, 2007.

SARMENTO, M. J., VASCONCELLOS, V. M. R. (Org.) **Infância (in)visível**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007.

SARMENTO, M. J. A reinvenção do ofício de criança e de aluno. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau-FURB, v. 6, n. 3, p. 581-602, set-dez, 2011.

SASSERON, L. H., CARVALHO, A. M. P. Almejando a alfabetização científica no ensino fundamental: a proposição e a procura de indicadores do processo. **Investigações em Ensino de Ciências** (UFRGS), v. 13, n. 3, p. 333-352, 2008.

SASSERON, L. H., CARVALHO, A. M. P. Uma análise de referenciais teóricos sobre a estrutura do argumento para estudos de argumentação no ensino de ciências. **Ensaio: Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 13, n.3, p. 243-262, set-dez, 2011.

SEVERINO, A. J. **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA, O. A., LOCH, V. V. **Relações Familiares**. Curitiba: Base Sistema Educacional, 2008.

SPITZCOVSKY, C., BARTINE, C. **Elementos do Direito**. Direito Administrativo. v.2. Editora Revista dos Tribunais, 2016.

TRIVELATO, S. L. F., DOMINGUEZ, C. R. Desenhos de Seres Vivos na Educação Infantil: um encontro entre arte e ciência. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências-ENPEC, 2003, Bauru. **Ata do IV ENPEC**. Bauru: UNESP, 2003.

TRIVELATO, S. L. F., DOMINGUEZ, C. R. C. Estudo do processo de atribuição de significados sobre os seres vivos por crianças de educação infantil a partir dos desenhos e falas produzidos para representar pequenos animais durante o desenvolvimento de um projeto na creche oeste. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências-ENPEC, v. 5, 2005. Bauru. **Atas do V ENPEC**. Bauru: UNESP, 2005, p. 1-9.

TRIVELATO, S. L. F., SILVA, R. L. F. **Ensino de Ciências**. 1. Ed. v.1, São Paulo: Cengage Learning, 2011.

WEISSMANN, H. **Didática das ciências naturais**: contribuições e reflexões. Porto Alegre: Artmed, 1998.

| | | | | | | | | | | | | |
|--|--|---|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|---|---|---|---|---|
| Ciência & Ensino | 2006 V1 1=0 | 2007 V1 2=0 ESP=0 V2 1=0 | 2008 V2 2=0 | 2009 NÃO TEVE | 2010 NÃO TEVE | 2011 NÃO TEVE | 2012 NÃO TEVE | 2013 NÃO TEVE | 2014 V3 1=0 2=0 | 2015 V4 1=0 | | TOTAL = 0 |
| Enseñanza de las Ciencias | 2006 V24 1=0 2=0 3=0 | 2007 V25 1=0 2=0 3=0 | 2008 V26 1=0 2=0 3=0 | 2009 V27 1=0 2=0 3=0 | 2010 V28 1=0 2=0 3=0 | 2011 V29 1=0 2=0 3=0 | 2012 V30 1=0 2=0 3=0 | 2013 V31 1=0 2=0 3=0 | 2014 V32 1=0 2=0 3=0 (Livro) | 2015 V33 1=0 2=0 3=0 | 2016 V34 1=0 2=0 3=-/- | 2017 V35 1=0 TOTAL = 0 |
| Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciéncias | 2006 V5 1=0 2=0 3=0 | 2007 V6 1=0 2=0 3=0 | 2008 V7 1=0 2=0 3=0 | 2009 V8 1=0 2=0 3=0 | 2010 V9 1=0 2=0 3=0 | 2011 V10 1=0 2=0 3=-/- | 2012 V11 1=0 2=0 3=0 | 2013 V12 1=0 2=0 3=0 | 2014 V13 1=0 2=0 3=0 | 2015 V14 1=0 2=0 3=0 | 2016 V15 1=0 2=0 3=0 | 2017 V16 1=0 TOTAL = 0 |
| Ciência em Foco | 2008 V1 1=0 | 2009 V1 2=1 (Kits) | 2010 V1 3=0 | 2011 V1 4=0 | 2012 NÃO TEVE | 2013 NÃO TEVE | 2014 NÃO TEVE | 2015 NÃO TEVE | 2016 NÃO TEVE | 2017 NÃO TEVE | | TOTAL = 1 |
| Revista Brasileira de Ensino de Ciéncias e Tecnologia | 2008 V1 1=0 2=0 3=0 | 2009 V2 1=0 2=0 3=0 | 2010 V3 1=0 2=0 3=0 | 2011 V4 1=0 2=0 3=0 | 2012 V5 1=0 2=0 3=0 | 2013 V6 1=0 2=0 3=0 | 2014 V7 1=0 2=0 3=0 | 2015 V8 1=0 2=0 3=0 | 2016 V9 1=0 2=0 3=0 | 2017 V10 1=-/- | | TOTAL = 0 |
| EVENTOS | Quantidade de trabalhos encontrados em todos os eventos selecionados Período: 2006-2017 | | | | | | | | | | | |
| ANPED; Revista bras. de Ed. | 2006 V11 31=0 32=0 33=0 | 2007 V12 34=0 35=0 36=0 | 2008 V13 37=0 38=0 39=0 | 2009 V14 40=0 41=0 42=1 | 2010 V15 43=0 44=0 45=0 | 2011 V16 46=0 47=0 48=0 | 2012 V17 49=1 50=1 51=0 | 2013 V18 52=0 53=1 54=0 55=0 | 2014 V19 56=0 57=0 58=0 59=0 | 2015 V20 60=1 61=0 62=0 63=0 | 2016 V21 64=0 65=0 66=0 67=0 | 2017 V22 68=0 TOTAL=5 |

| | | | | | | | | | | | | |
|---------------|---------------------|----------------------------|---------------------|---------------------------|---------------------------|----------------------------|----------------------|----------------------|---------------------|---------------------------|---------------|---------------------------|
| ENPEC; | 2006 NÃO TEVE | 2007 VI AO-X BA-X | 2008 NÃO TEVE | 2009 VII AO- BA- | 2010 NÃO TEVE | 2011 VIII AO- BA- | 2012 NÃO TEVE | 2013 IX X | 2014 NÃO TEVE | 2015 X AO- BA- | | |
| ANPED; | 2006 29° X | 2007 30° X | 2008 31° X | 2009 32° GTS 1 | 2010 33° GTS P-1 | 2011 34° GTS 1 | 2012 35° TGS 1 | 2013 36° TGS 1 | 2014 ----- | 2015 37° T=2 P=3 | 2016 ----- | 2017 ----- TOTAL=10 |

Legendas: AO – Apresentação Oral; BA – Banner.

Apêndice B – Ficha de revisão de Ensino de Ciências

REVISÃO: CIÊNCIAS NOS ANOS INICIAIS

| PERIÓDICOS | Quantidade de artigos encontrados em todos os periódicos- índice a índice | | | | | | | | | | | |
|---|---|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|---|---|---|---|----------------------------------|---|-----------------------------|
| | Período 2006-2017 | | | | | | | | | | | |
| Ciência & Educação | 2006 V12 1=0 2=1 3=0 | 2007 V13 1=1 2=1 3=1 | 2008 V14 1=0 2=0 3=1 | 2009 V15 1=0 2=0 3=1 | 2010 V16 1=2 2=0 3=0 | 2011 V17 1=1 2=1 3=1 4=0 | 2012 V18 1=0 2=0 3=1 4=0 | 2013 V19 1=0 2=0 3=1 4=0 | 2014 V20 1=2 2=0 3=2 4=0 | 2015 V21 1=0 2=1 3=0 | 2016 V22 1=0 2=0 3=1 4=0 | TOTAL = 19 B.R.=0 |
| Investigações em Ensino de Ciências | | | 2008 V13 1=0 2=1 3=2 | 2009 V14 1=0 2=0 3=1 | 2010 V15 1=1 2=0 3=0 | 2011 V16 1=0 2=0 3=1 | 2012 V17 1=0 2=1 3=1 | 2013 V18 1=3 2=0 3=3 | 2014 V19 1=1 2=1 3=0 | 2015 V20 1=1 2=0 3=0 | 2016 V21 1=0 2=0 3=0 | TOTAL = 17 B.R.=10 |
| Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências | 2006 V6 1=0 2=1 | 2007 V7 1=0 2=0 | 2008 V8 1=0 2=0 | 2009 V9 1=0 2=0 | 2010 V10 1=0 2=1 | 2011 V11 1=0 2=1 | 2012 V12 1=0 2=0 | 2013 V13 1=1 2=0 | 2014 V14 1=0 2=0 | 2015 V15 1=0 2=0 | 2016 V16 1=0 2=1 | TOTAL = 9 |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|----------------------------------|---|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|---|----------------------------------|----------------------------------|--|
| | 3=1 | 3=0 | 3=0 | 3=0 | 3=0 | 3=0 | 3=1 | 3=1 | 3=0 | 3=1 | 3=0 | B.R.=4 |
| Experiências em ensino de Ciências | 2006 V1 1=1 2=0 3=2 | 2007 V2 1=1 2=0 3=0 | 2008 V3 1=0 2=1 3=0 | 2009 V4 1=0 2=0 3=0 | 2010 V5 1=0 2=0 3=2 | 2011 V6 1=1 2=2 3=0 | 2012 V7 1=1 2=0 3=1 | 2013 V8 1=1 2=2 3=1 | 2014 V9 1=0 2=0 3=1 | 2015 V10 1=0 2=1 3=0 | 2016 V11 1=0 2=0 3=0 | TOTAL = 18 B.R.=21 |
| Alexandria | | | 2008 V1 1=0 2=0 3=0 | 2009 V2 1=0 2=0 3=0 | 2010 V3 1=0 2=1 3=0 | 2011 V4 1=1 2=0 | 2012 V5 1=0 2=0 3=0 | 2013 V6 1=0 2=0 3=0 | 2014 V7 1=0 2=0 | 2015 V8 1=2 2=1 3=0 | 2016 V9 1=0 2=0 | TOTAL = 5 |
| Ciência & Ensino | 2006 V1 1=0 | 2007 V1 2=0 ESP=0 V2 1=0 | 2008 V2 2=1 | 2009 NÃO TEVE | 2010 NÃO TEVE | 2011 NÃO TEVE | 2012 NÃO TEVE | 2013 NÃO TEVE | 2014 V3 1=0 2=0 | 2015 V4 1=1 | | TOTAL = 2 |
| Enseñanza de las Ciencias | 2006 V24 1=0 2=0 3=0 | 2007 V25 1=0 2=0 3=0 | 2008 V26 1=1 2=0 3=0 | 2009 V27 1=0 2=1 3=0 | 2010 V28 1=0 2=0 3=1 | 2011 V29 1=0 2=0 3=0 | 2012 V30 1=0 2=0 3=1 | 2013 V31 1=0 2=2 3=1 | 2014 V32 1=0 2=1 3=1 (Livro) | 2015 V33 1=0 2=0 3=0 | 2016 V34 1=0 2=0 3=1 | 2017 V35 1=0 TOTAL = 10 |
| Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciências | 2006 V5 1=1 2=0 3=0 | 2007 V6 1=2 2=2 3=0 | 2008 V7 1=0 2=1 3=1 | 2009 V8 1=0 2=1 3=1 | 2010 V9 1=0 2=0 3=0 | 2011 V10 1=0 2=0 3= | 2012 V11 1=0 2=1 3=2 | 2013 V12 1=0 2=0 3=1 | 2014 V13 1=0 2=0 3=0 | 2015 V14 1=0 2=0 3=0 | 2016 V15 1=0 2=0 3= | 2017 V16 1= TOTAL = = |
| Ciência em Foco | 2008 V1 1=0 | 2009 V1 2=0 | 2010 V1 3=2 | 2011 V1 4=0 | 2012 NÃO TEVE | 2013 NÃO TEVE | 2014 NÃO TEVE | 2015 NÃO TEVE | 2016 NÃO TEVE | 2017 NÃO TEVE | | TOTAL = 2 |
| Revista Brasileira | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | | TOTAL |

ANEXOS – Diários Oficiais Eletrônicos

Anexo A – Diário Oficial Eletrônico – 2012 sem errata



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 654

1 de fevereiro de 2012

Florianópolis/SC

Sumário: (clique nas secretarias abaixo para leitura direta)

| | |
|---|---|
| SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO | 1 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA | 2 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | 2 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 2 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TERMINAIS | 3 |
| FUNDAÇÃO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS FRANKLIN CASCAES | 3 |
| FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS | 3 |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 3 |
| COMPANHIA DE MELHORAMENTOS DA CAPITAL | 4 |
| CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS | 4 |

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA - O Prefeito Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Municipal nº. 6.700/2005, e de conformidade com o Parágrafo Quarto, do Artigo 9º, da Lei Complementar nº. 101/2000, de 04 de maio de 2000 - LR, faz saber a quem interessar possa, que fará realizar Audiência Pública para Demonstrar e Avaliar o Cumprimento das Metas Fiscais referentes ao terceiro quadrimestre do exercício de 2011, no seguinte local, data e horário: Local – Plenário da Câmara Municipal de Florianópolis - Rua Anita Garibaldi, nº. 35 – Centro – Florianópolis - Data - 24 de fevereiro de 2012 - Horário – 15 horas. Desta forma, ficam convocados todos os que desejarem participar desta Audiência Pública. Florianópolis, (SC), 23 de janeiro de 2012. DÁRIO ELIAS BERGER Prefeito Municipal, AUGUSTO CEZAR HINCKEL, Secretário de Finanças e Planejamento, ADERILTO ANTONIO PASETO Diretor de Planejamento Orçamentário.

DECRETO N.º 9677, de 01 de fevereiro de 2012. - O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 74, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE: EXONERAR, A PEDIDO, FABIANO DEITOS, do Cargo em Comissão de Gerente de Capacitação Turística da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, a partir de 01/02/2012 - Florianópolis, aos 01 de fevereiro de 2012. DÁRIO ELIAS BERGER PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO N.º 9678, de 01 de fevereiro de 2012. - O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo inciso VI, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município. RESOLVE: Art. 1º EXONERAR, A PEDIDO, VERA LÚCIA GONÇALVES, do cargo em Comissão de Diretora de Planejamento do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF. Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, aos 01 de fevereiro de 2012. DÁRIO ELIAS BERGER PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO N.º 9679, de 01 de fevereiro de 2012. - O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo inciso VI, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE: Art. 1º NOMEAR, ALINE FIGUEIREDO, para exercer o cargo em Comissão de Diretora de Planejamento do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF. Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, aos 01 de fevereiro de 2012. DÁRIO ELIAS BERGER PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO N.º 9680, de 01 de fevereiro de 2012. - INSTITUI COMISSÃO PARA COORDENAR A EXECUÇÃO DO PROJETO ORLA. O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 74, inciso III, c/c a letra "b" do inciso I do art. 23, e considerando: I – A adesão feita pelo Município junto a GRUPO do Projeto Orla; II – A necessidade da coordenação por parte do Município para a mobilização e execução da criação do Plano de Gestão integrada da Orla e do Comitê Gestor que gerenciará o Plano a nível local; III – A necessidade da elaboração da agenda de atividades para se alcançar o fim; IV – A necessidade de coleta de documentos técnicos e cartográficos afins; V – A convocação de audiências públicas para legitimação do Plano de Gestão integrada da Orla; D E C R E T A: Art. 1º Fica constituída Comissão para coordenar a mobilização e execução das atribuições postas sob a responsabilidade do Município para se alcançar o fim que objetivou a adesão ao Projeto Orla para nossa costa litorânea, composta pelos seguintes: Membros, todos servidores municipal, com segue: a) Jaime de Souza – Procurador geral do Município; b) Salomão Mattos Sobrinho – Secretário Executivo de Serviços Públicos; c) Marcia Nunes – Diretora Administrativa e Financeira da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental; d) Isom Bertoldo dos Passos – Engº Sanitarista, lotado na Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental; e) Cibele Assunção Lorenzi – Arquiteia Urbanista, lotada na Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental; f) Vera Lúcia Gonçalves da Silva – Diretora de Planejamento do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF; g) Elisa Mell Rehn – Chefe de Departamento de Planejamento do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF; h) Marcia Fonseca – Arquitea, lotada na Fundação Municipal de Meio Ambiente de Florianópolis – FLORAM; i) Viviane das Graças Ferreira – Assessor de Comunicação Pleno, lotada na Procuradoria Geral do Município; Parágrafo único. A coordenação Executiva Municipal do Projeto Orla estará a cargo desta Comissão para todos os efeitos legais. Art. 2º A Coordenação dos trabalhos será exercida pelo Procurador Geral do Município, auxiliado pelo Secretário Executivo de Serviços Públicos a quem compete substituí-lo nos casos de impedimento. Parágrafo único. Compete ao Coordenador designar um dos Membros da Comissão para os trabalhos de secretaria do colegiado. Art. 3º As reuniões da Comissão serão convocadas pelo Coordenador com antecedência mínima de três dias úteis, devendo a convocação mencionar o(s) assunto(s) principal (is) a ser (em) tratado(s), para conhecimento prévio dos demais Membros. Parágrafo único. Das reuniões poderá participar qualquer pessoa que a Coordenação entender importante para o desenvolvimento dos trabalhos. Art. 4º Os Servidores públicos municipal da administração direta e indireta ficam obrigados, sob pena de responsabilidade funcional, a prestarem, no prazo que lhes for formalmente solicitado pela Coordenação, todas as informações, dando livre acesso ao manuseio dos bancos de dados e respectivos sistemas. Art. 5º Fica o Coordenador autorizado a solicitar, em nome do Município, informação a qualquer

ANOLDO
NICANOR
DOS
SANTOS 54
431292934



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS – PMF

RESPONSÁVEL: SANDRO RICARDO FERNANDES CONTROLE: ANOLDO N. DOS SANTOS EDIÇÃO: CÍFCOR BITTAR

Rua Conselheiro Mafra, 656 - Centro - 88010-914 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3251-5940.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº654

1 de fevereiro de 2012

Florianópolis/SC

órgão público ou pessoa de direito privado, que for necessária à elaboração dos trabalhos. Art. 6º Para o fiel desempenho das atividades elencadas fica o Coordenador autorizado a solicitar o auxílio (material de expediente, equipamentos e veículos) dos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como recursos financeiros à Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, que forem necessários. Parágrafo único. As solicitações feitas com sustentação no caput deste artigo deverão ser atendidas com prioridade, excetuando-se tão somente os casos que, justificadamente pelo Secretário da Pasta, são inadmissíveis. Art. 7º A Comissão terá o prazo de 11 (onze) meses para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por motivos expressamente justificados. Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, aos 01 de fevereiro de 2012. DÁRIO ELIAS BERGER PREFEITO MUNICIPAL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0487/SMR/2010. A Prefeitura Municipal de Florianópolis, através da Secretaria Municipal da Receita e a Empresa Geral Administração de Imóveis Ltda., aditam o Contrato com o objetivo de prorrogar a vigência até 31/12/2012. Assinam Sandro Ricardo Fernandes - Secretário Municipal da Receita e Marcelo Bigolin - Empresa Geral Administração de Imóveis Ltda. - Florianópolis, 01 de Fevereiro de 2012. - Sandro Ricardo Fernandes - Secretário Municipal da Receita.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - RESULTADO DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 762/SMAP/DLC/2011. O Município de Florianópolis, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações para Cadastro e Habilitação, torna público a decisão de HABILITAR as empresas: **SOBRINHOS GASTRONOMIA E EVENTOS LTDA.**, o **JEFFERSON FELIPPO JANKOSKI - ME.** A Comissão de Permanente de Licitações, em conformidade com o art. 109, I, a, da Lei 8.666/93 abre prazo de 05 (cinco) dias úteis para recurso Florianópolis, em 30 de janeiro de 2012. A Comissão.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Edital de Pregão Presencial nº 024/SMAP/DLC/2012 - Objeto: Contratação empresa especializada para realizar a implantação de sistema educacional, tendo em vista a política pedagógica da secretaria municipal de educação, nos termos da lei nacional de diretrizes bases. - **Entrega dos Envelopes:** até as 13:45 horas do dia 14/02/2012 - **Abertura da Sessão:** a partir das 14:00 horas do dia 14/02/2012 - **Local:** Secretaria Municipal da Administração e Previdência - rua: Conselheiro Mafra, 656, Edifício Aldo

Beck, Centro, Florianópolis/SC. O edital completo poderá ser consultado e retirado na internet, no endereço www.pmf.sc.gov.br.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 562/EDUC/2011 - Contratada: Empresa Jefferson Felipe Jankoski - ME. Objeto: modifica-se o seu prazo que fica prorrogado até 26 de junho de 2012. Tudo em conformidade com o Ofício Circular nº. 007/2011, da Diretoria de Licitações e Contratos, parte integrante deste aditivo. Assinaturas: Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, pela Prefeitura e Jefferson Felipe Jankoski, pela Empresa.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 681/EDUC/2011 - Contratada: Empresa Jefferson Felipe Jankoski - ME. Objeto: modifica o valor que fica aditado em 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor inicialmente contratado, representando um acréscimo de R\$ 12.180,00 (doze mil cento e oitenta reais). Diante disto o contrato passa de R\$ 48.720,00 (quarenta e oito mil setecentos e vinte reais) para R\$ 60.900,00 (sessenta mil e novecentos reais). Tudo em conformidade com o Parecer nº. 950/2011, da Diretoria de Licitações e Contratos. Assinaturas: Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, pela Prefeitura e Jefferson Felipe Jankoski, pela Empresa.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº. 43/PMF/SME/2012 - Partes conveniadas: Prefeitura Municipal de Florianópolis com intervenção da Secretaria Municipal de Educação e a Associação Florianopolitana de Voluntários - APLOV - "Creche Vó Inácia". **Objeto:** cooperação técnica-financeira entre o MUNICÍPIO e a INSTITUIÇÃO, que sejam comunitárias, filantrópicas ou confessionais, sem fins econômicos e regularmente constituídas para o atendimento na Educação infantil, primeira etapa da Educação Básica, observando o estabelecido na Resolução vigente do Conselho Municipal de Educação e conforme meta estabelecida no Plano de Trabalho. Valor total: R\$ 104.887,68 (cento e quatro mil oitocentos e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos). **Prazo:** a partir de 1º de fevereiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012. **Assinaturas:** Diário Elias Berger e Rodolfo Joaquim Pinto da Luz pela Prefeitura e Carmem Isabel Ribeiro Cunha, pela Entidade.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº. 39/PMF/SME/2012 - Partes conveniadas: Prefeitura Municipal de Florianópolis com intervenção da Secretaria Municipal de Educação e a Associação Florianopolitana de Voluntários - APLOV. **Objeto:** cooperação técnica-financeira entre o MUNICÍPIO e a INSTITUIÇÃO, que sejam comunitárias, filantrópicas ou confessionais, sem fins econômicos e regularmente constituídas para o atendimento às crianças e adolescentes, conforme estabelece o art.10 § 4º da Lei nº. 11.494/2007 - na Educação Complementar de 06 (seis) a 16 (dezesseis) anos, observando o estabelecido na Resolução vigente do Conselho Municipal de Educação e conforme metas estabelecidas no Plano de Trabalho. Valor total: R\$ 44.354,00 (quarenta e quatro mil trezentos e cinquenta e quatro reais). **Prazo:** a partir de 1º de fevereiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012. **Assinaturas:** Diário Elias Berger e Rodolfo Joaquim Pinto da Luz pela Prefeitura e Carmem Isabel Ribeiro Cunha, pela Entidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS - PMF

RESPONSÁVEL: SANDRO RICARDO FERNANDES CONTROLE: ANOLDO N. DOS SANTOS EDIÇÃO: CICERO BITTAR

Rua Conselheiro Mafra, 656 - Centro - 88010-914 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3251-5940.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 654

1 de fevereiro de 2012

Florianópolis/SC

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TERMINAIS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 023/SMAP/DLC/2012 - Objeto: Contratação de empresa para confecção, instalação e fornecimento de placa de ponto de taxi. Dia 14 de fevereiro de 2012, às 11.00 (onze) horas. Endereço eletrônico: <http://dlc.pmf.sc.gov.br>. O Pregoeiro.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS FRANKLIN CASCAES

PROJETOS APROVADOS PELA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE INCENTIVO CULTURAL (CAIC) - LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO CULTURAL-LEI Nº 3.659/91. - 1 - Projetos aprovados na modalidade de Doação, conforme o artigo 2º, parágrafos 1º a 3º da Lei. Período de captação e execução autorizados a partir de 30/01/2012 e término em 31 de dezembro de 2012. - 1 - **PROJETO Nº 106/11 – FONTE SONORA**. Empreendedor: Airton Ferrone Machado Junior. Responsável pelo projeto: Airton Ferrone Machado Junior. Área: Música. Valor aprovado: R\$ 16.188,00 (dezesesse mil cento e oitenta e oito reais). 2 - **PROJETO Nº 107/11 – SHOW MUSICAL POR ISSO CANTO**. Empreendedor: Edilamar Iha Libretto. Responsável pelo projeto: Edilamar Iha Libretto. Área: Música e dança. Valor aprovado R\$ 38.150,00 (trinta e oito mil e cento e cinquenta reais). 3 - **PROJETO Nº 108/11 – 19ª Floripa Teatro – Festival Isnard Azevedo**. Empreendedor: Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes. Responsável pelo projeto: Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. Área: Teatro e circo. Valor aprovado R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. Superintendente da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes. 25/01/12.

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 043/SMAP/DLC/2012. Órgão: Fundação Cultural de Florianópolis – Franklin Cascaes. Objeto: Contratação da empresa Teatro Jabuti, para realizar 02 (duas) apresentações do espetáculo "Momentos no Palácio" no Projeto de Verão 2012. Contratado Empresa Teatro Jabuti. Valor total: R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Fundamento legal: Artigo 25, inciso III da Lei 8.666/93.

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 044/SMAP/DLC/2012. Órgão: Fundação Cultural de Florianópolis – Franklin Cascaes. Objeto: Contratação da empresa Espaço Arte e Saúde Atividades Físicas e Culturais Ltda. ME, para realizar 02 (duas) apresentações do espetáculo "FUGA" no Projeto de Verão 2012. Contratado: Espaço Arte e Saúde Atividades Físicas e Culturais Ltda. ME. Valor total: R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Fundamento legal: Artigo 25, inciso III da Lei 8.666/93.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS

RESULTADO DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 762/SMAP/DLC/2011. O Município de Florianópolis, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações para Cadastro e Habilitação, torna público a decisão de HABILITAR as empresas: **SOBRINHOS GASTRONOMIA E EVENTOS LTDA.** e **JEFFERSON FELIPPO JANKOSKI – ME.** A Comissão de Permanente de Licitações, em conformidade com o art. 109, I, a, da Lei 8.666/93 abre prazo de 05 (cinco) dias úteis para recurso Florianópolis, em 30 de janeiro de 2012. A Comissão.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 020/SMAP/DLC/2012 - Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de montol 20% solução injetável, solução de ringe-lactato, soro fisiológico 0,9% e soro glicosado 5%. Dia 14 de fevereiro de 2012, às 09:00 (nove) horas. Endereço eletrônico: <http://dlc.pmf.sc.gov.br>. O Pregoeiro.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 021/SMAP/DLC/2012 - Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de cesta básica nutricional. Dia 14 de fevereiro de 2012, às 09:30 (nove e trinta) horas. Endereço eletrônico: <http://dlc.pmf.sc.gov.br>. O Pregoeiro.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 022/SMAP/DLC/2012 - Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de cesta básica. Dia 14 de fevereiro de 2012, às 10:00 (dez) horas. Endereço eletrônico: <http://dlc.pmf.sc.gov.br>. O Pregoeiro.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 016/SMAP/DLC/2012 - Objeto: Aquisição de cadeira de rodas infantil. Dia 14 de fevereiro de 2012, às 09:00 (nove) horas. Endereço eletrônico: <http://dlc.pmf.sc.gov.br>. O Pregoeiro.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/SMAP/DLC/2012 - Objeto: Aquisição de central telefônica digital. Dia 14 de fevereiro de 2012, às 09:30 (nove e trinta) horas. Endereço eletrônico: <http://dlc.pmf.sc.gov.br>. O Pregoeiro.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/SMAP/DLC/2012 - Objeto: Aquisição de equipamentos de informática e suprimentos. Dia 14 de fevereiro de 2012, às 10:00 (dez) horas. Endereço eletrônico: <http://dlc.pmf.sc.gov.br>. O Pregoeiro.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 019/SMAP/DLC/2012 - Objeto: Aquisição de eletrodomésticos e eletro-eletrônicos. Dia 14 de fevereiro de 2012, às 10:30 (dez e trinta) horas. Endereço eletrônico: <http://dlc.pmf.sc.gov.br>. O Pregoeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS – PMF

RESPONSÁVEL: SANDRO RICARDO FERNANDES CONTROLE: ANOLDO N. DOS SANTOS EDIÇÃO: CICERO BITTAR

Rua Conselheiro Mafra, 656 - Centro - 88010-914 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3251-5940.

Anexo B – Diário Oficial Eletrônico – 2012 com errata



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 659

8 de fevereiro de 2012

Florianópolis/SC

Sumário: (clique nas secretarias abaixo para leitura direta)

| | |
|--|---|
| SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO | 1 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA | 1 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | 1 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 1 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 2 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO | 2 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE | 2 |
| FUNDO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL | 2 |
| CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS | 3 |

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA - O Prefeito Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Municipal nº. 6.709/2005, e de conformidade com o Parágrafo Quarto, do Artigo 9º, da Lei Complementar nº. 101/2000, de 04 de maio de 2000 - LRF, faz saber a quem interessar possa, que fará realizar **Audiência Pública para Demonstrar e Avaliar o Cumprimento das Metas Fiscais referentes ao terceiro quadrimestre do exercício de 2011**, no seguinte local, data e horário: - Local – Plenário da Câmara Municipal de Florianópolis - Rua Anita Garibaldi, nº. 35 - Centro - Florianópolis - Data - 24 de fevereiro de 2012 - Horário - 15 horas. - Desta forma, ficam convocados todos os que desejarem participar desta Audiência Pública. Florianópolis, (SC), 23 de janeiro de 2012. DÁRIO ELIAS BERGER Prefeito Municipal. AUGUSTO CEZAR HINCKEL Secretário de Finanças e Planejamento. ADERILTO ANTONIO PASETTO Diretor de Planejamento Orçamentário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA

RESULTADO DA FASE DE PROPOSTA TÉCNICA DA CONCORRÊNCIA Nº. 588/SMAP/DLC/2011 - O Município de Florianópolis, por intermédio da Comissão Permanente de Materiais e Serviços, torna público aos interessados: a decisão de INABILITAR, conforme segue: a) A licitante **NEOWAY TECNOLOGIA INTEGRADA E NEGÓCIOS LTDA.**, - por não atender a norma editalícia - Subitem 7.2.4.2 e Anexo I e II do Edital - Apresentou a tabela de pontuação que declara atender, os requisitos de habilitação técnica, sem, entretanto, apresentar os respectivos documentos comprobatórios, impedindo assim, a avaliação técnica para a pontuação. b) **GERALDO STRECK – GERENCIAMENTO DE IMAGEM E INFORMACÃO LTDA.**, - por não atender a norma editalícia, Subitem 5.1, 7.2.4.1 e 7.2.4.2, apresentou a documentação completa destinada a comprovar a funcionalidade obrigatória do Edital, redigido em idioma estrangeiro, sem a devida tradução, inviabilizando assim, a avaliação técnica para a pontuação. A Comissão de Licitações, em conformidade com o §3º, do

art. 48, da Lei 8.666/93 abre prazo de 08 (oito) dias úteis para as licitantes regularizarem a documentação exigida, esboçada das causas referidas acima. Florianópolis, 31de janeiro de 2012.

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0969/SMR/2009 - Contratada: Empresa MULTICOM Com. Serv. De Materiais de Telecom. Ltda. Objeto: Reequilíbrio Econômico-financeiro. Valor Total: R\$ 10.400,24 (dez mil quatrocentos e quatro reais e vinte quatro centavos). Assinaturas: Sandro Ricardo Fernandes, Secretário Municipal da Receita e Ronaldo Reginaldo, Empresa MULTICOM Com. Serv. de Materiais de Telecom. Ltda. - Florianópolis, 08 de Fevereiro de 2012. - SANDRO RICARDO FERNANDES - Secretário Municipal da Receita.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE CONTRATO Nº. 2011/0904-00 – SMS/FMS X DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA S.A. Processo Licitatório: Inexigibilidade de Licitação nº. 705/SMAP/DLC/2011. Objeto: contratação de empresa para realização de exames de procedimentos com finalidade diagnóstica em densitometria óssea, conforme discriminadas na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde – SUS", conforme especificações descritas do Edital de Chamada Pública nº. 004/2010/SMS/FMS. Valor Mensal de até R\$ 79.839,54 (setenta e nove mil, oitocentos e trinta e nove reais e oitenta e quatro centavos). Vigência: até 31 de dezembro de 2012. Assinaturas: João José Candido da Silva pela SMS/FMS, e Marcelo Noll Barboza, pela empresa Diagnósticos da América S.A.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ERRATA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/SMAP/DLC/2012, 01: Onde se lê: "...visando o atendimento da clientela escolar na Rede Pública Municipal, nas áreas 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental de nove anos. - Leia-se: "...visando o atendimento da clientela escolar na Rede Pública Municipal, nas áreas 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de nove anos. - 02: Onde se lê: Do objeto do prego: - 1.1.1. ...visando o atendimento da clientela escolar na Rede Pública Municipal, nas áreas 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental de nove anos. - Leia-se: Do objeto do prego: - 1.1.1. ...visando o atendimento da clientela escolar na Rede Pública Municipal, nas áreas 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de nove anos. - 03: O preço máximo global é: R\$ 1.345.875,00 (um milhão trezentos e quarenta e cinco mil oitocentos e setenta e cinco reais).

Portaria ALT nº 00021/12: O Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve alterar a partir de 13/01/2012, a Portaria nº ALT 00004/12 de 10/01/2012 de Adriana Timbóla de Rozco, matrícula nº 20376-9 para atuar no(a) Depto de Educ de Jovens e Adultos (345110), (a letra 1 - Rota/Bar/Jag/Itaco/campe (124) referente ao período, que passa a ser 10/02/11 a 13/03/12 e motivo, que passa a ser licença amamentação,

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS – PMF

RESPONSÁVEL: SANDRO RICARDO FERNANDES CONTROLE: ANOÍDO N. DOS SANTOS EDIÇÃO: CICERO BITTAR
Rua Conselheiro Mafra, 656 - Centro - 88010-914 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3251-5940.





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº659

8 de fevereiro de 2012

Florianópolis/SC

conforme processo nº 000589-2012. Florianópolis, 08 de fevereiro de 2012. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz - Secretário Municipal de Educação.

Portaria ALT nº 00022/12: O Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve alterar a partir de 21/12/2011, a Portaria nº ADS 02676/11 de 07/12/2011 de Anelize Krueger de Souza, matrícula nº 15527-6 para atuar no(a) Creche Santa Teresinha Menino Jesus (343210) referente ao período, que passa a ser 01/12/11 a 04/04/12 e motivo que passa a ser licença gestação, conforme processo nº 000579-2012. Florianópolis, 08 de fevereiro de 2012. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz - Secretário Municipal de Educação.

Portaria TRV nº 00050/12: Concede gratificação pela elaboração de trabalho relevante. A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei 2.517/86, artigo 143, item II, e o Decreto 464/94, artigo 1º, item I, resolve: Artigo 1º: Conceder gratificação pela elaboração de trabalho relevante de nível técnico a Gilberio Andre Borges, matrícula nº 13832-1, no período de 10/02/2012 a 21/12/2012, referente ao trabalho relevante desempenhado na coordenação do anexo da escola básica mânico costa. Artigo 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário. Florianópolis, 07 de fevereiro de 2012. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz - Secretária Municipal de Educação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/SMAS/PMAS/PMCA/2012 PMF X EMPRESA VTC SOLUÇÕES EM TURISMO LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento de passagens aéreas e terrestres, conforme Processo Licitatório Pregão Eletrônico nº 2/5MAP/DLC/2012. PRAZO: 08/02/2012 a 31/12/2012. VALOR: R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais). ASSINATURAS: Sr. Felipe Augusto Teixeira pela PMF e o Sr. Mauricio Voss pela empresa VTC Soluções em Turismo Ltda.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO

COMUNICADO - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, comunica ao Senhor Luciano José Ribeiro, residente e domiciliado à rua Graciliano Manoel Gomes, s/nº, ingleses do Rio Vermelho nesta capital, cep 88058-200, inscrição imobiliária nº 24.91.092.1450.001-710, que foi efetuado o cancelamento do ALVARÁ de nº 1546, expedido através do processo nº 12307/12/2011 - José Carlos Ferreira Rauem - Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

CONVENIENTE: Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte. **CONVENIADA:** Associação Florianopolitana de Voluntários - AFOV. Objeto: Realização do Projeto "Carnaval 2012: Carnavais de Outrora na Ilha da Magia - Valor Convênio: R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais). Data da Assinatura: 04/02/2012. Assinam pela Conveniente: Vinicius Lummerz Silva - Secretário Municipal de Turismo e pela Conveniada: Carmem Isabel Ribeiro Tralsey.

Termo de Autorização de Uso Nº. 001/2012 - Objeto: Autorização de uso de parte do espaço do complexo da passarela do Samba "Nego Quirido" que compreende uso da pista, arquibancadas, setor vermelho e amarelo e páio de serviços para a campanha educativa e etapa do catamento de arrancada 2012. "Diga não ao Macho de Rua no dia 26 de fevereiro de 2012". Prazo: o prazo deste termo de autorização de uso é de 26 de fevereiro de 2012. Data da assinatura: 06 de fevereiro de 2012. Assinam pela contratante: Vinicius René Lummerz Silva - Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Esporte e pela Contratada: Clodoaldo Zonta, Automóvel Clube de Florianópolis - SC.

EXTRATO DO CONVÊNIO 052/SETUR/2012 - CONVENIENTE: Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte. **CONVENIADA:** Convention & Visitors Bureau. Objeto: Cooperação técnica visando a promoção, fomentação e o desenvolvimento do Turismo na cidade de Florianópolis, divulgação no trade turístico do Carnaval Encantado 2012, com a comercialização de Camarotes Turísticos da Passarela do Samba Nego Quirido para o desfile das escolas de Samba da Capital. Valor Convênio: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a ser depositado pela Conveniada na conta nº 16143-8, agência 3082-3. Data da Assinatura: 06/02/2012. Assinam pela Conveniente: Vinicius Lummerz Silva - Secretário Municipal de Turismo e pela Conveniada: Eugenio Neto.

FUNDO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

Edital de Pregão Presencial nº 057/SMAP/DLC/2012 - Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço de consultoria para revisar e atualizar o plano municipal de redução de riscos de escorregamento do Município de Florianópolis, conforme especificações mínimas constantes no Termo de Referência e condições estabelecidas no edital. - **Entrega dos Envelopes:** até as 13.45 horas do dia 24/02/2012. - **Abertura da Sessão:** a partir das 14.00 horas do dia 24/02/2012. - **Local:** Secretaria Municipal da Administração e Previdência - rua. Conselheiro Mafra, 656, Edifício Aldo Beck, 3º andar, Centro, Florianópolis/SC. O edital completo poderá ser consultado e retirado na internet, no endereço www.pmf.sc.gov.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS – PMF

RESPONSÁVEL: SANDRO RICARDO FERNANDES CONTROLE: ANOLDO N. DOS SANTOS EDIÇÃO: CICERO BITTAR

Rua Conselheiro Mafra, 656 - Centro - 88010-914 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3251-5940.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição N°659

8 de fevereiro de 2012

Florianópolis/SC

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO Nº 07/2009. Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Licitação: Dispensa de Licitação nº 01/2009. Objeto: Contratação de Estagiários para prestação de serviços junto à Câmara Municipal de Florianópolis. Contratada: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE. Prorrogação: 01/01/2012 à 31/03/2012. Fundamento Legal: inciso II, Art. 57, da Lei nº 8.666/93. Florianópolis, 09 de fevereiro de 2012. Sérgio Luiz de Souza – Presidente da CPL.

ANOLDO N. DOS SANTOS
44312929
34



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS – PMF

RESPONSÁVEL: SANDRO RICARDO FERNANDES CONTROLE: ANOLDO N. DOS SANTOS EDIÇÃO: CICERO BITTAR
Rua Conselheiro Mafra, 656 - Centro - 88010-914 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3251-6940.

Anexo C – Diário Oficial Eletrônico – 2013



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 1020

terça-feira, 30 de julho de 2013

Florianópolis/SC

Sumário:(clique nas secretarias abaixo para leitura direta)

| | |
|---|----------|
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | 1 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO | 1 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 1 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO | 2 |
| FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 2 |
| FUNDO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL | 2 |
| FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES | 2 |
| COMPANHIA MELHORAMENTOS DA CAPITAL | 2 |
| INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS | 3 |

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA DO TERMO DE ANULAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 469/SMAP/DLC/2012. O Município de Florianópolis, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações para Materiais e Serviços do Município de Florianópolis, torna público aos interessados que: **Onde se lê:** Modalidade Pregão Eletrônico. **Leia-se:** Modalidade Pregão Presencial. A Comissão.

PORTARIA Nº 2.751/2.013. Secretário Municipal de Administração, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto 11.359 de 11 de março de 2013, e nos termos do Parecer n. 156/2013, da Procuradoria Geral do Município; Resolve: Art. 1º Reconstituir ao cargo efetivo de Fiscal de Vigilância em Saúde, Classe 10, Rel. 06, com base no Artigo 29 da Lei Complementar nº 063/2003, a servidora Juliana Berka Rodrigues Porfiro, matrícula 23.171-1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 1º de Agosto de 2013. Florianópolis, aos 31 de julho de 2013. Gustavo Miroski - Secretário Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 2722/2013. O Secretário Municipal de Administração e Previdência, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, inciso I da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 20, da Lei Complementar nº 349/2009, Decreto nº 11.359 de 11 de março de 2013; e Lei nº 9.327/1996, que alterou a Lei nº 1.081/1950, e dispõe sobre a condução de veículo Oficial no âmbito dos Órgãos Públicos Federais, e na ausência de dispositivo similar no Município de Florianópolis pode ser utilizada por analogia. Resolve: Art. 1º. Autorizar o servidor Juliano Jesus Chaves Neves, matrícula nº 29684-8, CNH AB 01141405269, ocupante do cargo Comissionado de Assessor Técnico, a conduzir o veículo Oficial Colbat ano 2012, placa MIX 6763, do Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis, Art. 2º. A responsabilidade administrativa, civil e penal, em casos de colisões, lesões corporais ou mesmo óbitos decorrentes do objeto desta portaria qual seja autorizar a condução do veículo Oficial Colbat ano 2012, placa MIX 6763, do Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis, conforme termo de responsabilidade previamente firmado em anexo, ficará a cargo do servidor supracitado. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESPONSÁVEL: GUSTAVO MIROSKI

GERÊNCIA: CICERO BITTAR

CONTROLE: ANILDO N. DOS SANTOS

Rua Conselheiro Mafra, 656 – Centro – 88010-914 – Florianópolis / Santa Catarina – Fone: (48) 3251-5940.

Florianópolis, 24 de julho de 2013. Gustavo Miroski - Secretário Municipal de Administração.

TERMO DE RESPONSABILIDADE: Eu, JULIANO JESUS CHAVES NEVES, matrícula nº 29684-8, CNH AB 01141405269, ocupante do cargo Comissionado de Assessor Técnico, já qualificado na Portaria nº 2722/2013, declaro, para os devidos fins, que assumo a responsabilidade administrativa, civil e criminal pela condução do veículo Oficial Colbat ano 2012, placa MIX 6763, do Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis, Florianópolis, 24 de julho de 2013. Juliano Jesus Chaves Neves - matrícula nº 29684-8.

PORTARIA Nº 2754/2013, de 30 de julho de 2013. O Secretário Municipal de Administração, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto 11.359/2013, nos termos da Lei Complementar nº 465/2013, resolve considerar designado, o servidor Nardi Domingos de Araujo, matrícula nº 15533-0, para o exercício da função gratificada de Chefe de Departamento de Edifícios na Secretaria de Administração, a partir de 01 de julho de 2013. Gustavo Miroski - Secretário Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 2756/2013, de 30 de julho de 2013. O Secretário Municipal de Administração, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto 11.359/2013, nos termos da Lei Complementar nº 465/2013, resolve considerar designado, a servidora Patrícia de Coriova, matrícula nº 23390-0, para o exercício da função gratificada de Chefe de Departamento no Gabinete do Prefeito, a partir de 01 de julho de 2013. Gustavo Miroski - Secretário Municipal de Administração.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 468/SMAP/DLC/2013. Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos de combate a incêndio, resgate, busca e salvamento. Dia 12 de agosto de 2013, às 15:30 (quinze e trinta) horas. Endereço eletrônico: <http://dlc.pmf.sc.gov.br>. O Pregoeiro.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 469/SMAP/DLC/2013. Objeto: Aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos. Dia 12 de agosto de 2013, às 16:00 (dezesseis) horas. Endereço eletrônico: <http://dlc.pmf.sc.gov.br>. O Pregoeiro.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 461/SMAP/DLC/2013. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza de caixa d'água. Dia 12 de agosto de 2013, às 10:00 (dez) horas. Endereço eletrônico: <http://dlc.pmf.sc.gov.br>. O Pregoeiro.

TERMO DE ANULAÇÃO DO EDITAL LICITATÓRIO Nº 261/SMAP/DLC/2013. A Secretária Municipal de Administração amparada no artigo 49 da Lei n. 8.666/93

ANILDO NICANOR DOS SANTOS34431292954

Assessor Técnico de Administração
Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis
Rua Conselheiro Mafra, 656 - Centro - Florianópolis - SC

Assessor Técnico de Administração
Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis
Rua Conselheiro Mafra, 656 - Centro - Florianópolis - SC



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 1020

terça-feira, 30 de julho de 2013

Florianópolis/SC

resolve anular o Edital nº. 2.61/SMA/DLC/2013, de licitação na modalidade Pregão Presencial, destinada à "Contratação de empresa especializada no fornecimento para realizar a implantação de Sistema Educacional, com aquisição de material próprio, tendo em vista a política pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Nacional de Diretrizes e Bases, conforme especificações, exigências, necessidades e descrições em anexo, visando o atendimento da clientela escolar na rede pública municipal do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental de nove anos."

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 154/EDUC/2009 PFM X – CONSTRUTORA VACARIA LTDA. Alteração da Cláusula Quinta do Contrato Original que continua subsistindo em todos os seus termos e condições, modificando-se apenas a tão somente o seu prazo que fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias. Início em 1º de junho de 2013 e término em 31 de julho 2013, ou até a conclusão do processo licitatório em curso, o qual irá substituir o contrato em análise, tendo o que ocorrer primeiro. Com fundamento no § 1º, inciso II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93, e pelo parecer nº 190-F/DLC/2013. Assinaturas: Sr. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz pela Secretaria Municipal de Educação e a Sr. Cacildo Francisco Moraes pela empresa.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 466/SMDU/2013. Objeto: Aquisição de bermuda com elástico e cordão, Modalidade da Licitação: Pregão Eletrônico nº 247/SMAP/DLC/2013; Contratada: **Lecruz Roupas Profissionais Ltda.**; Valor do Contrato: R\$ 1.120,00 (um mil, duzentos reais); Prazo de Vigência será a partir de sua assinatura até 31 de dezembro 2013. – Secretário Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano – Dalmo Vieira Filho e pela empresa Olívia de Jesus da Cruz.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 591/SMDU/2013.– Objeto: Contratação de empresa de consultoria para prestar serviços de apoio à Prefeitura Municipal de Florianópolis em atividades técnicas relativas a estudos e projetos para Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano. Modalidade da Licitação: Tomada de Preços nº 135/SMAP/DLC/2013. Contratada: IGUATEMI Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda; Valor do Contrato: R\$ 1.124.283,91 (um milhão cento e vinte quatro mil, duzentos e oitenta e três reais e noventa um centavos). – Secretário Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Dalmo Vieira Filho e pela empresa Adão dos Santos.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 465/SMAP/DLC/2013. Objeto: Aquisição de forno elétrico de cerâmica e torno de cerâmica. Dia 12 de agosto de 2013, às 14:00 (catorze)

horas. Endereço eletrônico: <http://dlc.pmf.sc.gov.br>. O Pregoeiro.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 466/SMAP/DLC/2013. Objeto: Aquisição de prateleiras, livro, esmalte, material de expediente, instrumento musical, aviamentos, porta - treco e porta jóias. Dia 12 de agosto de 2013, às 14:30 (catorze e trinta) horas. Endereço eletrônico: <http://dlc.pmf.sc.gov.br>. O Pregoeiro.

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº. 221/SMAP/DLC/2013. O Município de Florianópolis, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações para Obras e Serviços de Engenharia do Município de Florianópolis, torna público aos interessados: Empresa Vencedora: Avalis Engenharia e Avaliação Ltda. Valor R\$ 975.947,32 (novecentos e setenta e cinco mil novecentos e quarenta e sete reais e trinta e dois centavos). Comissão Permanente de Licitações para Obras e Serviços de Engenharia, em conformidade com o art. 109, I, a, da Lei 8.666/93 abre prazo de 05 (cinco) dias úteis para recurso. Florianópolis, em 30 de julho de 2013. A Comissão.

FUNDO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 572/FMS/2013, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município na edição nº. 1016, do dia 24 de julho de 2013, **ONDE SE LÊ:** Rua General Gestor Passos, Leia-se: General Nestor dos Passos. Retifica-se ainda o nome da Contratada, onde se lê: Biotector Serviços Especializados Ltda-ME, **LEIA-SE:** CONPESA CONTRUÇÃO PESADA LTDA, Contratante: Município de Fpolis/FMS/2013. Também desconsiderar a publicação do extrato deste contrato, publicada no Diário Oficial do Município, Edição 1019 de 29 de julho de 2013.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 467/SMAP/DLC/2013. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de suprimentos de informática. Dia 12 de agosto de 2013, às 15:00 (quinze) horas. Endereço eletrônico: <http://dlc.pmf.sc.gov.br>. O Pregoeiro.

COMPANHIA MELHORAMENTOS DA CAPITAL

RESULTADO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 022/2013. PREGÃO ELETRÔNICO – Objeto: Aquisição de Equipamentos para a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis – ACMR – Convenio TCPAC 722/2009, em Florianópolis – SC. A Companhia Melhoramentos da Capital – COMCAP, através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados, o resultado deste Edital. **Vencedora Lote 03:** Empresa Juana Mara Vieira ME. Valor – R\$ 2.803,02 (dois mil oitocentos e três reais com dois centavos). **Vencedora Lote 04:** Empresa Amazonya Equipamentos para Reciclagem Ltda. Valor – R\$ 12.050,00 (doze mil e

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESPONSÁVEL: GUSTAVO MIROSKI GERÊNCIA: CICERO BITTAR CONTROLE: ANOLDO N. DOS SANTOS
Rua Conselheiro Mafra, 656 – Centro – 88010-914 – Florianópolis / Santa Catarina – Fone: (48) 3251-5940.





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 1020

terça-feira, 30 de julho de 2013

Florianópolis/SC

cinquenta reais). **Vencedora Lote 05:** Empresa Shark Máquinas para Construção Ltda. Valor – R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais). **Vencedora Lote 06:** Empresa Thago Metalurgia Ltda EPP. Valor – R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais). Os Lotes 01 e 02 foram declarados **fracassados**. Florianópolis, 31 de julho de 2013.

RESULTADO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 024/2013. PREGÃO ELETRÔNICO. Objeto: Aquisição de Lote 01 - 04 (quatro) contêineres estacionários com capacidade de 30 m³, e Lote 02 - 01 (um) contêiner estacionário com capacidade de 20 m³. A Companhia Melhoramentos da Capital – COMCAP, através da Pregoeira Oficial, leva ao conhecimento dos interessados, o resultado deste Edital. **Vencedora Lote 01:** Empresa Thago Metalurgia Ltda EPP. Valor – R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais). **Vencedora Lote 02:** Empresa Thago Metalurgia Ltda EPP. Valor – R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais). Florianópolis, 31 de julho de 2013.

Contratante: Município Ipólis/IPUF/PMF; Valor do Contrato: R\$ 57.500,00 (cinquenta e sete mil, quinhentos reais). – Dalmo Vieira Filho Superintendente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis e pelo Sr. Sérgio de Bona Portão.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 589/IPUF/2013. Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de consultoria para qualificação da área central de Florianópolis, tomando como ponto focal o desenvolvimento do projeto do aterro da Bahia Sul, projetos para orla, tanto da parte da ilha como na parte continental. Modalidade da Licitação: Termo de Inexigibilidade nº 428/SMAP/DLC/2013; Contratada: Tabacow Chamas & Associados Ltda. Contratante: Município Ipólis/IPUF/PMF; Valor do Contrato: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais). – Dalmo Vieira Filho Superintendente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis e pelo Sr. José Waldemar Tabacow.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 463/SMAP/DLC/2013. Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de espargidor de espuma de pimenta. Dia 12 de agosto de 2013, às 10:30 (dez e trinta) horas. Endereço eletrônico: <http://dlc.pmf.sc.gov.br>. O Pregoeiro.

PORTARIA Nº 0050/2013. O Superintendente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 16, item VII do regulamento da Autarquia, com base no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005, bem como no art. 40 da Constituição Federal e nos termos do art. 57 da Lei Complementar nº 349/2009 c/c o art. 142 da Lei Complementar 063/2003. - Resolve: - Art. 1º - **Retificar a Portaria nº 053/2011** que aposentou Dorothea Hagemann, matrícula 898216, no que se refere a sua vigência. **Onde se lê:** "Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Assinatura", **Leia-se:** "Esta Portaria entra em vigor a contar do dia 01 de agosto de 2011. Florianópolis, 31 de julho/2013. – Dalmo Vieira Filho - Superintendente do IPUF.

PORTARIA Nº 0051/2013. O Superintendente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 16, item VII do regulamento da Autarquia, com base no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005, bem como no art. 40 da Constituição Federal e nos termos do art. 57 da Lei Complementar nº 349/2009 c/c o art. 142 da Lei Complementar 063/2003. - Resolve: - Art. 1º - **Retificar a Portaria nº 0109/2011**, que aposentou Carlos Maurílio Furtado, matrícula 898241, no que se refere a sua vigência. **Onde se lê:** "Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Assinatura", **Leia-se:** "Esta Portaria entra em vigor a contar do dia 13 de novembro de 2011. Florianópolis, 31 de julho/2013. – Dalmo Vieira Filho - Superintendente do IPUF.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 584/IPUF/2013. Objeto: Fornecedor de 500 (quinhentos) exemplares da obra "Coletânea de Legislação de Trânsito – 15ª edição, para distribuição aos agentes de trânsito e órgãos atuadores integrantes do Sistema Nacional de Trânsito. Modalidade da Licitação: Termo de inexigibilidade nº 396/SMAP/DLC/2013. Contratada: Sérgio de Bona Portão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESPONSÁVEL: GUSTAVO MIROSKI

GERÊNCIA: CICERO BITTAR

CONTROLE: ANOLDO N. DOS SANTOS

Rua Conselheiro Mafra, 656 – Centro – 88010-914 – Florianópolis / Santa Catarina – Fone: (48) 3251-5940.

Anexo D – Diário Oficial Eletrônico – 2014



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 1147

Florianópolis/SC, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014

pg. 1

Sumário:

| | |
|---|----------|
| SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL | 1 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | 1 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO | 3 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 3 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 4 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL | 4 |
| FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 5 |
| FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES | 5 |

(clique nos itens para consulta)

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL

DECRETO N. 12.601, DE 28 DE JANEIRO DE 2014. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS PARA O EXERCÍCIO DE 2014. O Prefeito Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições e em conformidade com o parágrafo único do artigo 2º, combinado com o artigo 32, da Lei n. 9.431/2014, de 09 de janeiro de 2014, e ainda considerando, os dispositivos contidos nos parágrafos do artigo 24 da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2014, aprovada pela Lei n. 9.320/2013, de 26 de agosto de 2013, DECRETA: Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 520,00 (quinhentos e vinte reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes para o exercício de 2014, a seguir especificada: 28.00 FUNDAÇÃO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS FRANKLIN CASCAES 28.01 FUNDAÇÃO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS FRANKLIN CASCAES 28.01.13.392.0105.2.295 Programa de Atividades Culturais Continuidades 0051 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - P. Física, 0080 - Recursos Próprios R\$ 520,00 Total desta Atividade R\$ 520,00 Total do Órgão R\$ 520,00 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 520,00 Art. 2º Em atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, fica anuíada a importância de R\$ 520,00 (quinhentos e vinte reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes para o exercício de 2014, a seguir especificada: 28.00 FUNDAÇÃO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS FRANKLIN CASCAES 28.01 FUNDAÇÃO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS FRANKLIN CASCAES 28.01.13.392.0105.4.157 TV FRANKLIN CASCAES 0123 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - P. Física, 0080 - Recursos Próprios R\$ 520,00 Total desta Atividade R\$ 520,00 Total do Órgão R\$ 520,00 Total da Anulação R\$ 520,00 Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de

sua publicação. Prefeitura Municipal, em Florianópolis, aos 28 de janeiro de 2014. CESAR SOUZA JUNIOR PREFEITO MUNICIPAL JULIO CESAR MARCELLINO JR. PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO ERON GIORDANI SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL EDSON CAPORAL SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0114/SMA/2014. – Objeto: aquisição de equipamento de informática. Pregão Eletrônico nº 787/SMA/DLC/2013, homologado em 24/01/2014; Contratada: **Harley de Agular Júnior – ME**; Valor Global: R\$ 702.000,00 (Setecentos e dois mil reais). Este contrato terá vigência a partir de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2014. Assinaturas: Gustavo Miroski – Secretário Municipal de Administração e Harley de Agular Júnior pela empresa.

PORTARIA N.º 00640/14: O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no Art. 23, inciso II, "a" da Lei Orgânica Municipal de Florianópolis e o Decreto 11.359, de 11 de março de 2013, considerando o que consta no processo n.º 0007/2014, com base no artigo 38 da Lei Complementar 063/2003, RESOLVE: Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, a servidora PRISCILA DA COSTA VIEIRA, matrícula nº 29852-2, ocupante do cargo de AUXILIAR SALA II, classe 06, nível 01, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 02 de janeiro de 2014. Florianópolis, 29 de janeiro de 2014. GUSTAVO MIROSKI Secretário da Administração. RENATA DE ARRUDA FETT Diretora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA N.º 00641/14: O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no Art. 23, inciso II, "a" da Lei Orgânica Municipal de Florianópolis e o Decreto 11.359, de 11 de março de 2013, considerando o que consta no processo n.º 0032/2014, com base no artigo 38 da Lei Complementar 063/2003, RESOLVE: Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, a servidora THAIS LORENZONI DOS SANTOS, matrícula nº 23511-3, ocupante do cargo de FONOAUDIOLOGO, classe 10, nível 05, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, a partir de 01 de janeiro de 2014. Florianópolis, 29 de janeiro de 2014. GUSTAVO MIROSKI Secretário da Administração. RENATA DE ARRUDA FETT Diretora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA N.º 00642/14: O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no Art. 23, inciso II, "a" da Lei Orgânica Municipal de Florianópolis e o Decreto 11.359, de 11 de março de 2013, considerando o que consta no processo n.º 0063/2014, com base no

ANILDO
NICANOR DOS
SANTOS34431.29
2934

Assinado eletronicamente pelo(a) Secretário(a) Municipal de Administração
GUSTAVO MIROSKI
Assinatura Digital

Assinado eletronicamente pelo(a) Secretário(a) Municipal de Administração
GUSTAVO MIROSKI
Assinatura Digital

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIRETORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
RESPONSÁVEL: GUSTAVO MIROSKI – GERÊNCIA: CICERO BITAR – CONTROLE: ANILDO N. DOS SANTOS
Rua Conselheiro Névoa, 656 - 41320 - Centro - 88010-914 - Florianópolis/SC Santa Catarina - Fone: (48) 3252.5940 - <http://www.pmf.sc.gov.br>

pg. 1



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 1147

Florianópolis/SC, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014

pg. 2

artigo 38 da Lei Complementar 063/2003, RESOLVE: Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, a servidora ALEXANDRA GABRIELA ZEN DE ANDRADE, matrícula nº 28563-3, ocupante do cargo de AUXILIAR SALA II, classe 08, nível 01, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, a partir de 07 de janeiro de 2014. Florianópolis, 29 de janeiro de 2014. GUSTAVO MIROSKI Secretário da Administração. RENATA DE ARRUDA FETT Diretora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA N.º00643/14: O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no Art. 23, inciso II, "a" da Lei Orgânica Municipal de Florianópolis e o Decreto 11.359, de 11 de março de 2013, considerando o que consta no processo n.º 0072/2014, com base no artigo 38 da Lei Complementar 063/2003, RESOLVE: Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, a servidora JULIANE BERGMANN CASAGRANDE, matrícula nº 26473-3, ocupante do cargo de FARMACEUTICO, classe 10, nível 04, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, a partir de 01 de janeiro de 2014. Florianópolis, 29 de janeiro de 2014. GUSTAVO MIROSKI Secretário da Administração. RENATA DE ARRUDA FETT Diretora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA N.º00644/14: O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no Art. 23, inciso II, "a" da Lei Orgânica Municipal de Florianópolis e o Decreto 11.359, de 11 de março de 2013, considerando o que consta no processo n.º 0107/2014, com base no artigo 38 da Lei Complementar 063/2003, RESOLVE: Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, a servidora ELAINE CRISTINA KIRCHOF, matrícula nº 30393-3, ocupante do cargo de TECNICO ENFERMAGEM, classe 08, nível 01, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, a partir de 06 de janeiro de 2014. Florianópolis, 29 de janeiro de 2014. GUSTAVO MIROSKI Secretário da Administração. RENATA DE ARRUDA FETT Diretora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA N.º00645/14: O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no Art. 23, inciso II, "a" da Lei Orgânica Municipal de Florianópolis e o Decreto 11.359, de 11 de março de 2013, considerando o que consta no processo n.º 0128/2014, com base no artigo 38 da Lei Complementar 063/2003, RESOLVE: Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, a servidora FABIANI CABRAL LIMA, matrícula nº 29748-8, ocupante do cargo de PSICOLOGO, classe 10, nível 01, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, a partir de 10 de janeiro de 2014. Florianópolis, 29 de janeiro de 2014. GUSTAVO MIROSKI Secretário da Administração. RENATA DE ARRUDA FETT Diretora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA N.º00646/14: O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no Art. 23, inciso II, "a" da Lei Orgânica Municipal de Florianópolis e o Decreto 11.359, de 11 de março de 2013, considerando o que

consta no processo n.º 0138/2014, com base no artigo 38 da Lei Complementar 063/2003, RESOLVE: Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, a servidora FÉLIX MATELI, matrícula nº 23757-4, ocupante do cargo de NUTRICIONISTA, classe 10, nível 05, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, a partir de 09 de janeiro de 2014. Florianópolis, 29 de janeiro de 2014. GUSTAVO MIROSKI Secretário da Administração. RENATA DE ARRUDA FETT Diretora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA N.º00647/14: O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no Art. 23, inciso II, "a" da Lei Orgânica Municipal de Florianópolis e o Decreto 11.359, de 11 de março de 2013, considerando o que consta no processo n.º 0140/2014, com base no artigo 38 da Lei Complementar 063/2003, RESOLVE: Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, o servidor MILTON DE MORAIS, matrícula nº 25169-0, ocupante do cargo de TELEFONISTA, classe 03, nível 04, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, a partir de 07 de janeiro de 2014. Florianópolis, 29 de janeiro de 2014. GUSTAVO MIROSKI Secretário da Administração. RENATA DE ARRUDA FETT Diretora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA N.º00648/14: O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no Art. 23, inciso II, "a" da Lei Orgânica Municipal de Florianópolis e o Decreto 11.359, de 11 de março de 2013, considerando o que consta no processo n.º 0145/2014, com base no artigo 38 da Lei Complementar 063/2003, RESOLVE: Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, o servidor KEVIN HILESHEIM, matrícula nº 30026-8, ocupante do cargo de TECNICO ADMINISTRACAO, classe 08, nível 01, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, a partir de 13 de janeiro de 2014. Florianópolis, 29 de janeiro de 2014. GUSTAVO MIROSKI Secretário da Administração. RENATA DE ARRUDA FETT Diretora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA N.º00649/14: O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no Art. 23, inciso II, "a" da Lei Orgânica Municipal de Florianópolis e o Decreto 11.359, de 11 de março de 2013, considerando o que consta no processo n.º 0221/2014, com base no artigo 38 da Lei Complementar 063/2003, RESOLVE: Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, a servidora MARCELLE TRINDADE DOS SANTOS, matrícula nº 25415-0, ocupante do cargo de TECNICO ENFERMAGEM, classe 08, nível 04, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, a partir de 15 de janeiro de 2014. Florianópolis, 29 de janeiro de 2014. GUSTAVO MIROSKI Secretário da Administração. RENATA DE ARRUDA FETT Diretora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA N.º00650/14: O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no Art. 23, inciso II, "a" da Lei Orgânica Municipal de Florianópolis e o Decreto





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 1147

Florianópolis/SC, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014

pg. 3

11.359, de 11 de março de 2013, considerando o que consta no processo n.º 0250/2014, com base no artigo 38 da Lei Complementar 063/2003, RESOLVE: Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, a servidora MARIANE ALBERTO SILVA, matrícula n.º 29650-3, ocupante do cargo de AUXILIAR SALA II, classe 08, nível 01, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 16 de janeiro de 2014. Florianópolis, 29 de janeiro de 2014. GUSTAVO MIROSKI Secretário da Administração. RENATA DE ARRUDA FETT Diretora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA N.º 00651/14: O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no Art. 23, inciso II, "a)" da Lei Orgânica Municipal de Florianópolis e o Decreto 11.359, de 11 de março de 2013, considerando o que consta no processo n.º 0312/2014, com base no artigo 38 da Lei Complementar 063/2003, RESOLVE: Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, a servidora NAIARA DA COSTA, matrícula n.º 29665-1, ocupante do cargo de AUXILIAR SALA II, classe 08, nível 01, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 22 de janeiro de 2014. Florianópolis, 29 de janeiro de 2014. GUSTAVO MIROSKI Secretário da Administração. RENATA DE ARRUDA FETT Diretora de Gestão de Pessoas.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 356/SMPF/2012 PMF X ORBENK SERVIÇOS LTDA. A Cláusula quarta do contrato original continua subsistindo em todos os seus termos e condições, modificando-se apenas e tão somente o seu prazo que fica prorrogado de 01 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014. Tudo em conformidade com o artigo 57, II da Lei nº 8.666/93 e com o Parecer nº. 12-0-42/DLC/2013. Assinaturas: Sr Edson Caporal Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, pela empresa. Sr.Ronald Benkenorf.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 793/SMPF/2012 PMF X ORBENK SERVIÇOS LTDA. A Cláusula quarta do contrato original continua subsistindo em todos os seus termos e condições, modificando-se apenas e tão somente o seu prazo que fica prorrogado de 01 de janeiro de 2014 até 31 de março de 2014, ou até a conclusão do novo processo licitatório para este objeto. Tudo em conformidade com o artigo 57, II da Lei nº 8.666/93 e com o Parecer nº. 12-1-1/DLC/2013, da Diretoria de Licitações e Contratos, parte integrante deste aditivo. Assinaturas: Sr Edson Caporal Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, pela empresa. Sr.Ronald Benkenorf.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/SME/2014. Objeto: O Fornecimento de gêneros alimentícios (**produtos protéicos**). Modalidade da Licitação: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 799/SMA/DLC/2013. Contratada: **BRUTHAN COMERCIAL LTDA** Valor do Contrato: R\$ 1.271.847,50 (Um milhão duzentos e setenta e um mil, oitocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos); O prazo de vigência da presente ATA será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata. Assinaturas: Secretário Municipal de Educação Sr. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz e pela empresa Sr. Edu Mansur Godinho.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 698/EDUC/2013. Objeto: Locação da sede da Associação de Moradores de Rationes – Amora., sendo: duas salas para atividades educacionais, uma cozinha industrial, um conjunto de sanitários (feminino e masculino), uma área coberta com dois vestiários e banheiros, um campo de futebol sintético com iluminação e todo cercado por redes, e uma quadra de voleibol de areia, totalizando 1.770 m2. Termo De Dispensa De Licitação Nº 481/SMP/DLC/2013; Contratada: **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE RATIONES – AMORA;** Município Fpolis/EDUC/2013; O valor do aluguel mensal é de **R\$3.245,00 (três mil, duzentos e quarenta e cinco reais)**. Prazo do Contrato: , presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, com **término em 31 de dezembro de 2013**. Assinaturas. Assinaturas: Sr. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz Secretário Municipal de Educação e pela empresa o Sr. Flávio de Morf.

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 815/EDUC/2011 – PMF X ORCALI SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA . A Cláusula Quarta do Contrato de Prestação de Serviços original continua subsistindo em todos os seus termos e condições, prorrogando-se apenas o prazo de vigência que continua por tempo determinado, passando a fluir de 1º de janeiro de 2014 até 31 de março de 2014, ou até a conclusão do processo licitatório em curso para este objeto, sendo o que ocorrer primeiro, com fundamento no artigo 57, da Lei 8.666/93, e no Parecer 12-2-9/DLC/2013. Assinaturas: Sr. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz pela Secretária Municipal de Educação o Sr Ricardo Kuenten Dutra pela empresa.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 086/SMA/DLC/2014 - A Secretaria Municipal da Administração torna público, para o conhecimento dos interessados, que em ato público será realizada concorrência, tipo “técnica e preço”, tendo como objeto: **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA EDUCACIONAL, TENDO EM VISTA A POLÍTICA PEDAGÓGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NOS TERMOS DA LEI**



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 1147

Florianópolis/SC, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014

pg. 4

NACIONAL DE DIRETRIZES E BASES, COM AQUISIÇÃO DE MATERIAL. A data limite para a entrega dos envelopes será às **14:00 horas** do dia **25/03/2014**. A reunião de abertura dos envelopes será na Secretaria Municipal de Administração, Diretoria de Licitações e Contratos, na Rua Conselheiro Mafra, nº 656, Ed. Aldo Beck, 3º andar, sala 301, Centro, Florianópolis/SC. O Edital poderá ser acessado pelo site www.pmf.sc.gov.br. A Comissão.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 067/SMA/DLC/2014 - Objeto: Aquisição de equipamentos eletroeletrônicos. Dia 14 de fevereiro de 2014, às 15:00 (quinze) horas. Endereço eletrônico: <http://dlic.pmf.sc.gov.br>. O Pregoeiro.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 068/SMA/DLC/2014 - Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviços de entrega de alunos da rede municipal de ensino. Dia 14 de fevereiro de 2014, às 15:30 (quinze e trinta) horas. Endereço eletrônico: <http://dlic.pmf.sc.gov.br>. O Pregoeiro.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 054/SMA/DLC/2014 - Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gêneros alimentícios (alimentos para necessidades alimentares especiais) para a alimentação escolar - **Entrega dos Envelopes:** até as 09hs45min do dia 17/02/2014. - **Abertura da Sessão:** a partir das 10horas do dia 17/02/2014. - **Local:** Secretaria Municipal de Administração - rua: Conselheiro Mafra, 656, Edifício Aldo Beck, Centro, Florianópolis/SC. O edital completo poderá ser consultado e retirado na Internet, no endereço www.pmf.sc.gov.br.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 075/SMA/DLC/2014 - Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gêneros alimentícios (produtos menos perecíveis) para a alimentação escolar. - **Entrega dos Envelopes:** até as 13hs45min do dia 17/02/2014. - **Abertura da Sessão:** a partir das 14horas do dia 17/02/2014. - **Local:** Secretaria Municipal de Administração - rua: Conselheiro Mafra, 656, Edifício Aldo Beck, Centro, Florianópolis/SC. O edital completo poderá ser consultado e retirado na Internet, no endereço www.pmf.sc.gov.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 032/SMA/DLC/2014 - Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de cotação de preços, reserva, emissão, marcação, cancelamento, remarcação e fornecimento de passagens aéreas (nacionais e internacionais) e rodoviárias (nacionais). - **Entrega dos Envelopes:** até as 09hs45min do dia 13/02/2014. - **Abertura da**

Sessão: a partir das 10horas do dia 13/02/2014. - **Local:** Secretaria Municipal de Administração - rua: Conselheiro Mafra, 656, Edifício Aldo Beck, Centro, Florianópolis/SC. O edital completo poderá ser consultado e retirado na Internet, no endereço www.pmf.sc.gov.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0121/FMIS/2014 - Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de serviços de recuperação e melhorias habitacionais com fornecimento de material e mão de obra em habitações localizadas nas áreas de interesse social do Município de Florianópolis caracterizadas como situação de risco e ou de precariedade, de acordo com o exposto no Termo de Referência em anexo. Comunidades do Município do Morro do Cruz - Florianópolis/SC. Modalidade da Licitação: Processo de Licitação nº 776/SMA/DLC/2013; Contratada: **Avalus Engenharia e Avaliação Ltda. - EPP**; Contratante: Município de Fpolis/FMS/2013; Valor total do Contrato R\$ 744.893,91 (setecentos e quarenta e quatro mil e oitocentos e noventa e três reais e noventa e um centavos). Vigência do contrato: A vigência do contrato inicia com a assinatura do referido instrumento e estende-se até o momento em que as partes cumprirem as suas obrigações. Assinaturas: Rafael Hahne pela Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental / Fundo municipal de Integração Social e o Sr. Roberto Daniel Gevaerd.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº88/FMIS/2014. Objeto: O fornecimento de lote 01: areia e brita. Lote 02: barras de aço, arame recozido, argamassa, cimento, pregão, telha e telhão para cumeira, ferragens, loja sanitária, metais, material hidráulico e elétrico. . Lote 03 tijolo, telha e telhão para cumeira. Lote 04: bloco de concreto, laje pré-moldada, fossa séptica e sumidouro. Lote 05: porta interna e externa, forra, janelas, jogo de ferragens e vidro liso. Lote 06: tábuas de calceira, tábuas de madeira de lei, tapa junt, ripa, perna de serra e calços. Modalidade da Licitação: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 763/SMAP/DLC/2013; Contratada: **VALDELI CECILIO DOS SANTOS EPP**; Valor do Contrato: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); A vigência da **Ata de Registro de Preços** será por 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata. Assinaturas: Rafael Hahne pela Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental / Fundo municipal de Integração Social e o Sr. Valdeili Cecilio dos Santos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
RESPONSÁVEL: GUSTAVO MIROSKI - GERÊNCIA: CICERO BITTAR - CONTROLE: ANÍLIO H. DOS SANTOS
Rua Conselheiro Mafra, 656 s.l.103 - Centro - 88010-914 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone: (48) 3251-5940 - <http://www.pmf.sc.gov.br> pg. 4





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 1147

Florianópolis/SC, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014

pg. 5

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1090/FMS/2013.
Objeto: Contratação de empresa acima mencionada para a Prestação de Serviços de Consultoria Especializada na Implementação e Desenvolvimento WEB das ferramentas existentes e transferência de conhecimento tecnológico dos sistemas de Informação Local, Estadual e Federal com integração de todos os sistemas existentes. Termo De Dispensa De Licitação Nº 826/SMA/DLC/2013; Contratada: **TRIPICE CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**; Valor do Contrato: R\$ 388.000,00 (Trezentos e oitenta e oito mil reais). O prazo de vigência do presente contrato terá seu término em 15 de fevereiro de 2014, retroagindo seus efeitos legais a contar de 16 de dezembro de 2013. Assinaturas: pela Secretária Municipal de Saúde Carlos Daniel Magalhães da Silva Moutinho Junior e pela empresa José Carlos Zanini.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/FMS/2014.
Objeto: O fornecimento de Gasolina Comum, Modalidade da Licitação: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 793/SMAP/DLC/2013; Contratada: **POSTO GALO LTDA - MATRIZ**; Valor do Contrato: R\$ 539.820,60 (quinhentos e trinta e nove mil oitocentos e vinte reais e sessenta centavos). A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata. Assinaturas: Ordenador do Fundo Municipal de Saúde Sr. Carlos Daniel Magalhães da Silva Moutinho Junior e pela empresa Sr. Angelo do Amaral Brasil.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2012/0788-00, PMF X ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. A Cláusula Décima Segunda do Contrato original continua subsistindo em todos os seus termos e condições, prorrogando-se apenas o prazo de vigência que continua por tempo determinado, passando a fluir de 1º de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014, com fundamento no inciso II, do artigo 57, da Lei 8.666/93, e no Parecer 11-2-15/DLC/2013. Assinaturas: Sr. Carlos Daniel Magalhães da Silva Moutinho Junior pela Secretária Municipal de Saúde e o Sr. Ronaldo Benkendorf pela empresa.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/SMA/DLC/2014 - Objeto: Contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento de bolsas para o projeto Capital Criança. Dia 14 de fevereiro de 2014, às 11:30 (onze e trinta) horas. Endereço eletrônico: <http://dlic.pmf.sc.gov.br>. O Pregoeiro.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/SMA/DLC/2014 - Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de cesta básica nutricional. Dia 14 de fevereiro de 2014, às

14:00 (catorze) horas. Endereço eletrônico: <http://dlic.pmf.sc.gov.br>. O Pregoeiro.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/SMA/DLC/2014 - Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de suprimentos de informática (tonner e cartucho). Dia 14 de fevereiro de 2014, às 14:30 (catorze) horas. Endereço eletrônico: <http://dlic.pmf.sc.gov.br>. O Pregoeiro.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/SMA/DLC/2014 - Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de alimentação (café, almoço e janta) para os atletas da Fundação Municipal de Esportes, nos eventos esportivos realizados no estado de Santa Catarina. - Entrega dos Envelopes: até às 09h45min do dia 14/02/2014. - Abertura da Sessão: a partir das 10h00min do dia 14/02/2014. - Local: Secretária Municipal da Administração - rua: Conselheiro Mafra, 656, Edifício Aldo Beck, 3º andar, Centro, Florianópolis/SC. O edital completo poderá ser consultado e retirado na Internet, no endereço www.pmf.sc.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/SMA/DLC/2014 - Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de veículos: ônibus, micro-ônibus e vans para o transporte de atletas da Fundação de Esportes nos eventos esportivos. Dia 14 de fevereiro de 2014, às 11:00 (onze) horas. Endereço eletrônico: <http://dlic.pmf.sc.gov.br>. O Pregoeiro.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/SMA/DLC/2014 - Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviços de fisioterapia para a Fundação Municipal de Esportes nos eventos esportivos. Dia 14 de fevereiro de 2014, às 11:00 (onze) horas. Endereço eletrônico: <http://dlic.pmf.sc.gov.br>. O Pregoeiro.



